

CLÁUDIA REGINA VARGAS

**AS VÁRIAS FACES DA CIDADE:
BENTO DE ABREU E A MODERNIZAÇÃO DE ARARAQUARA
(1908-1916)**

Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca, para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Concentração: História e Cultura).

Orientador: Prof. Dr. José Evaldo de Mello Doin

Franca

2000

para Marcelo

SUMÁRIO

<i>AGRADECIMENTOS</i>	4
<i>RESUMO</i>	6
<i>INTRODUÇÃO</i>	8
<i>CAPÍTULO I - ANTECEDENTES URBANOS</i>	15
<i>CAPÍTULO II - BENTO DE ABREU: PERFIL DE UM PERSONAGEM NA FRONTEIRA ENTRE A HISTÓRIA E A BIOGRAFIA</i>	38
<i>CAPÍTULO III - DA CIDADE LUZ A MORADA DO SOL: AS AMBIGÜIDADES DA MODERNIDADE URBANA</i>	68
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	103
<i>ANEXOS</i>	108
<i>ACERVOS E FONTES</i>	110
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	119

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as contribuições que tornaram possível a elaboração deste trabalho. Ao Prof. José Evaldo, em primeiro lugar, agradeço pela amizade, apoio pessoal e orientação sistematicamente segura, brilhante e encorajadora.

Agradeço também ao Prof. José Evaldo e aos Profs. Pedro Geraldo Tosi e Aparecida da Glória Aissar pela inestimável contribuição que deram a minha formação e desenvolvimento intelectual.

Aos amigos e colegas da UNESP, Glaura, Jeanne, Agnaldo, Mara, Marcos, Liliam, Carlos, Rodrigo, José Raimundo que me honraram com sua amizade e constante estímulo.

Na impossibilidade de nomear todos os funcionários das instituições que custodiam os documentos pesquisados, agradeço à Virgínia, historiadora responsável pelo Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria de Araraquara, à Silene, da Casa da Cultura de Araraquara, e ao Sr. Francisco Malta Cardoso, neto de Bento de Abreu, pela concessão de cópias de muitas fotos e documentos, pela atenção e facilidade que me proporcionaram durante a pesquisa de seus acervos documentais. Expresso, ainda, meu agradecimento ao Prof. Rodolfo Telarolli que me ajudou com desprendimento e boa vontade, abrindo-me suas portas, seus arquivos, suas lembranças e compartilhando seu olhar sobre Araraquara..

Gostaria de expressar enorme gratidão a minha mãe, Regina Tereza Tita, por ter me ajudado em tantas e variadas situações; a meu pai e minha irmã por estarem sempre prontos a colaborar comigo.

Ao Marcelo, meu companheiro, quero agradecer especialmente pela verdadeira amizade, ajudando-me a superar situações difíceis e compartilhando comigo tantos momentos felizes.

Manifesto imensa gratidão a CAPES pela bolsa de estudos concedida, durante vinte e quatro meses, no período que compreende desde a fase da coleta de dados até a redação final da dissertação.

RESUMO

Nesta pesquisa pretende-se analisar as tentativas de modernização do espaço urbano da cidade de Araraquara, durante o período da Primeira República. Os trabalhos de intervenção na malha urbana, inicialmente limitados a esparsas retificações do traçado de ruas e avenidas nas últimas décadas do século XIX, ganharam relevo a partir do final da primeira década do século XX, com o surgimento de várias propostas que visavam a remodelação da área central e a instalação de melhorias urbanas. No período compreendido entre 1908 e 1916, a cidade sofreu um salto urbanístico evidenciado pelo aparelhamento sistemático do cenário urbano: construção de prédios públicos, como teatros, hospitais, hotéis; arborização; iluminação; abaulamento; e ajardinamento de praças, ruas e avenidas. Este período de intensas transformações coincide com a gestão de Bento de Abreu Sampaio Vidal como vereador e, posteriormente, presidente da Câmara Municipal.

O personagem histórico em questão figurou como importante agente modernizador porque investia na cidade. Para concretizar seu ideal de cidade modernizada, valia-se de sua influência política, de seu poder econômico e de seu prestígio de homem letrado. As transformações ocorridas no espaço urbano estiveram estreitamente ligadas à sua atuação como homem público.

No decorrer deste trabalho, abordar-se-à as principais intervenções realizadas pelo agente modernizador e as possibilidades de apropriação de modelos europeus para a realização desses empreendimentos.

“Uma cidade é uma cidade.
Ela é feita à imagem e semelhança de nosso sangue mais secreto.
Uma cidade não é um diamante transparente.
Ela espalha, palmo a palmo, o mundo dos homens, suas contradições, abusos, virtudes e desterros.
Milímetro por milímetro.
A mão do homem, em toda parte.
No asfalto.
No basalto domado.
Na pedreira.
Nos calçadões.
Na rua, onde os veículos veiculam nosso exaspero e desespero.
Uma cidade nos revela.
Nos denuncia naquilo que escondemos.
Grande construção, empreitada de porte enorme, regougo de martelos e martírios.
Construímos nossa cidade.
Somos construídos por ela.
Os elos e cordames nos enlaçam, nos sufocam.
Boiamos e nadamos dia e noite, levados numa escuna onde borbulhas se abrem como
furúnculos maduros.
Onde está a saída ?
Ou a entrada ?”

Hélio Pellegrino, *A burrice do demônio*

INTRODUÇÃO

O objetivo primordial desta pesquisa é a busca do entendimento das múltiplas faces das tentativas de modernização urbana empreendidas na cidade de Araraquara, nas primeiras décadas do século XX.

No período compreendido entre 1908 e 1916, a cidade sofreu um salto urbanístico evidenciado pelo aparelhamento sistemático do cenário urbano: construção de prédios públicos, como teatros, hospitais, hotéis, arborização, iluminação, abaulamento e ajardinamento de praças, ruas e avenidas. Foi adotado este recorte cronológico acreditando que a análise desse período de intensas transformações pode ser significativa e elucidativa para o desenvolvimento da pesquisa.

Os trabalhos de intervenção na malha urbana, inicialmente limitados a esparsas retificações do traçado de ruas e avenidas, nas últimas décadas do século XIX, ganharam relevo a partir do final da primeira década do século XX, com o surgimento de várias propostas que visavam a remodelação da área central e a instalação de melhorias urbanas.

Em outro nível de abordagem, centrou-se a problemática desse estudo na compreensão da atuação de Bento de Abreu Sampaio Vidal no processo de transformação do espaço urbano nas primeiras décadas do século XX.

Durante esse período de intensas transformações, o biografado atuou como vereador e, posteriormente, presidente da Câmara Municipal. Bento de Abreu figurou como importante agente modernizador porque investia na cidade. Para concretizar seu ideal de modernidade, valia-se de sua influência política, de seu poder econômico e de seu prestígio de homem letrado. As transformações ocorridas no espaço urbano estiveram estreitamente ligadas à sua atuação como homem público.

A importância da compreensão de sua trajetória, particularmente de 1908 a 1916, tendo como pano de fundo o discurso de seus pares, reside no fato de que a esse grupo foi atribuído, entre outras, a pecha de “oligarquia cafeeira”. Por meio da análise de sua atuação, enquanto representante de uma elite exclusora orientada pela noção da expansão cafeeira no Oeste Paulista, pode-se acompanhar alguns aspectos embutidos, regularidades, contradições, legitimação dos seus atos, além da representação que fazia de si mesmo.

Seu caráter de *persona*¹ revela, também, aspectos como suas relações com o elemento imigrante e com o Estado, que nessa época assume um caráter cada vez mais destacado nas mediações das questões de ordem econômica e política. Sua trajetória fundamenta-se nos documentos produzidos por ele mesmo, bem como pela sua presença em registros oficiais. Tanto em documentos oficiais como privados aparecem uma clara intenção e preocupação com a construção de sua imagem para a posteridade.

O presente trabalho buscou detectar os procedimentos que foram tomados pela *persona*, e que constituíram-se em representação da atuação de seus pares, em uma postura comum do enfrentamento das questões que o próprio quadro do período principiava a colocar como novos atores sociais: empresários industriais, imigrantes, proletariado, entre outros.

A concentração do estudo no acompanhamento da participação de um dos atores, representante de um grupo, na questão não tende a limitar a compreensão da realidade histórica, pois possibilita o contraponto de uma análise sobre as ações dos outros sujeitos históricos, inclusive dos excluídos como é o caso de imigrantes, colonos nas fazendas de café, de escravos libertos e dos vencidos, os que não puderam ocupar cargos públicos no período de 1908 a 1930, mas não se mantiveram como espectadores nessa turba de acontecimentos que envolveu a configuração urbana da cidade desde finais do século dezenove.

Neste sentido, o eixo orientador deste trabalho situa-se no acompanhamento do cruzamento das transformações urbanas com a trajetória do biografado. Assim, foram abordados as principais intervenções realizadas pelo agente modernizador e as possibilidades de apropriação de modelos europeus para a realização das metamorfoses do espaço urbano.

Com relação ao *corpus* documental, trabalhou-se com um rol variado dando destaque para a análise de fontes oficiais, periódicos, jornais e fotografias. Foram consultados os acervos do Museu Histórico e Pedagógico ‘Voluntários da Pátria’ de Araraquara, do Arquivo

¹ Do latim *persona*, no princípio era chamada a máscara que utilizavam os atores do Teatro Grego para reforçarem a voz na encenação. Este termo possui caráter filosófico e, ao mesmo tempo, psicológico e sociológico. In: DEL CAMPO, Salustiano (et all). *Diccionario de Ciencias Sociales*. Madrid: instituto de Estudios Politicos/UNESCO, 1976, v. II, p. 476. A idéia de *persona* é aplicada aqui como uma máscara mutável, integrada numa variedade de cenas e de situações que adquire validade quando representada em conjunto. Este quadro induz a multiplicidade do ‘eu’, no sentido de vivenciar ou de ‘sentir em comum’. A *persona* só existe na relação com o outro. Ver: MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massas*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1987, p. 15-7.

Histórico Municipal de Araraquara, da Biblioteca Pública Municipal de Araraquara, além de arquivos privados não disponíveis em Instituições Públicas.²

Assim, a escolha do tipo de documento a ser utilizado na pesquisa aparece como resultado de uma escolha do historiador. O procedimento histórico transforma os documentos e apresenta uma massa de elementos que é preciso isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto. O documento resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, determinada imagem de si próprias.³

O esforço do historiador deve dirigir-se no sentido de entender a conformação do objeto de pesquisa e, não apenas, comprovar a validade do suporte teórico ou da hipótese preliminar. Neste caso, interessa fazer emergir a trama de relações que tecem a síntese histórica que é o objeto, ou seja, não uma coisa separada e observada à distância pelo investigador, mas algo que ao mesmo tempo participa de uma explicação do real histórico, tanto do passado como do presente.⁴ A realidade histórica é entendida aqui como uma construção, a partir de um conjunto de significações retiradas de uma manifestação essencialmente escrita.

O trabalho de análise das fontes foi iniciado pelo Arquivo Histórico Municipal de Araraquara, que esteve parcialmente paralisado no segundo semestre de 1998, em virtude do processo de tombamento do acervo, quando houve um impedimento do acesso aos livros de atas e jornais. No entanto, arrolou-se certos documentos oficiais e periódicos que contribuíram para uma verificação do processo de urbanização sofrido pela cidade no período de 1908 a 1916.

² A relação completa da documentação utilizada na pesquisa, encontra-se arrolada no item "Fontes", desta dissertação.

³ De acordo com Jacques Le Goff, o que transforma o documento em monumento é sua utilização pelo poder. Ainda, segundo este autor, todo documento deve ser reconhecido como um monumento, ou seja, não deve ser considerado como inócuo, primário e objetivo. LE GOFF, Jacques. Documento - Monumento. *Enciclopédia Einaudi*. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, v. I - 'Memória e História', p. 120.

⁴ Para uma introdução sobre o procedimento histórico consultar: MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos da (org.). *Repensando a História*. Rio de Janeiro: Marco Zero/ANPUH, 1984, p. 49.

Em documentos como as Atas da Câmara, os Livros de Contratos e de Correspondências, pôde-se verificar as relações entre o governo municipal e estadual, os pedidos de verbas para saúde pública, instrução e melhorias urbanas, além de manifestações de agradecimento por pedidos atendidos. Por meio destas fontes, foi possível, também, analisar as transformações sofridas pela cidade, as intervenções realizadas pelo poder público, a atuação de Bento de Abreu como agente modernizador e a conformação assumida pela modernidade urbana no embate entre as esferas pública e privada.

Já o trabalho com os jornais locais foi importante para recuperar um pouco do *modus vivendi* da sociedade araraquarense do início do século: os moradores, as situações vividas, as vicissitudes e os conflitos que interferem no cotidiano citadino. Nestes veículos de informação e divulgação de idéias encontrou-se subsídios para discutir políticas municipais de intervenção sobre o organismo urbano, construções das imagens da modernidade, divertimentos públicos e divulgação dos ideais republicanos como o de ‘ordem e progresso’.

O jornal não é entendido aqui como um veículo que informa ou narra os fatos de forma plenamente imparcial, ou seja, não é uma fonte privilegiada de veiculação da verdade total ou absoluta. Construção que se pretende verdadeira, para a investigação histórica importa saber como foi produzida e quais foram as condições de sua produção.

Possui uma forma de olhar e registrar as coisas do cotidiano na sociedade. Tem uma perspectiva que orienta o modo de produzir a notícia, a informação, as idéias e os valores da cultura nas suas diversidades e contradições. Os fatos narrados devem ser concebidos como construções humanas ou atos, pois tem implicações ideológicas.

Ao analisar este peculiar tipo de documentação, considerou-se a opinião do jornal, pois ocultado atrás do fato produzido, subjaz uma visão do mundo de jornalistas e proprietários do jornal, que interfere fortemente na construção da notícia. É esta visão que orienta a produção da informação. A imprensa trabalha com o conceito de verdade, mas nos termos do senso comum. Para ser identificada como verdadeira, a notícia necessita de provas e precisa ser ilustrada, ganhando então objetividade pragmática frente ao leitor. A verdade

figura como uma construção intelectual dotada de aspectos empíricos de sua prova e existência.

As informações e as notícias foram avaliadas enquanto linguagem produtora de significados em sua relação com uma determinada conjuntura ou situação contextualizada historicamente. Além de relatar a vida cotidiana de uma sociedade, da qual fazem parte, os jornais produzem um registro do ‘fazer coletivo’ que constitui uma espécie de história cotidiana.

Os jornais e semanários locais que cobrem o período de 1908 a 1916 não foram encontrados com tanta facilidade. Em alguns acervos, sequer foram encontradas publicações, apenas referências de memorialistas. Todavia, consultei um conjunto de periódicos significativo: "O Republicano", "O Comercio" e "O Araraquarense".

Por meio do confronto de jornais com dados da documentação oficial, tornou-se possível elucidar questões obscuras deste tipo de fonte, como por exemplo, a participação dos populares no contexto da modernização, nas primeiras décadas do século. Os registros oficiais quase não se referem às reivindicações populares, tais como pedidos de calçamento de ruas, de construção de teatros, de instalação de rede de esgotos e de energia elétrica, entre outros.

Na Biblioteca Pública Municipal de Araraquara, foram coletados Almanques Ilustrados, publicações em ‘moda’ na época e importantes veículos de divulgação da concepção de mundo da elite. Utilizando-se da peculiaridade deste tipo de fonte, foi discutido o ideal de civilização da elite e suas tentativas de transformar o espaço público segundo seu imaginário de mundo urbano.

No Museu Histórico e Pedagógico ‘Voluntários da Pátria, realizou-se uma seleção do material fotográfico e de alguns documentos impressos, periódicos e mapas. Esta instituição possui um conjunto interessante de mapas sobre a evolução da cidade no século XIX, que forneceu dados sobre a extensão e limites da localidade, bem como das áreas de expansão e atrofia da malha urbana, no período.

Com relação ao extenso acervo de material iconográfico, foram coletadas cerca de duzentas imagens fotográficas que cobrem o período da Primeira República. Privilegiou-se este tipo de documentação, porque sua análise permite o conhecimento de aspectos culturais da sociedade. A utilização do material fotográfico na pesquisa não serviu apenas para ilustrar o trabalho, mas para fomentar uma discussão acerca das formas de representação da modernidade difundidas em Araraquara.

A documentação iconográfica foi tratada como objeto cultural e histórico por excelência. Sua produção jamais é gratuita, isto é, fabricada para determinados usos individuais ou coletivos. Nesta perspectiva, a maioria das imagens é confeccionada para atender a certos fins propagandísticos, informativos, religiosos ou ideológicos.⁵

Foram arroladas, também, as hemerotecas de três importantes acervos da cidade de São Paulo: O Arquivo do Estado, a Biblioteca Mário de Andrade e o Instituto de Estudos Brasileiros. Esta coleta consistiu, basicamente, em jornais, almanaques e revistas, compreendendo as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Encontrou-se coleções dos jornais *O Estado de São Paulo*, *O Commercio* e o *Correio Paulistano*, almanaques e revistas. Tal material abarca a modernização e o impacto das transformações no cotidiano dos grandes centros urbanos. Os periódicos aparecem como importantes mecanismos utilizados pela elite, para divulgação de seus projetos de dominação. Nos relatos jornalísticos e nas crônicas, foram encontradas as idéias progressistas e os discursos higienistas e urbanistas difundidos na época. Estes documentos de caráter público cumpriam seu papel dúbio de informar e modelar cidadãos para as novas exigências sociais.

Num primeiro momento, o trabalho com o acervo das hemerotecas justificou-se por permitir um cruzamento de informações com o intuito de verificar as semelhanças ou as especificidades assumidas pelo processo de modernização em Araraquara e nos grandes centros urbanos. Todavia, no decorrer da pesquisa, pode-se constatar que esta proposta era ampla demais, culminando no desenvolvimento de um outro projeto de pesquisa, para ser abarcada no recorte do presente objeto.

⁵ Para Aumont: “(...) a função simbólica das imagens sobreviveu à laicização das sociedades ocidentais, quando mais não seja para veicular os novos valores - a democracia, o progresso, a liberdade – associados às novas formas políticas”. AUMONT, Jacques. *A Imagem*. Campinas, SP,; Papyrus, 1993, p.80.

Dando prosseguimento à pesquisa, buscou-se desvendar alguns elementos biográficos a respeito de Bento de Abreu Sampaio Vidal com uma visita ao Instituto Genealógico Brasileiro e com a coleta de material privado disperso entre descendentes e memorialistas.

No processo de levantamento dos acervos evidenciou-se a inexistência de um fundo privado de Bento de Abreu. O trabalho com a documentação oficial, por sua vez, exigiu uma complementação e um confronto de dados, através de suportes documentais que estavam em poder de seus descendentes diretos, de pesquisadores e memorialistas. Em um primeiro momento, tal levantamento teve como objetivo possibilitar o cruzamento da trajetória de um homem, cujo material privado – correspondências, fotos, álbum de recortes, diário - documentava aspectos da história de uma época significativa do café no Oeste Paulista.

Dentre o material consultado no I.G.B., foram arroladas três obras que possuem referências sobre a genealogia do biografado. Já com os descendentes e memorialistas, obteve-se fontes diversas como fotografias, inventário, pastas com as contas, recibos e correspondência da Sociedade Theatro Municipal de Araraquara, escritura de compra do mesmo pela Câmara Municipal, entre outros. As informações obtidas com a documentação privada foram contrapostas às constantes em periódicos, em documentos oficiais e à sua biografia resumida publicada, juntamente com uma coletânea de discursos.

CAPÍTULO I - ANTECEDENTES URBANOS

O despertar de uma cidade: o caráter decisivo de uma cultura itinerante

A implantação do regime republicano e a expansão da economia cafeeira propiciaram um desenvolvimento contínuo do espaço urbano. Os municípios integrantes do complexo cafeeiro, como Araraquara, passaram a adequar-se às novas exigências do aumento de fluxo da produção e capital.

O efeito urbanizador do café não implicou somente na criação de cidades, mas na urbanização acelerada dos núcleos já existentes. A urbanização do estado de São Paulo ocorreu lentamente e tomou maior impulso em meados do século XIX, com a expansão cafeeira no oeste paulista ⁶. As transformações ocorridas desde meados do dezenove, tais como a abolição da escravatura, o desenvolvimento da rede ferroviária, a imigração e a nascente industrialização, contribuíram para a formação de um mercado de trabalho interno e estimularam a urbanização dos antigos núcleos coloniais⁷.

Em São Paulo, a urbanização ocorreu recentemente e de forma intensa. Flora Othake observa que o processo de ocupação do solo tomou maior impulso em meados do século XIX. Na década de 1850, foram criados vários municípios. Este período coincide com o começo da

⁶ Para Othake: “(...) o processo de ocupação tomou maior impulso a partir de meados do século passado: na década de 1850 foi criado um número de municípios superior ao total criado nos 50 anos anteriores - era o começo da expansão do café, ao lado da cultura canavieira a qual, gradualmente, veio a substituir. A partir daí acelerou-se o surgimento de novos municípios, acompanhando a expansão cafeeira”. OTHAKE, Maria Flora Gonçalves. *O processo de urbanização no Estado de São Paulo: dois momentos, duas faces*. São Paulo: 1982. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - PUC, p. 21.

⁷ COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1977, p. 194.

expansão cafeeira, paralelamente com a cultura da cana de açúcar, no oeste paulista. A partir daí, intensificaram-se os surgimentos de novos municípios acompanhando a expansão do café.

A expansão do café, na região de Araraquara, foi lenta por dois fatores: escassez de mão-de-obra e dificuldades de comunicação com regiões mais desenvolvidas.⁸ Por volta de 1850, apesar do predomínio da cana, constatavam-se as primeiras lavouras de café. A atividade cafeeira tornou-se dominante somente em 1884.⁹ Desse período em diante, a cidade passou a sofrer um incremento das atividades urbanas.

Os problemas de transporte do café resolveram-se em 1885, com a chegada da ferrovia pela iniciativa dos fazendeiros da região. Esta empreitada solucionava, também, o crucial problema da ligação com outras regiões, ou seja, permitia uma integração econômica, política e cultural às regiões já servidas por outras estradas de ferro.

A inauguração das chamadas 'paralelas do progresso', aliada ao aparelhamento da localidade, ditava o ritmo da modernização. Com a ferrovia, ingressou uma cafeicultura capitalista em Araraquara, bem como as transformações dela decorrentes. Data desta época, o aparecimento de agentes que atuavam em negócios caracteristicamente financeiros na cidade. As diversas atividades que impulsionaram a ocupação e o uso do espaço agrário, concomitantemente, desempenharam o papel de agenciadores do urbano.¹⁰

⁸ Para maiores informações sobre a formação urbana de Araraquara consultar as plantas sobre a “Evolução Urbana de Araraquara no século XIX”, em Anexos.

⁹ SILVA, Inaya B. & REIS, Sandra A.. *Vila ferroviária: memória viva*. Araraquara: Concurso de monografias - “Histórias de Araraquara no decurso dos 100 anos da república”, 1990, p.18.

¹⁰Esta questão evidencia-se tanto nos discursos difundidos pela elite cafeeira, quanto na historiografia. Aqui toma-se como exemplo um trecho de um discurso do personagem histórico, cuja atuação será analisada neste trabalho: “Os palácios e as lindas avenidas e ruas do Rio de Janeiro, que fazem o orgulho dos cariocas e o nosso orgulho de brasileiros, foram feitos com o dinheiro ganho com a ‘valorização do Café’. Com o dinheiro do café foram feitas a bella metropole paulistana e as lindas cidades do interior. Com esse dinheiro foi mantido o cambio e a soberania nacional”. VIDAL, Bento A. Sampaio. *Defesa do Mercado de Café: Discurso pronunciado pelo Sr. Bento A. Sampaio Vidal no Congresso dos Lavradores de Café de São Paulo, em 03 de Maio de 1939*. Discursos. São Paulo: Empresa Graphica da "Revista dos Tribunais", 1937, v.5, pp. 24.

Na civilização cafeeira, o rural constrói o urbano, ou seja, o café gera a cidade e o cidadão. Esta atividade materializava-se como uma empresa, e portanto, necessitava do urbano para se afirmar. Neste momento, a economia do país era conduzida pela produção de café. O excedente gerado internamente, permanecia no território de origem e retornava ao espaço de sua produção ou era investido em outros setores rentáveis, direta ou indiretamente, como as ferrovias e os equipamentos coletivos urbanos.¹¹

Neste sentido, a urbanização do *hinterland*¹² paulista, relacionava-se com a internalização do capital e com a generalização da mercadoria. A cafeicultura, atividade tipicamente rural, desencadeava uma propulsão do desenvolvimento urbano. O beneficiamento do café, por exemplo, envolvia atividades industriais de equipamentos e sacarias e a atividade exportadora-importadora movimentava o setor financeiro, portos e armazéns.

A economia cafeeira ru-urbana permitia a acumulação de capital e esse processo efetivou-se na urbanização das cidades. Na cidade, a elite desenvolvia seus papéis: ocupando cargos públicos e, paralelamente, tratando de seus interesses privados. Pode-se afirmar que os interesses políticos estavam vinculados à sua presença no cenário urbano. Na *urbs* do café onde se encontravam armazéns, bancos, portos e a ferrovia travavam-se as batalhas pelas políticas de defesa do café e podia-se controlar a massa de votantes.

A elite cafeeira¹³, na Primeira República, usava o Estado para promoção de seus interesses privados. Na cafeicultura paulista, essa prática resultava em políticas orientadas

¹¹ OTHAKE, Flora. op. cit., p. 21

¹² O conceito de *hinterland* é tratado aqui na concepção adotada por Szmrecsanyi: “como território cuja unidade é mais sociopolítica do que natural, ou seja, é dada pela mobilização e drenagem de seus recursos por um núcleo urbano polarizador, através de iniciativas e controles adotados por uma classe dominante local e sua elite dirigente, atuando através do Estado”. SZMRECSANYI, Maria Irene. Rio e São Paulo: raízes da substituição da metrópole nacional. *Revista USP*, (17), pp. 202-219, 1993.

¹³ A definição de 'elite' esboçada neste texto não restringe-se somente aos membros de setores da sociedade que desenvolvem alguma ocupação política. A partir da análise do debate historiográfico e da utilização de fontes primárias, esta foi conceitualizada de uma forma mais ampla que abrange o poder derivado da riqueza, ocupação e *status* social reconhecido, bem como da posição política e, comumente, da combinação de todos os fatores

para incentivo e proteção da produção do café, promoção de serviços e obras urbanas, elevando o nível das atividades econômicas e beneficiando, além da elite, outros segmentos da sociedade.

Na cidade, os coronéis reuniam-se em associações, como os clubes da lavoura. A fundação dessas associações tinha como principais preocupações questões como mão-de-obra, mecanização, implementação de novas técnicas agrícolas e discussões sobre as políticas de valorização do produto.

Os clubes da lavoura originaram-se no final do século XIX, devido à crise cafeeira de 1895 e à 'economia murtinista' do período de 1898 a 1902. Os cafeicultores também, manifestavam-se no plano nacional, tendo fundado a Sociedade Rural Brasileira em 1919.¹⁴

Um dos objetivos principais de tais agremiações consistia na promoção da chegada de grande número de imigrantes, de forma a aumentar a disponibilidade de braços para a lavoura. As associações exigiam do Estado uma atuação protecionista com relação à entrada de imigrantes. Evitava-se, com isso, uma possível concorrência dos imigrantes no acesso à terra e a possíveis contestações à posição destacada ocupada pelos proprietários na sociedade em transformação.

O Clube Araraquarense foi uma espécie de associação criada pelos 'coronéis' com fins políticos. Fundado em 1882 por influentes membros da elite paulista, José Cesário Silva Bastos e Lino Cassiano Jardim, era freqüentado pelos elementos mais representativos da sociedade araraquarense. Constituíam-se num local privativo, onde decisões políticas eram

citados. A conjunção destes fatores rege a entrada de novos membros e condiciona sua permanência. Composta pela alta sociedade, esta elite possui caráter amorfo, heterogêneo, consciente de si, com líderes reconhecidos. Tais características representam o tom cultural deste segmento, e, de certa forma, constituem os elementos ambiciosos e elegantes almejados pelos componentes do "grupo potencial de elite": setores médios, ricos e poderosos, articulados e educados, aos quais faltam alguns elementos que permitam seu reconhecimento, enquanto membros do seletivo grupo. É deste "limbo social" que se originam novos membros da elite e onde terminam muitos dos seus membros quando perdem a riqueza ou os contatos. Por fim, essas colocações são debatidas nos trabalhos de: LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982 e NEEDLELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1993.

tomadas. Antes de um projeto ser aprovado na Câmara, era discutido nos salões dessa associação. Os atos públicos, geralmente, terminavam com um baile no clube, mas eram reservados à elite. Este espaço de sociabilidade, onde realizavam-se bailes, festas literárias e apresentavam-se orquestras, consistia, inclusive, numa alternativa para as reuniões familiares, geralmente de cunho religioso. No entanto, para a população, em geral, os divertimentos restringiam-se às festas religiosas na praça e aos festejos carnavalescos.

O processo de urbanização emerge como produto da atuação e inserção dos coronéis nas cidades. O investimento em melhoramentos urbanos relacionava-se com a fixação de residência na cidade e as atividades políticas desenvolvidas pela elite e este quadro impulsionou a urbanização dos núcleos urbanos já existentes:

“À medida que os fazendeiros mudaram-se para os grandes centros, cresceu a tendência em promover melhoramentos urbanos. Aumentou o interesse pelas diversões públicas, a construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafés. Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos. O comércio urbano ganhou novas dimensões, bem como o artesanato e a manufatura. O processo foi favorecido pelos interesses que o capital estrangeiro teria nesse tipo de empreendimentos urbanizadores”.¹⁵

¹⁴ Bento de Abreu foi sócio-fundador e presidente desta sociedade várias vezes, tendo sido honrado com o título de presidente honorário.

¹⁵ COSTA, E. V. op. cit., p. 215.

A imigração estrangeira que afluiu para as cidades, também, foi um dos fatores de crescimento da população e da expansão das funções urbanas no período.¹⁶

A estrutura das grandes propriedades de café garantia a obtenção de capital excedente, mas não exigia sua completa reabsorção no meio agrário. A elite cafeeira obtinha grandes lucros: investia uma parte na lavoura e outra em setores urbanos interligados, de certa forma, à manutenção da agricultura exportadora. Esta situação levou à expansão dos setores comerciais, financeiros, imobiliário e da construção civil. Foram criados, por exemplo, bancos e desenvolveram-se os melhoramentos urbanos.

Neste momento, a economia abarcava os setores agrário, comercial e financeiro, podendo-se falar em capital cafeeiro urbano-rural, porque este possibilitava o desenvolvimento das funções urbanas.¹⁷ O Banco de Araraquara, por exemplo, era organizado por uma sociedade anônima, tendo por acionistas grandes coronéis da região.

Era costume corrente os investimento em casas bancárias.¹⁸ Todavia, torna-se necessário observar que estes capitais não foram investidos somente em sua área de origem, mas em outras regiões do Estado. Bento de Abreu, por exemplo, possuía propriedades que envolviam negócios diversos em Pirajuí, Guariba, e Marília.

Os melhoramentos urbanos em Araraquara aparecem vinculados à iniciativa do capital cafeeiro urbano-rural local. As melhorias realizadas durante a gestão de Bento de Abreu como presidente da Câmara Municipal, constituem-se num exemplo: iluminação pública e particular à luz elétrica; abastecimento de água potável e rede de esgotos, por toda a extensão habitada

¹⁶ DEVESCOVIS, Regina C. B.. *Urbanização e acumulação*: um estudo sobre a cidade de São Carlos. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea; Ufscar; 1.987, p. 48.

¹⁷ De acordo com Sérgio Silva: “(...) do final do século XIX à crise de 1919/1930, ... a economia cafeeira foi o principal centro de acumulação do Brasil. É na região do café que o desenvolvimento das relações capitalistas é mais acelerado e é onde se encontra a maior parte da indústria nascente”. SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 17.

¹⁸ A este propósito, Corrêa ressalta: “Compreendendo a importância dos financiamentos bancários aos lavradores tratou o vereador Carlos Batista Magalhães de fundar um banco para servir à região de Araraquara, Rio Preto e Barretos. Com esse objetivo conseguiu a adesão de 41 capitalistas subscrivendo 783 ações. A criação do banco representava a possibilidade da oferta de auxílio financeiro aos lavradores quando estes se encontrassem em

do núcleo urbano; entre outros. A partir da sua atuação na municipalidade, a paisagem urbana proveu-se de importantes equipamentos de infra-estrutura.

Estes benefícios alicerçaram-se a partir da apropriação da esfera pública pela esfera privada, situação que ganha relevo durante a Primeira República. Os empreendimentos realizados durante o período que estende-se de 1908 a 1916, pela administração pública, beneficiaram sobremaneira seus interesses privados dos senhores do poder local. Por exemplo, o cargo de presidente da Câmara, prestígio político e poder econômico possibilitaram a Bento de Abreu a aprovação e realização de inúmeros projetos vinculados aos seus interesses privados.¹⁹ Este quadro contribui para uma caracterização do nepotismo político no Estado brasileiro, vigente na longa duração.

Por outro lado, ilustra o fato dos fazendeiros não se limitarem, somente, à atividade de plantar café. Em meados do século XIX, os fazendeiros das áreas em expansão econômica já vislumbravam o caráter positivo da figura do empresário para os sucessos da agricultura²⁰. Estes homens lançavam-se em diversos empreendimentos como a abertura de estradas de ferro, a fundação de associações e congressos agrícolas, organização de exposições, debates sobre política de valorização do produto e vinda de mão-de-obra imigrante, bem como investimentos em bancos, melhorias urbanas e comércio. Deve-se notar que essas atividades não extrapolavam os limites dos interesses da empresa cafeeira:

situação difícil". CORRÊA, Anna Maria Martinez. *História Social de Araraquara (1817-1930)*. São Paulo: (Dissertação de Mestrado), USP, 1967, p. 291.

¹⁹ Pretende-se demonstrar, portanto, a questão do público e do privado na República Velha através da análise da modernização urbana na cidade de Araraquara, tendo como elemento norteador as políticas públicas dirigidas, como já foi colocado, por interesses privados. Representa Bento de Abreu, neste caso, um personagem político que pertence a uma esfera pública, por transformar a nível político municipal e estadual, os interesses privados da elite cafeeira em necessidade pública do crescimento urbano, realizando através do Estado a interpenetração entre público e privado. A questão da fusão das esferas pública-privada será oportunamente retomada no próximo capítulo deste texto.

²⁰ COSTA, Emília Viotti. *Ibid.*, p. 206.

“(…) a agricultura não era a única fonte de recursos dos fazendeiros. Não era raro que a completassem pelos negócios ou pelo arrendamento de taxas (por exemplo o uso das estradas que levavam aos portos de embarque do café). Alguns mesmo eram comerciantes enriquecidos, que tinham passado a empreender uma agricultura essencialmente comercial (...) Outras fortunas tinham resultado do comércio de mulas, nas feiras de Sorocaba ... Eram solidários comércio e agricultura de exportação e tinham assegurado a formação de uma classe rica, aristocrática do dinheiro, que os Imperadores Pedro I e II enobreceram generosamente e que tomava parte ativa na vida política brasileira”.²¹

Num primeiro contato com a documentação, pôde-se perceber que as elites se preocupavam em projetar seus interesses para o nível estatal, transformando em esfera pública o próprio poder público, no sentido de controlar as demandas requeridas pela sociedade, ampliando a esfera pública para além dos seus limites usuais. Pode-se, então, falar de uma interpenetração entre público e privado, no contexto da questão política do jogo de interesses e da emancipação da esfera pública burguesa advinda das elites cafeeiras.

A situação econômica de Araraquara, no fim do século XIX, padecia com reminiscências da crise do café, dificultando sobretudo a construção da cidade o que levou ao projeto político de tentativa de projeção política como solução local. A superação desta crise tem seu auge em 1911, quando finalmente a solução política encontrada produz o desenvolvimento econômico. A política de Valorização do Café, empreendida a partir do

²¹ MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 96.

Convênio de Taubaté (1906), contribui para superação dos entraves econômicos, quando a região se integrou perfeitamente com a expansão das estradas de ferro e com a imigração subvencionada.

O senso comum conceitua a palavra “público” como algo ligado à coletividade, enquanto “privado” representaria, por consequência, o oposto. Esta discussão conceitual é feita por Norberto Bobbio e Jürgen Habermas.

Bobbio discute o senso comum, estabelecendo uma dicotomia entre público e privado, e sua posterior legitimação, estendendo tal dicotomia para sociedade civil e o Estado, como autonomia e heteronomia. Parte deste pressuposto para a explicação da inter-relação “público” e “privado”. A dicotomia, neste caso, não impede a relação entre as tensões.²²

Esta visão, no entanto, não permite uma compreensão das mudanças nas esfera do poder por seu caráter de exclusão. Não se compreende a historicidade dos termos, bem como do próprio Estado, o representante do público, que atua como mediador e regulador das tensões entre público e privado. O poder privado, quando age na privatização do público, acaba causando a revanche na qual os aparatos públicos são utilizados para a satisfação de objetivos particulares.

Para Habermas há uma “mudança estrutural da esfera pública” que leva à dilaceração ou à adaptação da figura do Estado. Propõe, portanto, a historicidade do termo, representativa no processo de constituição da própria burguesia como uma esfera de poder. Em Habermas o Estado representa a esfera pública, entretanto os elementos que a compõem não são apenas

²² Para Bobbio, público e privado não se interpenetram de modo a dilacerar ou modificar o próprio Estado. Ao contrário, o Estado continua como palco dos conflitos, dominando-os e os resolvendo através do “contrato social”. BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

“estatais”. A indissociabilidade do privado nesta articulação é visível. O público significa invariavelmente, coletivo.²³

No período da Primeira República (1889-1930), as “elites do café” assumem o poder de estado empenhando-se em implantar, por todos os custos, soluções salvadoras e sanar as demandas sociais dentro de um determinado imaginário republicano.

Em Araraquara, pólo econômico em expansão no oeste paulista, estas mudanças que ocorrem na esfera estatal, como produto da interpenetração entre público e privado, colocam a solução salvadora da modernidade urbana como pauta de programa da administração do período de 1908 a 1916, quando Bento foi presidente da Câmara.

O crescimento da população e a expansão das funções urbanas relacionam-se, da mesma forma, com a imigração estrangeira que afluiu para a cidade desde meados do século XIX. Os imigrantes contribuíram para a expansão das atividades urbanas ao transferirem algumas funções, antes instaladas no latifúndio, para as cidades. Este contingente, oriundo de áreas onde não havia preconceito contra o trabalho manual, controlaria de maneira crescente o artesanato e o comércio dos centros urbanos²⁴.

Inicialmente, a maior parte deste contingente fixou-se nas fazendas de café, tendo a menor se fixado diretamente na cidade. Passado algum tempo, uma parte do grupo fixado no meio rural deslocou-se da fazenda para a cidade. Quando os imigrantes formavam um pequeno capital, preferiam aplicá-lo num investimento seguro, que a lavoura cafeeira não podia oferecer: os imóveis urbanos. Essa aplicação em imóveis urbanos implicava na transferência do colono e de sua família para a cidade e a partir disso num crescimento urbano.

²³ Habermas problematiza a questão e nem toca na dicotomia, passando a compreender a interpenetração, completando a análise de Bobbio. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

²⁴ FREIRE, Gylberto. *Sobrados e mocambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil, decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1961.

O crescimento da cidade possibilitou um desenvolvimento industrial. O urbano era, ao mesmo tempo, um mercado consumidor em expansão e o local onde abrigaram-se os agentes que facilitariam a instalação de inúmeras pequenas oficinas, criadas para atender às suas próprias necessidades de consumo.²⁵ A transformação das cidades, de espaço de consumo para espaço de produção, é produto das exigências do capital cafeeiro rural-urbano.

Os produtos fabricados eram, geralmente, alimentícios, tais como: bebidas, massas, farinha de mandioca, bolachas e doces. Era muito comum também, a produção de móveis e de material para construção. Os primeiros estabelecimentos industriais e comerciais possuíam um caráter doméstico, pois contava com um reduzido número de trabalhadores, geralmente da própria família do proprietário, tinham como instalação a própria residência, e possuíam equipamentos rústicos, em sua maioria, usados.

É necessário destacar que a efetiva migração campo-cidade e a formação de um exército industrial de reserva, ganhou relevância a partir da segunda década do século XX, com o início da Primeira Guerra Mundial e do processo de decadência do café.²⁶ Nesse período, vários comerciantes e industriais locais eram imigrantes, porém não haviam passado pela lavoura cafeeira e nem eram fazendeiros ou ex-colonos.

O contingente, agora tratado, deslocou-se para a região com o intuito de desenvolver atividades econômicas urbanas, nos setores comercial e industrial, e não para trabalhar na lavoura de café. Apesar de o número de imigrantes vindos para a cidade ser menor do que o grupo inserido na lavoura, sua importância qualitativa não deve ser desprezada.

A presença de imigrantes, principalmente italianos e espanhóis, no processo de urbanização da cidade, foi significativo para o desenvolvimento das atividades industriais e comerciais locais. Os serviços dos profissionais especializados na realização de obras da construção civil e em atividades que envolviam serviços de alvenaria, serralheria, marmoraria

²⁵ CORRÊA, A. M. M.. op. cit., p. 300.

e marcenaria eram muito requisitados pela elite cafeeira, pois imprimiam a esses empreendimentos padrões estéticos europeus.

O caldo cultural dos imigrantes pode ser observado nos padrões arquitetônicos adotados nas construções do período. Os anúncios comerciais do *Álbum de Araraquara*, publicado em 1915 sob os auspícios da Câmara Municipal, nos revelam que grande parte dos profissionais especializados na prestação desses serviços tinham procedência européia, destacando-se a italiana²⁷. O calçamento *'petit-pavet'* conhecido por mosaicos portugueses, por exemplo, era uma técnica de assentamento artesanal realizada por poucos especialistas italianos e lusitanos.

Os imigrantes reuniam-se, igualmente, em entidades assistenciais e culturais, como as sociedades beneficentes. Tais agremiações congregavam a população italiana de menor ou maior poder aquisitivo, respectivamente, rural e urbana.

Este grande contingente europeu, formado por trabalhadores livres presentes tanto nas fazendas como nos núcleos urbanos, deram à cidade a atribuição de mercado de trabalho. Em Araraquara, as iniciativas no setor industrial foram desempenhadas, principalmente, por imigrantes italianos e espanhóis.²⁸

Os estrangeiros residentes na área urbana, pequenos industriais e comerciantes, organizavam-se em unidades familiares de produção. As atividades do setor comercial eram bastante diversificadas: alguns estabelecimentos eram especializados na comercialização de importados.

O mercado de artigos nacionais e importados era constituído por fazendeiros, profissionais liberais, funcionários administrativos, pequenos comerciantes e industriais, incipiente operariado urbano e capitalistas.

²⁶ DEVESCOVIS, R.. op. cit., p. 59.

²⁷ FRANÇA, Antônio M. & SILVEIRA, João (Org.). *Álbum de Araraquara*. São Paulo: Ed. João Silveira, 1915.

²⁸ CORRÊA, A.M.M.. op. cit., p. 302.

Tais segmentos eram os grandes usuários dos meios de consumo coletivos urbanos e representavam um mercado local para as unidades comerciais e industriais.

O andamento das atividades agrícolas refletia-se no desenvolvimento industrial devido às ligações existentes entre elas. A declaração da Primeira Guerra Mundial, em 1914, trouxe consigo a desorganização da economia cafeeira, pois o mercado importador europeu estava impossibilitado de absorver o produto e o crédito externo bloqueado. Os efeitos dessa situação ecoaram por todos os setores da sociedade. As dificuldades de importação dos produtos europeus refletiam-se no aumento do custo de vida.

Deve-se ressaltar a instabilidade e o caráter incipiente do setor industrial, pois este encontrava-se atrelado à economia cafeeira do pós-guerra e subordinado ao mercado de consumo do período. Era voltado, principalmente, para a fabricação de máquinas agrícolas (beneficiamento de café), para a produção de sacarias (embalagem do café) e, finalmente, para a fabricação de bens de consumo em geral.

Este ramo de atividades, ligado à agricultura, possuía unidades produtivas com caráter distinto da ‘empresa’ doméstica, muito comum nas indústrias locais: organizavam-se com base no trabalho assalariado. A fábrica de gelo e salame, cujo proprietário era Américo Danielli, prefeito e vereador da cidade, instalada em 1911, constituiu-se em exemplo típico de uma grande unidade produtiva.²⁹

²⁹ A esse respeito, Corrêa ressalta que para a instalação do maquinário importado, a ‘Gas Motoren Fabrick Deutz’ do Rio de Janeiro enviou um engenheiro especializado. Para ter-se uma idéia da grandiosidade do empreendimento para a época, a fábrica produzia: cerca de 1200kg de gelo por dia; a câmara frigorífica contava com uma capacidade para 7.000kg de gêneros; eram vendidos 600kg de peixe por semana, e o capital da firma era avaliado em 200:000\$000. No mesmo estabelecimento funcionava uma torrefação e uma fábrica de salame. Com relação à torrefação, cerca de 60 arrobas de café eram torradas por dia. Depois de torrado, o café era moído e colocado em latas e pacotes, sendo vendido como Café Paulista.²⁹ Em 1.916, a mesma fábrica passou a produzir palhões para garrafas. Merecem destaque, também, a fábrica de camas de ferro, a marmorearia italiana a fábrica de sabonetes Maziero. CORRÊA, A.M.M.. op.cit., p. 291.

A nascente mão-de-obra operária era, geralmente, empregada nos setores industriais ligados à agricultura. Esse incipiente operariado era composto, na maioria dos casos, por ex-colonos das fazendas ou por imigrantes recém-chegados. A chegada da ferrovia à Araraquara em 1885, por iniciativa de um grupo de cafeicultores - entre eles Antônio Lourenço Corrêa e o Conde do Pinhal - engendrou uma série de atividades de produção e de manutenção tais como: oficinas e fundições para reparos e confecção de peças para a estrada de ferro, bem como a presença de uma mão-de-obra para executar essas tarefas.

Diferentemente das indústrias vinculadas ao setor cafeeiro, as indústrias domésticas comportavam um grande número de pequenas e diversificadas empresas, tais como a de bebidas, camas, fogões, gelo, ladrilhos, louças, carroças, doces, sapatos, tipografia, oficinas, confecções, etc.

A intensificação das funções urbanas transformou Araraquara numa cidade diversificada socialmente. O espaço exclusivo de residência da elite passou a fragmentar-se para ceder lugar à pequena burguesia industrial e comercial e à classe operária nascente. O espaço urbano ampliava-se, homogeneizava-se, na mesma medida em que se tornava cada vez mais heterogêneo.

No início do século XX, Araraquara constituía-se num espaço colado a economia cafeeira, mas que já apresentava indícios de uma futura autonomia urbana. A cidade era um espaço de produção e não somente de distribuição e circulação de mercadorias.³⁰ O caráter itinerante do café não implicou somente na criação de cidades, mas na urbanização acelerada de núcleos urbanos já existentes.

³⁰ “(...) os elementos físicos territoriais e as novas relações sociais engendradas no momento histórico da hegemonia econômica do café vinham, contraditoriamente, criando as condições para que a cidade enfrentasse, posteriormente, a desestruturação geral da economia cafeeira”. DEVESCOVIS, R.. op. cit., p. 65.

Apesar do crescimento do mercado interno, o processo de urbanização em Araraquara estava mais ligado à expansão da economia exportadora cafeeira. Assim como as cidades portuárias, as *urbes* do café ornamentavam-se de acordo com modelos europeus, transfigurando seu aspecto colonial. Os grandes centros teriam exercido um fascínio e servido de padrão para o processo de modernização da rede urbana paulista. Desta forma, os chamados “benefícios do progresso” não se concentrariam apenas nas capitais.

Quando do processo de remodelação da cidade, Araraquara já possuía um organismo urbano formado. As melhorias urbanas promovidas pelos fazendeiros indicavam sua postura diante da cidade: a transferência da residência para a cidade fazia-se acompanhar por melhores condições de vida. Este comportamento conduziu as reformas urbanas no Brasil, levadas a cabo no início do século XX:

“A expressão 'regeneração' era por si só esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento de destruição da velha cidade, para complementar a dissolução da velha sociedade imperial, e de montagem da nova estrutura urbana”.³¹

As empresas fundadas na virada do século, como as companhias de luz elétrica, de telefones, de bondes, hospitais, teatros, bem como obras de infra-estrutura, constituíam-se em obras de melhoramento da paisagem urbana. Como resultado do aburguesamento sistemático da paisagem, criou-se:

³¹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 29.

“(...) um espaço público central na cidade, completamente remodelado, embelezado, ajardinado e europeizado, que se desejou garantir com exclusividade para o convívio dos 'argentários' ”.³²

Os referidos 'argentários', nada mais representam do que a figura dos abastados 'coronéis' que financiavam as melhorias públicas por meio de empréstimos às municipalidades, doações de terrenos para a construção de empreendimentos ligados a diferentes inovações, seja a cadeia, o grupo escolar, o paço municipal, e mesmo casas de diversão como teatros e cinemas.

Neste sentido, o espaço público possuía como paradoxo uma finalidade privatizada. Revela-se aí uma incapacidade de se separar a 'coisa pública' dos negócios privados presente na sociedade brasileira.

Os melhoramentos urbanos, ao mesmo tempo em que atendiam às necessidades básicas da sociedade, representavam uma forma de investimento. Estas necessidades, decorrentes das novas exigências da vida citadina e os elementos capazes de influenciar em seu desenvolvimento, fazem parte de um esquema mais amplo de modernização urbana. Logo, a implantação de melhorias se atém às condições próprias do contexto analisado anteriormente.

³² Idem, pp. 33-4.

Novos Rumos: os bastidores da política no cenário *fin-de-siècle*

Até as últimas décadas do século XIX, as cidades planejadas eram raras na paisagem brasileira. Em meados do dezenove, a feição de Araraquara era quase semelhante a do período colonial. Uma rede urbana carente de meios de comunicação eficientes; falta de cuidados no que tange à saúde pública em relação ao escoamento de matérias pútridas; e assim, sucessivamente, pode-se enumerar muitos outros aspectos.

O surto cafeeiro, a expansão do mercado interno, ao que se acham também relacionados a imigração, a expansão da malha ferroviária e a transferência dos 'coronéis' para o meio urbano, são elementos que merecem ser tomados como referências, para explicações em que fique evidenciada a forma específica assumida pelo processo de modernização.

Os efeitos da modernização sobre a cidade de Araraquara, bem como sua influência no processo de urbanização da mesma, em especial a implantação de melhoramentos urbanos, encontra-se intimamente relacionada com as disputas eleitorais e os crimes que marcaram o final do século XIX.

Os acontecimentos ocorridos em 1897, conhecidos como 'Linchaquara', ilustram a violência coronelística correntemente utilizada pelos mandatários locais, para manutenção do poder. Esta prática pode ser verificada tanto em áreas decadentes quanto em expansão, como é o caso da próspera região do chamado 'Oeste paulista'. Os crimes ocorridos marcaram, intensamente, a população e o cenário urbano.

Na ocasião, Araraquara encontrava-se dividida em duas facções políticas: uma monarquista, liderada pelo Coronel Joaquim Duarte Pinto Ferraz; e uma republicana, liderada pelo Coronel Antônio Joaquim de Carvalho. Ambas facções brigavam entre si pelo controle do poder local. Rosendo de Souza Brito, membro da facção do Coronel Ferraz, assassinou o

Coronel Carvalho, presidente do diretório local do Partido Republicano e chefe político situacionista.

No desenrolar dos acontecimentos, Rosendo e seu tio, Manuel de Souza Brito, foram presos e assassinados com requintes de crueldade pelos filhos, genro e ‘capangas’ do Coronel Carvalho. Este acontecimento valeu à Araraquara o apelido de ‘Linchaquara’. O ex-chefe de polícia do Estado e genro do ‘coronel’ assassinado, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, foi o principal acusado da invasão da cadeia e do suposto ‘linchamento’. O caso repercutiu por todo o país e a imprensa oposicionista pressionou o governo estadual de Campos Salles a tomar atitudes para satisfazer a opinião pública.

Apesar de os acusados serem levados ao tribunal, os compromissos de dependência recíproca entre o poder local e o poder estadual não se romperam. Foram efetuadas manobras e os réus foram, sem exceção, absolvidos:

“(…) no desenrolar dos fatos são nítidas as marcas da supremacia dos interesses do partido sobre os da família dominante. A conciliação entre as duas ordens de interesses, o governo estadual promoveu ‘garantindo’ a ação da justiça, de tal modo que o processo judiciário foi até as últimas conseqüências do julgamento, desonerando, assim, o partido de quaisquer ônus no caso. Todavia não descuidou da abertura de vias de acesso para que a facção dominante, ao final, encontrasse as saídas que inocentariam os acusados”.³³

³³ TELAROLLI, Rodolpho. “Os sucessos de Araraquara”: estudo em torno de um caso de “coronelismo” em fins do século XIX. São Paulo: (Dissertação de Mestrado), USP, 1975, p. 222.

Tais acontecimentos, encontram-se ligados às constantes lutas pelo poder local, nesse período. O ‘crime dos Britos’ demonstra como a luta política entre grupos opositores era marcada pela violência, muito utilizada pelos detentores do poder como meio de intimidação. De 1897 até 1905, os Carvalho ausentaram-se dos cargos públicos, mas controlavam o poder por meio de seus correligionários.³⁴

Em Araraquara, o poder local era estabelecido e exercido de forma maciça, por membros do Partido Republicano Paulista, partido que congregava em suas fileiras os representantes da elite cafeeira paulista.

O domínio da oligarquia perrepista encontrava-se, intimamente, ligado ao controle do eleitorado e do poder local. As eleições, durante a Primeira República, constituíam-se em mera formalidade, onde as oligarquias situacionistas favoreciam seus candidatos através da utilização de meios coercitivos e fraudulentos. O resultado do pleito era previsível: de forma alguma consumava-se a derrota do candidato do governo. Os ataques da oposição eram veiculados por jornais de vida efêmera, ou seja, periódicos criados às vésperas das eleições e extintos logo após a apuração dos votos. Segundo Telarolli, grande parte dos noticiários visavam os leitores locais.³⁵ O conteúdo e as referências a nomes e especificidades, somente, tinham significado para as pessoas da localidade.

Essas publicações possuíam um caráter erudito, com muitas citações em latim e, por vezes, em francês e espanhol. Tais noticiários eram feitos por membros da elite, geralmente bacharéis, e causavam a impressão de conter a verdade absoluta sobre os acontecimentos. Funcionando como condutores da opinião pública, esses periódicos refletiam a defesa de

³⁴ Na documentação consultada, bem como na historiografia sobre o caso, não há indícios da participação de Bento de Abreu nos acontecimentos de 1897. Porém, pode-se deduzir à qual das facções pertencia pelas ligações políticas de sua família: durante o Império o pai de Bento foi deputado provincial pelo Partido Conservador, e o coronel Ferraz era o chefe do Partido Conservador em Araraquara.

³⁵ TELAROLLI, R.. op. cit., p. 198.

posições políticas. O jornal ‘O Popular’, de Araraquara, apresentava logo abaixo do título a expressão: ‘Orgam Republicano’.

Em conformidade com a legislação vigente, o prefeito deveria ser escolhido, ou seja, eleito indiretamente pelos futuros vereadores. Na praxe política local, o reconhecimento dos poderes dos vereadores eleitos era apenas uma formalidade. Já nas câmaras estaduais e federais, a verificação dos poderes constituía-se no mecanismo de ‘degola’ dos candidatos ‘independentes’. Essa denominação refere-se aos candidatos que se elegiam sem apoio das oligarquias estaduais e aos excluídos pela Comissão Central do PRP na chapa oficial do distrito:

“Os Estados eram estimulados pela continuidade oligárquica, onde deputados e senadores eram o reflexo dos governadores, mas estes e as oligarquias que os sustentavam elegiam-se para o senado, o qual passa a ser a sombra e o reflexo ativo de seus agentes”.³⁶

A estrutura do poder local fez com que se propagasse a idéia de inexistência de divergências políticas divulgada pelos jornais da época. Neste caso, os líderes políticos não formavam facções rivais e, conseqüentemente, não havia disputas entre ‘coronéis’ pelo controle do diretório. Esses organizavam-se em um único bloco para compor a estrutura política da localidade. É o caso da composição do quadro político em Araraquara de 1908 a 1930. Os jornais, principais propagadores da ‘harmonia política’, nada informavam sobre os interesses dos excluídos pela ação do diretório do PRP:

“Há a assinalar ainda a cooperação da política para o engrandecimento de Araraquara e bem-estar da população. É a política no bom sentido do vocábulo, a colaborar com os poderes públicos e a promover a união a harmonia da sociedade da qual há muito desapareceram as dissensões”.³⁷

Com a morte do Coronel Carvalho, houve um rompimento no equilíbrio do grupo situacionista local. A ausência do chefe político gerou uma disputa pela liderança dentro da própria facção situacionista. Após os acontecimentos de 1897 - e por motivos desconhecidos - Theodoro de Carvalho passou a liderar o grupo oposto ao de seus cunhados.³⁸ Até 1907, Theodoro de Carvalho participou ativamente da vida política da cidade, porém longe dos cargos eletivos.

No início do século, dois grupos disputavam o poder local, apesar dos interesses comuns que os unia. Ambas facções eram republicanas e formadas por fazendeiros e proprietários da região. O grupo situacionista era comandado por Theodoro de Carvalho, e o grupo dissidente por Carlos Batista Magalhães, Dario de Carvalho, e pelos Pinto Ferraz. Os Sampaio Vidal faziam parte deste último. O pertencimento de Bento ao, até então, grupo oposicionista pode ser constatado quando este aparece ao lado de Dario de Carvalho, por ocasião das eleições de 1907.

³⁶ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1993, p.587.

³⁷ “O Centenário de Araraquara - 1817-1917”. *Jornal do Commercio*. São Paulo: anno I, nº 293, Quarta-feira, 22 de agosto de 1.917, s.p..

³⁸ TELAROLLI, R. op. cit. p. 270.

As dissidências do Partido Republicano, também manifestavam-se no âmbito municipal, nas lutas pelo poder político. De certa forma, estar na oposição era um ponto negativo, pois não se podia contar com autoridade do delegado. A polícia e o judiciário facilitavam a posição de mando dos coronéis. Essa atitude 'revanchista' contra os opositoristas, fruto da posição de intimidade com o governo estadual, revela acima de tudo um forte temperamento:

“Dentro de uma esfera própria de influência, o 'coronel' como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitrariamentos, que os interessados respeitam. Também, se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que freqüentemente se desencumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados”.³⁹

Dessa forma, o grupo situacionista utilizava-se de ataques pessoais para impor-se politicamente. Com a justiça a seu favor, qualquer manifestação contrária à política situacionista era reprimida.

As constantes mudanças na situação política do governo de São Paulo levou à modificação da política municipal em 1907. Percebendo a vantagem da oposição, a facção

³⁹ LEAL, V. N.. op. cit., P. 23.

situacionista tentou evitar as eleições. Theodoro de Carvalho e seu grupo sentiram-se em minoria e recusaram-se a comparecer às urnas.

A partir de 1908, o comando da política local passou para as mãos do grupo oposicionista liderado por Dario e Plínio de Carvalho, Carlos Batista Magalhães e Bento de Abreu, permanecendo até 1930. Durante todo esse período, a oposição não teve condições para se manifestar, mantendo-se passiva devido às perseguições e violências.

Os populares, por sua vez, não participavam dos acontecimentos políticos. Eram manobrados pelos chefes políticos locais, porque dependiam política, econômica e socialmente desses ‘coronéis’. Na época das eleições, os chefes locais recorriam aos seus eleitores e ofereciam em troca de votos alguns favores. A realização de obras públicas, durante as campanhas eleitorais, esteve relacionada à essa troca de ‘favores’ entre a massa de votantes e o chefe político.

CAPÍTULO II - BENTO DE ABREU: PERFIL DE UM PERSONAGEM NA FRONTEIRA ENTRE A HISTÓRIA E A BIOGRAFIA

A emergência do personagem: biografia versus História

“(…) escrever uma biografia é a rigor, uma tarefa impossível. Movido por um desejo onipotente – o da restauração absoluta de uma vida para sempre perdida – o biógrafo lida na verdade, com seu próprio sonho. Toda biografia, para além das ilusões de objetividade e de rigor, traz a visada de um retrato. Todo homem pode ser biografado ao infinito assim como é sempre possível pintar mais retratos de um mesmo modelo.

Enquanto houver biógrafos, nenhum morto poderá dormir.

A tarefa do biógrafo parte de um limite que se inicia nos riscos da empreitada e que termina na ética. (...) não deixa de ter suas obrigações.

Documentos, fotografias, correspondências, depoimentos, diários se fazem peças fundamentais de acesso a um destino a que, desde o início, o biógrafo sabe que chegará. O que chamamos de biografia é, na verdade um processo de busca, de desvelamento, de caça da verdade. Mas o biografado (...) sempre escapa.

(...) O interesse pelas biografias é aparentemente um interesse pelo passado. Um desejo de restaurar o que se perdeu. Mas ao ler uma

biografia estamos lidando com o presente: com os limites de nosso olhar, com nosso poder de escolha, com nossas melhores ilusões que aquele biografado sem nenhuma cerimônia, vem desmentir.⁴⁰

Uma abordagem das tendências atuais do conhecimento histórico, revela um redespertar do interesse por um gênero que, por muito tempo, foi considerado como ‘o modelo de história tradicional’: mais sensível à cronologia e aos grandes homens que às estruturas e às massas.⁴¹ A recuperação dos sujeitos individuais na história pode ser vista como uma reação aos enfoques excessivamente estruturalistas, que caracterizam boa parte da produção historiográfica contemporânea. No entanto, é importante salientar a aproximação da história com a antropologia, na qual o resgate das histórias de vida já é uma praxe, e com a literatura, preocupada com as técnicas narrativas de construção dos personagens.

A partir do século XIX, a história, buscando sua afirmação como ciência, afastou-se da literatura. Verificou-se então, a ‘proscrição da dimensão literária do discurso histórico’, ou seja, a tendência em negar a narratividade como modo adequado de exposição da escrita histórica. Todavia, nos últimos anos, proclama-se a volta da história-narrativa que se diferencia da história estrutural por ser mais descritiva do que analítica e por direcionar seu enfoque ao homem e não às circunstâncias. Há uma maior preocupação, por parte dos historiadores narrativos, com os aspectos retóricos na apresentação de seus textos.

Por narrativa entende-se a organização de materiais numa ordem cronológica e a concentração do conteúdo numa única história coerente, embora possuindo subtramas. Nenhum historiador narrativo deixa a análise totalmente de lado, mas ela não constitui o arcabouço de sustentação em torno do qual constróem sua obra.

⁴⁰ CASTELLO, José. Sobre Biografias. *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17/03/1995. Caderno 2.

⁴¹ Para Schmidt: “O interesse tanto do jornalismo quanto da história pelo gênero biográfico deve-se à influência da literatura em ambos. Tal opção relaciona-se, e deve ser buscada, tanto no contexto social em que se inserem tais áreas quanto nos seus novos aportes teóricos e metodológicos. A massificação e a perda de referenciais ideológicos e morais que marcam a sociedade contemporânea tem como contrapartida a busca, no passado, de trajetórias individuais que possam servir como inspiração para os atos e condutas vivenciados no presente. Alguns autores são impelidos a investigar minuciosamente a vida privada de personagens destacados, a fim de demolir mitos ou saciar a curiosidade dos leitores. O leitor se sente confortado ao descobrir que grandes personalidades também cometeram deslizes. Esta situação ajuda a explicar o grande sucesso editorial das biografias”. SCHMIDT, Benito Bisso. *Construindo Biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n°19, pp. 03-21, 1997.

Um dos aspectos principais abordados nesta pesquisa é a atuação de Bento de Abreu Sampaio Vidal e sua importância para o processo de modernização urbana empreendido em Araraquara nas primeiras décadas do século XX. Procura-se analisar em que medida este personagem reflete seu tempo e como se dá a construção de um homem público, modelado de acordo com o poder coronelístico. Acredita-se que, por meio do exame de seus diversos papéis representados, seja possível recuperar um pouco do sentido e do perfil de uma realidade histórica tão específica como é o caso de Araraquara do início do século.

O trabalho com os elementos biográficos de uma personagem histórica exigiu a realização de um levantamento de obras de caráter teórico-metodológico que tratassem da singularidade das biografias históricas. Levando-se em consideração a diversidade das linhas teóricas, foram selecionadas algumas obras que enfatizam questões metodológicas no trato das biografias.⁴²

A discussão sobre como se fazer uma biografia está intimamente ligada a toda uma problemática metodológica da redução de escalas de análise a qual usualmente vem sendo denominada de ‘Micro-História’.⁴³ Autores como Giovanni Levi e Carlo Ginzburg⁴⁴ estão, cada qual com suas especificidades, problematizando a relação entre estruturas e as ações humanas. Para Levi: “A biografia constitui, com efeito, a passagem privilegiada pela qual os questionamentos e as técnicas próprios à literatura se colocam para a historiografia”.⁴⁵

Essa problemática tem implicações entre vários estudiosos de tendências historiográficas das mais diversas. Existe todo um debate sobre a História Cultural promovido

⁴² Nesta perspectiva são significativos os seguintes trabalhos: ORIEUX, Jean. A arte do biógrafo. In: DUBY, G. (org.). *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986; Dossiê Biografia, biografias. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Ed. UNIJUÍ, vol. 17, n.º 33, 1997; Dossiê Indivíduo, biografia, História. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, v 19, 1997; STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história. In: *RH - Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991, p. 13-37.

⁴³ LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992, pp. 133-161; GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1990.

⁴⁴ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁴⁵ LEVI, G.. Idem, p.139.

por estudiosos como Robert Darnton e Natalie Davis⁴⁶ e suas relações com a metodologia proposta pela ‘Micro-História’.

Por outro lado, dentro dos Annales, Jacques Le Goff publicou, em 1996, um volumoso livro sobre São Luís. Segundo o referido autor: “a biografia histórica deve se fazer, ao menos em um certo grau, relato, narração de uma vida, ela se articula em torno de certos acontecimentos individuais e coletivos – uma biografia não événementielle não tem sentido”.⁴⁷ Já na Inglaterra, desde a década de 1980, muitos estudiosos dedicam-se à temática da biografia dentro da perspectiva da nova história social marxista.⁴⁸

Isto posto, ao acompanhar a trajetória de Bento de Abreu, procurou-se situá-lo num tempo marcado por profundas e amplas transformações, lardeadas por continuidades e rupturas, ou seja, num momento específico sublinhado pelo apelo à modernidade de onde emergem as ambigüidades tais como arcaico-moderno, civilização-barbárie, rural-urbano e público-privado.

A partir da leitura que o personagem, membro da elite, fazia de sua época é possível dimensionar as relações entre elite e Estado, por meio do desvendamento das relações das esferas pública e privada. A princípio, as idéias e os projetos do biografado parecem sobressair-se aos seus contemporâneos. Todavia, figuram-se numa expressão da mentalidade de seu tempo.

Nessa perspectiva, este texto analisa a figura de Bento de Abreu e sua importância nas tentativas de transformação do espaço urbano da cidade de Araraquara. O personagem em questão é entendido aqui enquanto uma *persona* que representa vários papéis: coronel, fazendeiro, empresário, político, benemérito, fundador de cidades e agente modernizador.

⁴⁶ DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁴⁷ LE GOFF, Jacques. *Saint Louis*. Paris: Galimard, 1996, p. 26.

⁴⁸ Especialmente: HILL, Christopher. *O eleito de deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; e THOMPSON, Edward P.. *William Morris: romântico to revolucionário*. New York: Pantheon, 1977.

Sua atuação, fundamental para o desenvolvimento das funções urbanas, era mediada pela representação desses papéis.⁴⁹ A eles podem ser atribuídas as palavras de Berman:

“Com isso criará uma nova síntese histórica entre o poder público e o poder privado, simbolizada na união de Mefistófeles, o pirata e predador privado, que executa a maior parte do trabalho sujo, e Fausto, o administrador público, que concebe e dirige o trabalho como um todo. Finalmente, o modelo faústico criará um novo tipo de autoridade, derivado da capacidade do líder em satisfazer a persistente necessidade de desenvolvimento aventureiro, aberto ao infinito, sempre renovado, do homem moderno”.

O desnudamento desta trajetória ilumina questões e contextos mais amplos. O acontecimento, o biografado e seu modo de pensar o passado, não são fins em si mesmos, mas constituem um meio de esclarecer alguma questão mais abrangente que vai muito além da história particular e de seus personagens.

Neste sentido, não se trata apenas da biografia de um grande homem. São incorporados os acontecimentos da época em que ele viveu e que se revelaram cruciais para a análise histórica. Há uma preocupação em desvendar os múltiplos fios que ligam o biografado ao seu contexto, ou seja, em pensar a articulação entre a trajetória examinada e o contexto no qual essa se realiza.

⁴⁹ Por meio de elementos biográficos do personagem, analisar-se-á uma das faces assumidas pela modernização urbana, mormente aquela representada pela intervenção do poder público-privado no espaço urbano. A utilização de subsídios biográficos, vem contribuir para um esclarecimento maior da intersecção existente entre os interesses privados e a prática política. Pretende ressaltar, também, a influência dos ‘coronéis’, enquanto detentores do poder local, sobre a cidade. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 73.

As facetas de um homem do café: público e privado no hinterland paulista

*O que o berço dá só a cova o tira,
diz um velho adágio nosso.
(Machado de Assis, “Esaú e Jacó”)*

A história de vida de Bento de Abreu, bem como a de sua família, encontra-se intimamente ligada à história social e política de Araraquara e São Carlos. Em Araraquara, as transformações no espaço urbano, principalmente nas primeiras décadas do século XX, estão ligadas à sua presença nos bastidores políticos da Câmara Municipal.⁵⁰

Enquanto representante da elite, enxergava no mundo urbano o motor para o sucesso da empresa cafeeira e representava vários papéis para defender seus interesses: chefe político local, agente modernizador, empresário, benemérito, ‘coronel’, ‘doutor’, banqueiro e letrado. O êxito de seus empreendimentos estava condicionado à sua inclusão nesses segmentos.

As tentativas de melhorar a paisagem urbana em Araraquara intensificar-se-iam nas primeiras décadas do século XX, durante sua gestão como presidente da Câmara Municipal.⁵¹

⁵⁰ A partir de uma primeira leitura do material documental, referente à atuação do biografado, ficou evidente que sua trajetória transcorreria em íntima relação com o eixo econômico do Estado de São Paulo, considerado pela literatura especializada como o principal centro de acumulação de capitais do Brasil, no período. De fins do XIX até as primeiras décadas do século XX, Bento participou ativamente das transformações que alteraram profundamente os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da chamada civilização cafeeira. Atuação esta, que o próprio encarregou-se de immortalizar, sob a forma de discursos: “Minha virtude foi apenas ter um grande entusiasmo pelas cousas do interior do paiz, que são as que mais precisam de quem cuide delas. Trouxe a experiência adquirida em São Carlos, cidade de que meu Pae foi um dos fundadores, e em Araraquara, cidade criada por meus parentes e de cuja Câmara Municipal fui presidente durante trinta anos, tendo encontrado 1200 prédios, dos quais demolimos 600, e que hoje tem cerca de 6000”. VIDAL, Bento de Abreu. Discursos. São Paulo: Empresa Gráfica da ‘Revista dos Tribunais’, 1937, v.5, pp. 26-27.

⁵¹ As transformações sofridas por Araraquara, principalmente nas primeiras décadas do século XX, encontraram-se ligadas à sua presença no cenário político. Em Araraquara, Bento de Abreu iniciou sua carreira política ocupando cargos eletivos: vereador, de 1908 a 10 e presidente da Câmara Municipal de 1911 a 16 e de 1923 a 29. Nesta cidade ensaiou sua ascensão política, econômica e social estendendo-a para outras regiões do estado. Um exemplo foi a fundação da cidade de Marília, considerada na época a capital da Alta Paulista. A ampliação de sua influência, nos âmbitos estadual e federal, deveu-se ao seu reconhecido poder econômico e político.

A atuação de Bento de Abreu sobre o organismo urbano era mediada pela representação desses múltiplos papéis. A personagem histórica em questão assume o caráter de *persona*: uma figura onde harmoniza-se uma multiplicidade de características. A idéia de *persona* é aplicada aqui como uma máscara mutável, integrada numa variedade de cenas e de situações que adquire validade quando representada em conjunto. Esse quadro induz à multiplicidade do ‘eu’, no sentido de vivenciar ou de ‘sentir em comum’. Desta forma, a *persona* só existe na relação com o outro. De acordo com Michel Maffesoli: “a vida e a existência social adquirem a forma de um teatro, onde cada cena, por menor que seja, possui relevância”.⁵²

A adoção desta proposta analítica, centrada na ambivalência comunitária proposta por Maffesoli, visa fomentar uma discussão sobre a função de agregação das ‘figuras míticas’.

⁵² MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massas*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1987, p. 15-7.

Os tipos sociais exprimem o gênio coletivo num momento determinado, permitindo uma estética comum e atuando como ‘receptáculo’ à expressão do nós.

Bento de Abreu possui uma história de vida ligada à múltiplas redes de socialidade. Sua atuação foi fundamental para o desenvolvimento das funções urbanas da cidade. Ao construir teatros, hospitais e instalar melhorias urbanas, obtinha benefícios como isenção de impostos, subvenções e valorização de seus empreendimentos. O progresso material da localidade possibilitava-lhe prestígio político, rendimentos econômicos e controle social sobre os eleitores.

O caráter ambíguo desta *persona* não permite apenas uma análise da sua importância para o processo de modernização de Araraquara, favorece ainda um exame detalhado da influência dos coronéis, detentores do poder local, sobre a cidade e da construção de um homem público lapidado nos moldes do poder coronelístico.

Descendente de comerciantes portugueses⁵³, cuja vinda ao Brasil remonta ao século XVI, Bento de Abreu Sampaio Vidal nasceu em Campinas a 17 de agosto de 1872, fruto do segundo casamento de Joaquim José de Abreu Sampaio com Maria das Dores Sampaio Vidal⁵⁴.

⁵³ O comércio figurou como atividade original dos mais proeminentes cafeicultores de São Paulo, o que os caracteriza como homens mais mobilizados pelo lucro do que o apego ao solo. Seus descendentes acrescentaram a esse conjunto de atividades a corretagem do café, a instalação de bancos, a construção e exploração de estradas de ferro, além de manter, até o século XX, importantes cargos governamentais. Um exemplo solar dessa postura é a figura de Antônio Prado, imigrante português e fundador de uma dinastia de grandes proprietários e fazendas de café, homens de negócios e políticos, que inicialmente desenvolveu atividades em rotas comerciais.

⁵⁴ FRANÇA, Antônio M.. *Álbum de Araraquara*.. São Paulo: Ed. João Silveira, 1915, pp. 74.

Estudou no tradicional Colégio “Culto à Ciência”⁵⁵ campineiro, formando-se no curso de humanidades⁵⁶. Era membro de uma extensa família de comerciantes, banqueiros e cafeicultores, tradicionalmente ligada à política estadual e nacional.⁵⁷

Durante o Império, seu pai ocupou os cargos de juiz de paz, deputado provincial de 1876 a 1878, e chefe do Partido Conservador. Como deputado provincial, dedicou-se à construção da ligação férrea entre Rio Claro e Araraquara.⁵⁸ Nessa ocasião, a população da cidade era constituída, na sua maioria, por parentes seus, tendo-se em vista a escassez populacional da localidade.

A família Sampaio tinha ligações de parentesco com as famílias Pinto de Arruda e Arruda Botelho. Joaquim José casou-se, em 1854, com D. Eulália Carolina Meira, filha do Tenente Coronel Carlos José Botelho e iniciou sua lavoura cafeeira ao comprar a Fazenda São Joaquim na Sesmaria do Pinhal. Em 1856, ergueu com a participação de seus parentes e de Jesuíno de Arruda a primeira capela, onde constituir-se-ia a atual cidade de São Carlos. Foi um dos fundadores da cidade de São Carlos, juntamente com o Conde do Pinhal⁵⁹, que era seu

⁵⁵ O curso de humanidades era equivalente ao segundo grau, apesar da sua denominação de bacharelado no período. Nesta ocasião, Bento conheceu alguns futuros amigos, membros de importantes famílias do quadro social da elite paulista. Estabeleceu, além disso, os primeiros contatos com a propaganda republicana que passava a dominar as discussões, trazendo à tona uma nova visão sobre a lavoura, os valores, e os rumos do país. A estreita ligação que tinha com o pai parece ser um dos motivos pelo qual não continuou os estudos. Voltou para a casa paterna e assumiu inicialmente a função de diretor de uma casa bancária pertencente à família. Escassos dados foram obtidos acerca de sua infância e adolescência.

⁵⁶ MELO, Luís Correia. *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954, pp.659.

⁵⁷ BELOCH, Israel & ABREU, Alzira A.. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária/Finep/Fundação Getúlio Vargas - CPCOC, 1984, v.4, pp. 3548-49. Vide quadro em Anexos.

⁵⁸ Em 1850, fixou residência na cidade de Araraquara onde dedicou-se ao comércio tendo por sócios seus irmãos, grandes comerciantes em Campinas.

⁵⁹ Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, foi presidente da Câmara Municipal de Araraquara em 1857, tendo participado da abertura de fazendas neste município. Nessa época coordenou a criação do distrito de paz de São Carlos, onde ocupou vários cargos de influência política pelo Partido Liberal. Chefe do Partido Liberal foi deputado provincial, deputado geral e candidato à lista triplíce a uma vaga no senado imperial. Seu prestígio político lhe valeu os títulos de Barão, Visconde e Conde do Pinhal concedidos pelo Imperador Pedro II. O herdeiro da Sesmaria do Pinhal, além de empresário do café, exerceu diversas atividades econômicas. Dentre essas atividades, destaca-se aquela que lhe proporcionou elevado prestígio político e econômico: a construção da estrada de ferro ligando Rio Claro, Araraquara e Jaú. A Companhia Rio Claro, criada em 1880, foi a primeira ferrovia construída sem subvenção do governo, às expensas de cafeicultores da região. Como representante da oligarquia local, o Conde do Pinhal determinou um traçado da via férrea de acordo com os interesses de seus amigos e parentes fazendeiros. Informações específicas sobre São Carlos consultar: TRUZZI, Oswaldo. *Café e*

cunhado. Após a criação da vila de São Carlos, desligou-se de Araraquara e passou a dedicar-se aos melhoramentos da nascente localidade, tendo fundado, em 1891, o Banco União de São Carlos⁶⁰.

Os Botelho constituíam-se num dos clãs mais influentes no grupo das famílias integrantes da elite cafeeira paulista. Grande parte dessas famílias eram oriundas de cidades mais antigas, onde possuíam propriedades agrícolas. É o caso dos Botelho e os Camargo Penteados, de Piracicaba e dos Abreu Sampaio, os Salles e os Camargo, de Campinas: “Ao cabo de duas ou três gerações, estas famílias haviam acumulado interesses ao longo de várias regiões do estado paulista (...)”.⁶¹

Bento de Abreu foi casado com Maria Isabel Botelho de Abreu Sampaio Vidal, filha de Bento Carlos de Arruda Botelho e de Maria Isabel de Oliveira Botelho, e neta dos Barões de Dourado e bisneta dos Viscondes de Rio Claro.⁶² Apesar do laço de sangue que unia as famílias da elite, predominava, por outro lado, a mentalidade na qual o fator econômico era denominador comum nas relações:

“Casamentos, camaradagens entre colegas de escola, relações de negócios estreitavam as relações entre as famílias. Podiam surgir rivalidades políticas, ásperas às vezes, porém concerniam mais às eleições deste ou daquele que as divergências doutrinárias. Tinham todos os mesmos interesses profundos e de acordo com as linhas a seguir”.⁶³

Indústria: São Carlos (1.850-1950). São Carlos; Monografia nº1; Arquivo de História Contemporânea; UFSCAR; 1.986, p. 108-114.

⁶⁰ FRANÇA, Antônio M. op. cit., p. 76.

⁶¹ TRUZZI, Oswaldo. op. cit., p.114.

⁶² VIDAL, Bento de Abreu Sampaio. op. cit., v. 5, p. 19.

⁶³ MONBEIG, Pierre. op. cit., p. 141.

A herança e o casamento no interior da própria ‘parentela’ possibilitavam a preservação das fortunas e do mandonismo local. Todavia, o casamento poderia servir como meio de ascensão para os elementos fora das parentelas. É o caso do surgimento de coronéis independentes que chegavam através de outras vias de ascensão, como, por exemplo, os profissionais liberais, sobretudo dos bacharéis:

“Além de instrumento de defesa de posições sociais para os grupos existentes, era o casamento importante meio de integração e de ascensão social para os ambiciosos que não pertencendo a parentela importante, ou sendo um forasteiro, pretendesse conquistar uma posição de destaque”.⁶⁴

Essa situação parece originar-se do processo de urbanização e de burocratização empreendido desde a segunda metade do século XIX, quando torna-se necessário a conclusão de um curso superior para a ocupação de determinados cargos públicos.

O parentesco entre as famílias pertencentes à elite paulista permitia que seus elementos ocupassem postos políticos. A ocupação desses postos pela elite possibilitava a manutenção e a ampliação do seu poder econômico e, por extensão, sua posição de mando.⁶⁵

Tais desmandos demonstram a expressiva confusão entre a coisa pública e os interesses privados, durante a chamada República Velha. O poder privado gerado nos tempos coloniais, consolidou-se durante o Império e ampliou-se com o regime republicano:

⁶⁴ QUEIROZ, Maria Isaura P.. ‘O coronelismo numa interpretação sociológica’. in: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, v. 1. São Paulo: Ed. Difel, 1982, p. 173.

⁶⁵ Idem, p. 172.

“O poder privado ... era desmesurado na Colônia, continuou a sê-lo durante o Império e a República. (...) Embora não se possa afirmar que todo fazendeiro ou todo grande comerciante era um coronel, também é impossível desvincular o coronelismo do mandonismo local. (...) a população rural continuou submetida ao poder individual”.⁶⁶

Com a construção do Teatro Municipal, por exemplo, Bento obteve a isenção de impostos e subvenções. Neste momento, ocupava o cargo de presidente da Câmara e, simultaneamente, era o presidente da Sociedade Anônima encarregada da construção do referido estabelecimento.⁶⁷ Esta situação demonstra a expressiva confusão entre a coisa pública e os interesses privados, durante a Primeira República. Se o personagem possui tais características isso deve-se ao próprio quadro político do período.

No Brasil, o Estado assume essas características contraditórias porque a tomada do poder ocorre com a ausência de um processo revolucionário. Uma classe proprietária incorpora feições burguesas, constitui uma esfera pública e transforma o Estado num instrumento para servir aos seus interesses. Era pouco definido os limites entre as coisas públicas e privadas, ou seja, um público de proprietários ascendia em uma esfera pública exigindo desta a proteção para o acúmulo de riqueza⁶⁸. Paralelamente à consolidação de uma elite do café, configurou-se uma esfera pública burguesa, constituída por um ‘público de

⁶⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992, p. 39.

⁶⁷ Grande parte das despesas com o Theatro Municipal ficava por conta do próprio Bento de Abreu ou da Câmara Municipal, da qual ocupava o cargo de presidente.

⁶⁸ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 6ª ed., 1987.

peessoas privadas’ politicamente ativas.⁶⁹ Durante as etapas deste processo, a elite cafeeira apropriou-se da esfera pública transformando o Estado por meio da sobreposição do interesse econômico ao político.

Os melhoramentos freqüentemente resultavam da doação de proprietários que, por sua vez, faziam uso das verbas públicas em função dos seus interesses privados. O chefe político não representava o povo, apenas aparecia como seu benfeitor. A população continuou a submeter-se ao poder individual dos mandatários locais.⁷⁰

A modernidade se expressa na transformação do espaço urbano, tendo como base a interpenetração das esferas pública e privada. A concepção moderna de espaço urbano configura-se numa ambigüidade simbolizada pela união de ‘Mefistófeles’, o predador privado e seu caráter destrutivo e ‘Fausto’, o administrador público, realizador de grandes empreendimentos.⁷¹

A defesa dos interesses da elite estava ligada à sua presença, direta ou indireta, em cargos públicos.⁷² Dessa forma, a manutenção do poder econômico estava conciliada ao poder político. Vários membros da família Abreu Sampaio ocupavam cargos executivo e legislativo em nível local, estadual e federal. Raphael de Abreu Sampaio Vidal foi deputado estadual, secretário da justiça e secretário da agricultura; Adolpho Botelho de Abreu Sampaio foi deputado estadual e diretor da Repartição de Estatística do Estado.

Bento fez parte da rede da elite de São Paulo.⁷³ Foi deputado estadual, em 1924, pelo oitavo distrito e, em 1925, pelo nono distrito; deputado estadual nas Constituintes de 1935 e

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

⁷⁰ JANOTTI, M. L. M.. Idem.

⁷¹ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 73.

⁷² A elite cafeeira destacou-se no comando político do país. Sua análise contribui para uma interpretação de fenômenos que abarcam a realidade brasileira, tanto em seu passado, quanto na longa duração.

⁷³ No mapa da Rede da Elite de São Paulo, em “Anexos”, encontra-se as ligações de parentesco de Bento de Abreu com Raphael Sampaio Vidal, que possuía relações financeiras com Rodrigues Alves, e por ser diretor da mesma empresa com J. M. Martins Siqueira.

1947; ocupou a presidência das Comissões de Agricultura e de Finanças, na Assembléia; foi membro consultivo do Estado de São Paulo, em 1933; secretário da Agricultura, em 1937. Foi presidente Honorário e fundador da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro e presidente honorário e sócio-fundador da Sociedade Rural Brasileira⁷⁴.

O interesse e a exclusividade na ocupação de cargos públicos estava vinculada ao caráter da posição de mando ou autoridade desses cargos. De certa forma, a comunidade reconhecia a autoridade do coronel, pois o poder público não atendia às suas necessidades.

O coronel constituía-se numa espécie de protetor e seu prestígio político permeava, direta ou indiretamente, toda a localidade que necessitava de sua influência. Como contrapartida dos privilégios, o coronel deveria cumprir obrigações e prestar contas dos seus atos à sua clientela, para evitar a transferência desta para o controle de seus adversários.

Bento destacou-se pela defesa da autonomia municipal, propunha a ampla autonomia dos municípios:

“(...) vou dizer algumas palavras sobre a autonomia municipal, sobre a qual repousa a essência do nosso regime e que não só diz respeito à administração do município como, principalmente, à política geral. Em 1915, escrevi no ‘Álbum de Araraquara’, mostrando o dever do cidadão de cuidar da política do seu município, porque dela dependia o bom governo do Estado e deste por sua vez a política de todo o país. Glicério, quando senador da República, sempre preocupado com a verdade eleitoral, lembrou-se de instituir a polícia municipal para que a autonomia dos municípios não ficasse sujeita às intervenções indébitas do Centro. Ainda soam aos meus ouvidos as palavras de Costa Carvalho,

⁷⁴ VIDAL, B.A. S.. op. cit.; v.5, p. 21.

no Clube Republicano Campineiro, fazendo a propaganda da República e mostrando a beleza da autonomia dos municípios, na presença de Campos Sales, Glicério, Bernardino, etc. Depois, em S. Carlos, nos comícios e na imprensa, ainda sob o Império, sempre procurei mostrar as vantagens da autonomia dos municípios.

Devo confessar que, um raio que caísse não causaria mais espanto a mim que, há 45 anos, cada vez com mais convicção defendo a autonomia dos municípios contra as indébitas intervenções do Centro.

Poucas pessoas no Brasil cuidaram de administração municipal como eu. Posso dizer que a minha longa vida foi em grande parte dedicada aos interesses de vários municípios do interior. Além de prestar serviços à minha terra, eu realizava o programa de trabalhar pela agricultura, que, a meu ver, é o único meio do Brasil deixar de ser um país pobre e viver de empréstimos.

O município bem administrado e os distritos de paz representam um grande fator na economia rural. E' o centro de civilização das populações rurais e o meio de evitar o êxodo dos campos, pela ansiedade permanente das populações do interior, em busca das capitais.

Os grandes centros do interior, nos meios rurais, diminuem a congestão de elementos perturbadores nas grandes cidades, fazendo assim o equilíbrio necessário, que poucos países possuem. O sonho dos propagandistas da República foi amplamente realizado,. O Estado de São Paulo ostenta hoje as mais lindas cidades, com todo o conforto da civilização. Quem viaja nos países estrangeiros nota logo que eles têm apenas as capitais e poucos centros e o mais são aldeias sem recursos.

São Paulo não, a maior parte das cidades do interior são mais importantes que muitas capitais. Tudo. Isso devemos ao milagre da autonomia municipal”.⁷⁵

A Constituição republicana de 1891, previa a autonomia dos estados da federação e, também, dos municípios. Porém, o centralismo das administrações estaduais foi aos poucos eliminando a autonomia. Em São Paulo, isso não ocorreu devido ao poder político-econômico de alguns municípios - como Araraquara -, às dissidências dentro do diretório republicano, com relação ao PRP, à expansão do café, e às tentativas de legalizar uma autonomia extralegal, que seria uma concessão dos governadores e não de direito.⁷⁶ Em Araraquara, a oligarquia congregava suas forças à favor da autonomia política e financeira do município, nas hostes do diretório republicano.

A defesa da autonomia e do café, por Bento, esteve muito ligada à sua atuação como modernizador da cidade. Esse elemento de sua trajetória, traduzido na junção das esferas do público e do privado, desdobra-se em novas possibilidades apresentadas pelo espaço urbano.

Como o município recebia uma renda ínfima do governo estadual, as melhorias urbanas estavam condicionadas aos lucros da lavoura cafeeira e à iniciativa privada. A importância municipal não deve ser diminuída, uma vez que a legitimidade do governo estadual aliava-se ao apoio aos coronéis, em cujas bases sustentava seu poder. A própria promoção da modernização urbana no *hinterland* paulista encontrava-se atrelada ao ideal da autonomia local, entendida pelos coronéis como a primeira etapa para a garantia do processo.

⁷⁵ VIDAL, Bento A. Sampaio. - *Autonomia Municipal, Câmaras Municipais, Georgismo, Divisão, Socialização da Propriedade Rural*: Discursos pronunciados na Assembléia Constituinte e Legislativa 1935 e artigo publicado no "Diário de São Paulo" em 1944. São Paulo: [S/C/P], 1947. P. 7-9.

⁷⁶ PEREIRA, Robson M.. O municipalismo de Washington Luís através de sua experiência em Batatais: apontamentos a uma preocupação(1892-1900). *Estudos de História*, Franca, v.3, nº 2, p. 156, 1996.

Nesse sentido, o poder político era diretamente proporcional ao número de eleitores que o coronel conseguia arregimentar. Era muito comum a distribuição dos cargos de vereador ou intendente, prefeito, juiz de paz, promotor e chefe de polícia, entre os membros da elite. Os elementos não pertencentes ao círculo dominante dificilmente conseguiam uma colocação política.

Apesar dos 'coronéis' monopolizarem os cargos políticos, a existência de blocos políticos distintos era fato corriqueiro, pois havia uma disputa pessoal entre os chefes políticos locais. Porém, essa polarização não se apoiava em divergências programáticas e ideológicas.

A existência de facções está mais relacionada com o sentimento de lealdade e dever para com os coronéis, pois o poder era medido através dos votos obtidos. Segundo Victor Nunes Leal⁷⁷, os votos conquistados pelos coronéis conferiam sustentação política para o regime republicano e implicavam um reconhecimento do governo estadual ao poder desses chefes sobre suas bases locais.

O coronelismo não se encontra atrelado apenas ao poder privado, o próprio poder público reconhece o poder dos mandatários locais. O “pacto coronelista” era constituído por vínculos entre a oligarquia local e o poder estadual, através do compromisso de sustentação das partes envolvidas.

Caso a oposição demonstrasse pelas urnas a obtenção de maior prestígio, o governo estadual cumpriria a sua parte na política de sustentação. Tal situação implicaria uma inversão de posições, isto é, a oposição se converteria em situação de forma recíproca. Para Rodolfo

⁷⁷ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. 2ª edição; São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 53.

Telarolli, a oposição política em Araraquara possuía significado local, ou seja, limitava-se às disputas pelo poder na localidade.⁷⁸

O modo como o poder político, disfarçado no mandonismo local, era exercido na região não se diferenciava de outros municípios vizinhos. O próprio Conde do Pinhal adotou o seguinte lema em seu distintivo: “Quero, mando e posso”.⁷⁹ O conjunto de palavras que compõe essa insígnia expressa de forma inequívoca os vícios do mandonismo local, compartilhados pela elite.

O fechamento do Banco União de São Carlos constitui-se, também, num exemplo do mandonismo local. Nessa época, nosso personagem era um dos diretores do referido banco.

Em São Carlos, Bento de Abreu desenvolveu atividades comerciais, bancárias e econômicas ao lado do pai. Ingressou na vida comercial em 1890, aos dezoito anos de idade, como gerente de uma casa bancária de seu pai. Posteriormente, esse estabelecimento bancário transformou-se no Banco União de São Carlos.⁸⁰ Em 1903, o Banco União administrado pelos Abreu Sampaio decretou falência. O episódio causou polêmica na imprensa, com especial relevo nas gazetas italianas.

Quando da falência, encontrava-se no banco um montante expressivo de pequenos depósitos da colônia italiana. A família Sampaio foi acusada de ter se beneficiado pela previsão de quebra do banco. Na época do julgamento, a opinião pública da cidade dividiu-se em favor de cada uma das partes. Os advogados Cincinato Braga e Alfredo Pujol realizaram a defesa dos acusados e obtiveram a absolvição por unanimidade. Oswaldo Truzzi, em seu estudo sobre café e industrialização em São Carlos, observa que a defesa não rebateu as

⁷⁸ TELAROLLI, Rodolpho. “*Os Sucessos de Araraquara*”: Estudo em torno de um caso de “coronelismo” em fins do século XIX. São Paulo: 1975. Dissertação (Mestrado em História) - USP, p. 58.

⁷⁹ BOTELHO, Antônio Carlos de Arruda. *Grandes de Corpo e Alma*: fundadores de cidades. São Carlos: Primeiro Centenário da cidade de São Carlos do Pinhal: seu idealizador, seu fundador e colaboradores - Separata atualizada do livro. s.c.p., 1956, p. 56.

⁸⁰ MELO, Luís Correia. op. cit., p. 659.

acusações. Limitou-se a argumentar que se a falência não tivesse ocorrido, não haveria reclamações quanto ao atendimento do banco.

Segundo o veredicto da justiça, a falência teria sido provocada pelo desequilíbrio do setor financeiro - não podendo, os proprietários, arcarem com os prejuízos. A absolvição dos réus está intimamente ligada ao fato de a elite agrária e seus representantes ocuparem a maioria dos cargos políticos.⁸¹ O poder judiciário era um instrumento de ação política e seus postos eram, geralmente, ocupados por profissionais liberais.

Os acontecimentos de 1897 em Araraquara, bem como o fechamento do Banco União de São Carlos, são significativos para a análise da atuação dos profissionais liberais em benefício da oligarquia cafeeira, durante a República Velha. Os profissionais liberais tiveram irrestrito poder durante o Império, e mesmo no início da República ocuparam cargos burocráticos no Estado, pela necessidade fundamental de serem os únicos capazes de criar os mecanismos de gestões legais do poder coronelístico, principalmente em nível estadual e federal. Os coronéis mandavam seus filhos às faculdades de Direito, para estes tornarem-se políticos. O coronel era uma *persona* que tinha importância econômica e eleitoral, e não detinha somente a posse da terra.

Com o advento da República, a atuação do judiciário e da polícia como instrumento de ação política, passou a servir aos interesses do governo estadual quando antes, no Império, atendia aos desejos do governo central.

Ainda na cidade de São Carlos, Bento fundou a Companhia Luz Eléctrica em 1890 - ocupando o cargo de diretor - e contribuiu para a fundação da Santa Casa de Misericórdia local.⁸² Foi primeiro-secretário do Jockey Club, em 1894. Iniciou-se na propaganda republicana ao lado de Prudente de Moraes, Eugênio Egas, Paulino Carlos e João Aranha.⁸³

⁸¹ TRUZZI, Oswaldo. op. cit., p. 96-7.

⁸² MELO, Luís Correia de. op. cit., p. 659.

⁸³ VIDAL, B. A. S.. op. cit.; v. 5, p. 19.

Redigiu vários jornais de propaganda republicana, como o *O Oitavo Districto*, *O Movimento*, e o *Correio de São Carlos*, sendo fundador deste último.⁸⁴

Em 1895, Bento de Abreu tornou-se lavrador ao adquirir uma fazenda de café em Santa Lúcia, município de Araraquara. A Fazenda Alpes era formada pela Fazenda Boa Vista da Sesmaria das Almas, antiga fazenda de café do tenente-coronel Joaquim Duarte Pinto Ferraz.⁸⁵

Em Araraquara, inicia sua carreira política, ocupando cargos eletivos: vereador, de 1908 a 1910, e presidente da Câmara Municipal, de 1911 a 1916, e de 1923 a 1929.⁸⁶ Ocupou a Presidência da Câmara Municipal por trinta anos.⁸⁷ O personagem ensaiou sua ascensão política, econômica e social em Araraquara e estendeu-a para outras regiões do estado.

Estendeu seu prestígio para diversas cidades do interior, ao participar da construção das Santas Casas de Pirajuí, Guariba, Álvaro de Carvalho e Bauru⁸⁸. Todavia, foi a ‘fundação’ da cidade de Marília, considerada a Capital da Alta Paulista, que lhe valeu maior prestígio. Em 1925, Bento adquiriu a Fazenda Cincinatina de seu amigo, Cincinato Braga, fundando, após alguns anos, o patrimônio da futura cidade de Marília. Segundo Valdeir Pereira, ao fundar seu próprio patrimônio, Bento promoveu seus empreendimentos e garantiu vantagens econômicas e prestígio político de fundador da cidade.⁸⁹ O próprio nome da cidade foi produto da sua criação:

⁸⁴ MELO, Luís Correia. idem, p. 659.

⁸⁵ ‘Municípios em Revista’ . in: *Jornal Diário de São Paulo*. São Paulo, 12 de outubro de 1954, s. p..

⁸⁶ CORRÊA, Anna Maria Martinez. *História Social de Araraquara (1817-1930)*. São Paulo: 1967, Dissertação (Mestrado em História) - USP, p. 362-3.

⁸⁷ VIDAL, B.A.S.. op. cit., v.5, s. p.

⁸⁸ *Jornal Correio Popular*. Araraquara: ano III, nº 581, terça-feira, 18 de maio de 1948, p.1.

⁸⁹ PEREIRA, Valdeir A.. *Formação Política de Marília: terra e poder na frente pioneira paulista (1924-1937)*. Assis: 1990. Dissertação (Mestrado em História) - UNESP, p. 70.

“Partindo para a Europa, lembro-me bem que, uma tarde de sol antes do Estreito de Gibraltar, procurei um livro na biblioteca de ‘Giulio Cesare’ e o primeiro que vi foi o de ‘Marília de Dirceu’, o famoso poema de Tomaz Antônio Gonzaga. No mesmo momento, lembrei-me que seria Marília o nome da nova cidade (...)”⁹⁰

A ampliação de sua influência, em nível estadual e federal, deve-se ao seu reconhecido poder econômico e prestígio político - era competente para ganhar eleições.

Em Araraquara, Bento de Abreu materializa o seu ideal de civilização. Por sua vez, a paisagem urbana sofre uma intervenção que é produto da sobreposição dos seus interesses privados, na sua atuação como homem público.

A Colheita Planejada: o mito de um empreendedor entre o arcaico e o moderno

*O Sertão o seduzia, a terra o conclamava.
E ele, bandeirante moderno e magnífico,
destruía sertões e plantava cidades!
(ANDRADE, Auro de Moura)⁹¹*

No período em que Bento esteve à frente da câmara municipal, a cidade de Araraquara passou por um processo intenso de modernizações:

⁹⁰ POVÓAS, Glycerio. *Marília*. São Paulo: Monografia do Serviço de Estatística de Marília, 1947, p. 26.

⁹¹ Discurso pronunciado na homenagem da Assembl. Legislativa do Estado de São Paulo à memória do deputado Bento de Abreu Sampaio Vidal em 17/05/1948. In: VIDAL, Bento A. S.. *Discursos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1943, p. 17.

“Em Araraquara, a Santa Casa, a ‘Gota de Leite’, o Conservatório Dramático e Musical, a Escola de Farmácia e Odontologia; o Ginásio Municipal Araraquarense foi por ele transformado em Colégio Estadual; foi um dos idealizadores do Teatro e do Estádio Municipais, tendo organizado e sido diretor do ‘Banco de Araraquara’. Organizou os serviços de iluminação elétrica e de águas nas vilas de Américo Brasiliense, Santa Lúcia e Rincão”.⁹²

Os jornais da época, bem como o *Álbum de Araraquara de 1915*, fazem descrições da cidade que deixam transparecer um certo aspecto de planejamento e incremento de melhoramentos urbanos, realizados pela administração (leia-se elite cafeeira). Tais melhoramentos foram iniciados em 1908 e chegaram ao apogeu por volta de 1912.

Em pouco tempo, a Câmara Municipal teria realizado *verdadeiros milagres*: alinhamento, calçamento e arborização de ruas e avenidas; ajardinamento de praças; expansão dos serviços de iluminação à luz elétrica, em toda cidade; edifícios de arquitetura *elegante* - Câmara Municipal, Teatro Municipal, Igreja Matriz, Grupo Escolar, Mackenzie College, Polytheama, palacete Carvalho Filho e Casa de Saúde Dr. Monteiro da Silva - abastecimento de água, entre outros. Os eloqüentes documentos de ‘progresso material’, deviam-se à ação da municipalidade. A administração municipal seria a grande responsável pelo adiantamento porque esforçava-se para beneficiar Araraquara.⁹³

⁹² “Biografia”. In: VIDAL, Bento de Abreu Sampaio. *Discursos*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” LTDA, 1943, v. 5, s/p.

⁹³ Jornal do Commercio, op. cit., s.p.

Dentre os nomes vinculados ao progresso, destacam-se: Américo Danielli - industrial italiano (prefeito de 1908/10) - que por seu ‘espírito empreendedor e capacidade de trabalho’, teria iniciado a série de melhorias; Major Dario Alves de Carvalho prefeito de 1911/16, no conhecido período áureo do progresso local; e Bento de Abreu, presidente da câmara durante as duas gestões - *companheiro dedicado e precioso colaborador* do Major Carvalho, durante a *futurosa administração*.⁹⁴

Diante do mito de ‘grandes beneméritos’ criado pela imprensa local e pelos discursos oficiais em torno dessas figuras detentoras do poder local, faz-se necessário abordar quais foram os interesses que impulsionaram sua atuação.

Os mitos, comumente encontrados na tradição oral e na documentação, procuram historiar sua vida de acordo com as aspirações de sucesso. Um deles, refere-se à Bento como um jovem dos mais experientes. E dentre outros, destaca-se o que dá conta de sua epopéia quando da ‘fundação’ de Marília.

Seu perfil oficial possui informações que fomentam ainda mais seu caráter mítico. As versões sobre sua história e o conteúdo dos seus *Discursos*⁹⁵ fazem convergir os mitos e a biografia, conseguindo, assim, alimentar os primeiros. Ao mesmo tempo, preservam o âmago de sua personalidade, impedindo que os mitos se desfaçam ante um confronto.

Bento não era um simples ‘coronel’, seu prestígio político e influência transcendiam os limites da região, de sua área de influência e da sua base eleitoral. Utilizava seu poder econômico e político para o desenvolvimento da região onde encontrava-se a maior parte de seus investimentos, beneficiando por extensão a comunidade. É o caso da criação do distrito de Santa Lúcia, no município de Araraquara. Bento teria ‘iniciado’ a povoação em 1907, à margem esquerda do leito da Companhia Paulista:

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Esta obra, já referendada neste texto, consiste numa coletânea de discursos proferidos por Bento de Abreu ao longo de sua carreira política.

“Até 1907 só existiam algumas casas de negócios e não era possível desenvolver-se a povoação devido a não haver acordo para a venda dos terrenos e nesse anno por iniciativa do Snr. Bento de Abreu Sampaio Vidal, os Snrs. Angelo Bottignon, Caetano Pascuzzi, Joaquim Carvalho de Oliveira, Coronel José Xavier de Mendonça, Capitão José Xavier de Mendonça Filho, João Borba, Adrelino Correa, Coronel Luiz Pinto Ferraz, Capitão Augusto Simões Duarte, compraram terrenos de D. Luciana Machado de Campos, terrenos esses que foram divididos em lotes e ruas pelo Dr Jorge Ramos e assim teve começo a povoação”.⁹⁶

O *Álbum de Araraquara de 1915*, ressalta a grande festa realizada por ocasião da ‘fundação’: realização de missa campal - no local onde seria construído o novo prédio da igreja - , um trem especial para conduzir os convidados de Araraquara, banda de música, banquete para o Diretório Republicano de Araraquara, discurso do Dr. Chrysostomo de Oliveira - genro de Bento - e outras festas - numa referência às festas realizadas pelos populares. A realização dessa festa conferiu à Bento grande prestígio de realizador, num período bem próximo ao da eleição que o faria vereador em Araraquara. O seu ingresso na ocupação de cargos públicos em Araraquara, parece estar vinculado a essa iniciativa. Em 1910, a povoação foi elevada à distrito de paz.⁹⁷

A criação de distritos de paz, possibilitava a valorização de seus empreendimentos, vantagens econômicas e prestígio político. Bento foi um entusiástico criador de distritos de

⁹⁶ FRANÇA, A.. op. cit., p. 123.

⁹⁷PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Noções Elementares de Geographia e Cosmographia*: monographia de Araraquara. Araraquara: Typ. Artística, 1919, p. 33.

paz, sua biografia registra a criação de trinta distritos nas regiões de Araraquara e Marília.⁹⁸ Na sua visão, os distritos possibilitavam a atração e a fixação da mão-de-obra necessária para seus empreendimentos, porque atendiam às necessidades da população com maior comodidade e sem perda de tempo e grandes gastos. Sua máxima era ‘o conforto é que prende o homem à terra’.

O mito de ‘grande benemérito’ e do ‘bravo bandeirante’ criado ao redor de sua figura, deve-se ao caráter social de seus empreendimentos. Suas obras visavam, ao mesmo tempo, a altos investimentos e ao benefício da população:

“A falta de espírito público, tantas vezes arrogada ao chefe político local, é desmentida, com freqüência, por seu desvelo pelo progresso do distrito ou município. É do seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o comércio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de foot-ball, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada - tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. É com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e pretígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança”.⁹⁹

⁹⁸ “Biografia”. in: VIDAL, Bento de Abreu Sampaio. idem.

⁹⁹ LEAL, Victor Nunes. op. cit., p. 37.

Bento possuía uma visão empresarial e política ampla. Dotava a cidade de instituições político-administrativas, como Santas Casas, igrejas e teatros, para atrair e fixar a população em suas terras, e para valorizar suas propriedades:

“Quando procuramos atrair a imigração estrangeira, devemos empregar o melhor do nosso esforço para aumentar o número de brasileiros fortes e sadios, para a riqueza econômica da nação e defesa do nosso território e da nossa civilização”.¹⁰⁰

A associação dos proprietários de terra aos bandeirantes seiscentistas cristalizou-se durante o último quartel do século XIX, e encontra-se ligada à expansão das fronteiras do café. Ao abrir fazendas no sertão, construir ferrovias, alocar mão-de-obra e prover a cidade de modernas instalações, os membros da elite cafeeira paulista passaram a se auto-imaginar herdeiros do espírito bandeirante, ou seja, da missão civilizatória.¹⁰¹

Esses empreendedores, bárbaros por sua ação predatória, representavam um elemento civilizador primordial: o criador do 'ouro verde'. Desbravavam os 'sertões' do Oeste paulista, matas cerradas, levando destruição, morte e grilagem para as terras férteis. As raízes da construção do mito do 'novo bandeirante' são reveladas com sutilezas, até mesmo, em documentos oficiais:

¹⁰⁰ Relatório apresentado pelo Presidente da Maternidade e Gotta de Leite de Araraquara, Sr. Bento de Abreu Sampaio Vidal, à Assembléia Geral de Sócios, em 16 de novembro de 1938'. in: VIDAL, B.A.S.. op. cit., v.5, p. 9

¹⁰¹ LOVE, Joseph. 'Autonomia e interdependência: São Paulo na federação brasileira'. in: *História geral da Civilização Brasileira*. t. III, v. 1. São Paulo: Ed. Difel, 1982, p.60.

“(...) Esse formidável assalto á floresta tem dous batedores originaes: o ‘bugreiro’ e o ‘grilleiro’. Um e outro se completam e são creações desse mesmo espirito de conquista a todo transe, que caracteriza a nossa moderna expansão para o oeste..

O bugreiro surge nas zonas de attrito do civilizado com a nossa selvageria remanescente: no Paraná, em Santa Catharina e, principalmente, no Paranapanema e no traçado da Noroeste. É um descendente degenerado do primitivo mameluco das bandeiras: tem a deshumanidade e a ferocidade deste. (...) É traiçoeiro, subrepticio, colleante, friamente perverso. (...) elle e a sua malta despejam as cargas rolantes das suas carabinas dizimadoras (...) varre e limpa a floresta tropical da sua sevalgeria americana. É que atraz delle vem o paulista moderno, tão ambicioso, como o antigo e como este tenaz, arrastando a sua ruidosa e galharda ‘bandeira’ de colonos italianos. (...) Nessa obra de conquista civilizadora da terra, o bugreiro vence o obstaculo material, que é o indio nomade, povoador infecundo da floresta fecunda. Ha, porém, um outro obstaculo, o obstaculo juridico, que é o direito de propriedade. Hoje, ao contrario de outrora, não ha terras sem dono: ou pertencem a particulares, como sobrevivência das immensuraveis sesmarias primitivas, ou são ‘terras devolutas’ e (...) se conservam inexploradas e virgens, mas ‘apropriadas’ por latifundiarios atrazadões,. (...) – ‘velhos barbaças que as detêm aos milheiros de alqueires para tirar dellas um prato de feijão e uns porquinhos de céva.’

É ao ‘grilleiro’ que cabe resolver esta difficuldade. Elle é que vae dar ao colonizador progressivo, cheio de ambição e de capitaes, o

direito de explorar este thesouro infecundo. Para isto, crêa, pela chicana e pela falsidade, o indispensavel titulo de propriedade: - ‘Opera as maiores falcatruas; falsifica firmas, papeis, sellos; falsifica rios e montanhas; falsifica arvores e marcos; falsifica juizes e cartorios; (...) Mas vence. Divididas as glebas em lotes, vendem-nos os grilleiros á legião de colonos que os seguem como urubús - pelo cheiro da carniça. Cinco, dez annos depois, a flor do café branqueia a zona e a incorpora ao patrimonio da riqueza nacional.’ O bandeirante antigo, prêador de indios e prêador de terras, rude, macisso, inteiriço, brutal, desdobra-se pela propria condição do meio civilizado, em que reponta: e faz-se ‘bugreiro’ insidioso, eliminador do incola inutil, e ‘grilleiro’ solérte, salteador de latifundios improductivos. Exercem ambos, porém, duas funcções essenciaes à nossa obra de expansão colonizadora: e a ferocidade de um e a amoralidade de outro têm assim, para excusa-las, a magnitude incomparavel dos seus objectivos ulteriores”¹⁰².

Os coronéis se auto-imaginavam agentes civilizadores, e isso influiu de forma significativa no desenvolvimento das cidades. Sua atuação era considerada necessária para acelerar a florada dos cafeeiros e o afluxo das riquezas e das cidades com seus jardins, bulevares e cafês.¹⁰³

¹⁰² MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA *Recenseamento do Brasil* (Realizado em 1 de Setembro de 1920). Rio de Janeiro, Typ. Da Estatistica, 1922 (v. I – Introdução), pp. 308-9.

¹⁰³ SEVCENKO, NICOLAU. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2ª ed, 1985.

Todavia, a benemerência caracterizava uma das formas de ocultar-se o mandonismo local. O progresso material da cidade possibilitava, ao chefe local, prestígio político, rendimentos econômicos e controle social sobre os eleitores.

O incremento das cidades visava, também, à satisfação das necessidades dos votantes, compromisso assumido pelo coronel nas vésperas das eleições. É o caso das reformas realizadas no prédio da Santa Casa e das construções da Maternidade Gotta de Leite e do Hospital da Sociedade de Beneficência Portuguesa, em Araraquara. Dentre os patrocinadores dessas obras, destacam-se representantes do poder local, como é o caso de Bento de Abreu. Os investimentos na prestação de serviços médico-hospitalares correspondia ao interesse de dar assistência aos numerosos braços imigrantes que trabalhavam nas lavouras de café.

A cidade era sinônimo de civilização e progresso. Esse modelo de ‘civilização’ e ‘progresso de consumo’ provinha da Europa, foi traduzido pelas grandes cidades brasileiras, e difundiu-se para as regiões onde imperava o café, principal fonte de riqueza do período.

Nas biografias de chefes políticos locais, como Bento, constam referências sobre os grandes feitos e proezas da cidade realizadas pelos grandes empreendedores locais, acompanhadas da lembrança do espírito de bandeirante presentes no imaginário desses homens.

O caráter mítico da figura de Bento pode ser observado nos jornais na época de seu falecimento, em maio de 1948:

“(…) Bento de Abreu Sampaio Vidal se colocara integralmente a serviço da coletividade semeando obras meritórias, criando escolas, hospitais e instituições artísticas, ao mesmo tempo que cuidava da sua lavoura e do bem comum, através de uma, por vezes agitada, existência política. (...) deve-se ao ilustre extinto-bandeirante da mais-alta-estirpe,

um sem número de bons serviços prestados à coletividade e ao estado, pelo inegável desejo de levar o progresso até onde ele se fazia, necessário, para a elevação do seu nível de cultura e civilização”.¹⁰⁴

Ao mito político cabe a tarefa de “(...) livrar a Cidade das forças perniciosas que pretendem estender sobre ela sua dominação”.¹⁰⁵ Bento tornou-se um mito ao camuflar seu papel de mandatário em benemérito, apesar do caráter social de suas obras. Mitificou-se, por outro lado, pelo seu ideário de civilização e de modernidade, ao materializá-lo no cenário urbano de Araraquara.

¹⁰⁴ Jornal *Correio Popular*. Araraquara: 23 de maio de 1948, .p. 1.

¹⁰⁵ De acordo com Girardet, os mitos políticos do mundo contemporâneo não se diferenciam dos grandes mitos sagrados das sociedades tradicionais. Possuem características homônimas como a fluidez e a imprecisão de seus contornos. Sua formação polimorfa constitui uma série de imagens oníricas veiculadas por mitos aparentemente diversos, suscitando múltiplas ressonâncias e numerosas significações. GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 15.

**CAPÍTULO III - DA CIDADE LUZ A MORADA DO SOL: AS AMBIGÜIDADES DA
MODERNIDADE URBANA**

Breve balanço sobre a moderna concepção de mundo urbano

*Eh! Cimento armado, beton de cimento, novos processos!
Progressos dos armamentos gloriosamente mortíferos!
Couraças, canhões, metralhadoras, submarinos, aeroplanos!
Amo-vos a todos vós, a tudo como uma fera.
Amo-vos carnivoramente.
Pervertidamente e enroscando a minha vista,
Em vós, ó coisas grandes, banais, úteis e inúteis,
Ó coisas modernas,
Ó minhas contemporâneas, forma atual e próxima
Do sistema imediato do Universo
Nova revelação metálica e dinâmica de Deus!
(Fernando Pessoa)*

Quando Fernando Pessoa, no início do século XX, fala dos 'progressos e armamentos gloriosamente mortíferos', consegue condensar num só verso o carácter profundamente ambíguo da era moderna, em que progresso e morte entoam os mesmos acordes. Nesse texto, sua capacidade emancipatória cingi-se num processo pujante de transformação.

No sentido corrente, o termo 'modernidade' foi considerado como aquilo que não é antigo. Os tempos modernos seriam aqueles que se contrapunham aos tempos clássicos.

Entretanto, a idéia de modernidade aparece vinculada a um conjunto de transformações relacionadas às revoluções burguesas, a partir das sociedades de mercado no século XIII.¹⁰⁶

Ainda que precariamente, pode-se definir modernidade como um projeto intuído e expresso especialmente pelos valores disseminados pelas revoluções políticas do século XVIII: racionalização do mundo, autonomia das esferas da arte, da moral e da ciência, e ainda, Estado democrático e de direito, direitos universais e fundamentais dos seres humanos, trabalho humano como unidade fundamental de valor.

Esses valores indicados delineiam a modernidade como um projeto em construção e permitem uma percepção do conjunto de patologias sociais próprias à traição desses valores ou a exacerbação de alguns deles. A realidade construída pela distorção da modernidade é incontestável: modernidade e crise, na Era Moderna, constituem-se quase como analogia, como processo sincrônicos. A modernidade pode ser entendida como um projeto de crise pelo seu caráter ambíguo.¹⁰⁷

O processo modernizador imprimido pelas elites brasileiras engendrou formas urbanas discriminatórias. Alguns conceitos como a valorização da individualidade, a importância da ciência e do desenvolvimento material, foram aplicados sob ângulos e interesses mascarado, como legitimadores do processo depredador e genocida, desde os tempos coloniais.

¹⁰⁶ A palavra vem do latim *modo*, que significa *recentemente*. "Moderno" seria tudo aquilo que é "de uma época relativamente recente" ou então "atual, contemporâneo". O atual, o recente e o contemporâneo são o movimento do tempo, ou seja, o que era moderno ontem é obsoleto hoje. Esta primeira conceitualização do termo, aparece pela primeira vez em 1361. Em ensaio sobre o confronto da noção de modernidade em Benjamin e Habermas, Michael Löwy observa que : "moderno é o que se beneficia dos progressos recentes da técnica e da ciência. O conceito de modernidade estaria portanto estreitamente ligado ao de progresso, isto é, à valorização positiva da novidade. Desde o século XVIII, o progresso por excelência é aquele que se manifesta na novidade industrial, técnica e científica - assim como nas transformações sociais, políticas e culturais correspondentes: urbanização, racionalização, democratização, secularização". LÖWY, Michael. A Escola de Frankfurt e a modernidade: Benjamin e Habermas. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 32, março 1992, pp.119-27.

¹⁰⁷ Neste texto, o ideário da modernidade foi problematizado segundo a perspectiva crítica proposta por um membro da Escola de Frankfurt: Walter Benjamin. Este autor, rejeita o culto moderno do progresso e coloca no centro de sua visão de história o conceito de catástrofe. As catástrofes do progresso estariam no próprio coração da modernidade. Tal assimilação possui uma significação histórica: o passado, do ponto de vista dos oprimidos, nada mais é do que uma série interminável de derrotas catastróficas. Assim, uma barbárie moderna, industrial, dinâmica estaria instalada no próprio cerne do progresso tecnológico e científico. BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994, pp. 226-227. - (Obras Escolhidas, v. 1)

Este quadro gerou uma elite portadora de um valor plutocrata, detentora da maior fatia dos bens da nação, e uma maioria discriminada e sem acesso a esses bens. Formou-se uma elite mimética, com alta capacidade manipuladora, violenta, que se mantém no poder sob formas e composições variadas na longa duração. Consequentemente, as formas assumidas pela modernização urbana decorrem predominantemente da ação dessa elite.

No entanto, a imagem de grande parte das cidades brasileiras é resultado da relação entre a elite e os outros segmentos sociais. Isso explica porque as cidades apresentam uma parte planejada - limpa, opulenta, esfuziante e dotada de todos os benefícios da *urbs* moderna – às vezes, com trechos ‘corroídos’ por estranhos a essa elite; e outra não planejada, constituída por cortiços, favelas e outras formas de ocupação da cidade, adotadas pelos excluídos.

A cultura urbana que a elite brasileira detinha quando do início do processo de urbanização modernizadora do país calcava-se principalmente nos exemplos físicos da administração de Haussmann em Paris, no século XIX.

Das inúmeras intervenções *haussmanianas* nas cidades brasileiras, feitas para atender aos anseios modernizadores, uma das mais ilustrativas se deu no Rio de Janeiro, então sede do governo federal. Pode-se dizer que, cidades como o Rio materializaram alguns conceitos urbanísticos contidos nesse modelo.

No Brasil, reiterando algumas considerações de capítulos anteriores, o interesse público se subordina ao interesse privado. Isso parece levar aos primórdios da constituição do Estado brasileiro onde é latente a confusão entre as esferas pública e privada. Tal confusão origina-se no próprio cerne da constituição do Estado brasileiro.

A violência dos interesses particulares provoca uma desastrosa ruptura do equilíbrio entre o impulso das forças econômicas, por uma parte, e a debilidade do controle administrativo, e a impotente solidariedade social, por outra. Com esse instrumental, os

arquitetos e urbanistas brasileiros se postaram a serviço da elite dominante que, por sua vez, se interessava, principalmente pelas propostas de higienização como salvadoras da humanidade.

As cidades, tidas como objetos mercadológicos dessa elite desde o século XIX, incharam doentamente ao longo do processo de modernização e industrialização do país, sem oferecer a todos que delas se utilizaram as vantagens da modernidade salvadora. O lote individual, passível de conversão em valor monetário, firmou-se como elemento básico dos planos urbanísticos. Usando as palavras de Mumford: “(...) a cidade, desde o princípio do século XIX, foi tratada não como uma instituição pública, mas como uma aventura comercial privada”.¹⁰⁸

Expressões da livre iniciativa e da individualidade tão propaladas, as cidades constituíam-se, via de regra, em ambientes culturais caóticos, poluídos, discricionários, violentos e degradados. Sinônimo de desenvolvimento, símbolo de consumo e individualismo, a urbanização produz e reproduz os mecanismos de diferenciação social.

Um dos ardis ligados à temática da urbanização está exatamente em se pensar a cidade e o urbano como núcleos ou fontes geradoras de problemas que estão, de fato, ancorados na sociedade.¹⁰⁹ Se há uma especificidade do urbano, neste contexto, é que a modernidade instaura uma espécie de modernização excludente, onde reúnem-se, num espaço circunscrito, todas as condições para um exercício primoroso da dominação, quer no que diz respeito a uma exploração intensa das pessoas como agentes da produção, quer no que diz respeito à sua condição de agentes de consumo, inclusive consumo de espaço.

¹⁰⁸ MUNFORD, Lewis. *A cidade na História*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1965, p.328.

¹⁰⁹ A sociedade não pode ser tratada sorrateiramente, na penumbra dos debates sobre História Urbana. Nos limites do presente texto, pretende-se abordar alguns aspectos dessa condição de mediação para a expressão de uma sociedade que é a cidade.

Espaço para um eterno jogo de símbolos, a cidade é ela própria parte desse mesmo jogo. Um dos aspectos fundamentais do moderno sentido do urbano é que ele se tornou imbuído da noção de liberdade. Pode-se ir de um lugar para outro, ou melhor, pode-se ir e vir de qualquer lugar para qualquer outro.

Outra característica relevante desse mecanismo, em que a cidade espelha de forma projetada sua sociedade, diz respeito ao padrão segregado de organização dos espaços, o qual inviabiliza, reflete e reproduz as hierarquias sociais. Neste sentido, os excluídos são tratados como párias da civilização urbana: na relação segregação espacial *versus* segregação social, uma se expressa por meio da outra. Uma face interessante da questão é que, em sociedade, os homens estabelecem relações sociais entre si como as representam em termos de relações imaginárias, e os espaços urbanos são parte dessa lógica.

De Linchaquara à Morada do Sol: História de um apagamento - o passado reinventado na borracha do urbanismo

*Existe uma luta profundamente estranhada
na contextura da sociedade, uma ilimitada
e triturante colisão do novo com o velho.*
(Thomas Carlyle)

Em fins do dezenove, com o advento da República e a ascensão de uma elite cafeeira com pretensões modernizadoras, as características da cidade de Araraquara começaram a ser alteradas. A administração municipal passou a intervir no melhoramento das condições materiais, transformando o espaço anterior.

As inovações técnicas introduziram mudanças no uso do espaço urbano e os planos urbanísticos promoveram a produção do solo para o circuito de mercado e a instalação de melhoramentos. Intensificaram-se o processo de higienização da cidade, iniciaram-se a

maioria das grandes obras como serviços de saneamento, iluminação e embelezamento que, definitivamente, produziram alterações na paisagem urbana. Tal modernização do espaço urbano previa a inserção de novos elementos considerados ‘modernos’ em comparação com o que já se tinha.

Tais inovações que marcaram a passagem do século XIX para o XX, revolucionando não só a construção civil mas os meios de transporte, comunicação, difusão do som e da imagem, tiveram especial repercussão na organização das cidades e nas práticas urbanas, logo tornando-se símbolos de modernidade. Implantadas inicialmente nos grandes centros europeus e norte-americanos, tais inovações tornaram-se mundiais em sua influência.¹¹⁰ Esse conjunto de mudanças relacionam-se com o dinamismo da cultura cafeeira e com uma espécie de culto ao ‘novo’, ao imaginário ‘moderno’ que passou a vigorar:

“A palavra ‘moderno’, de recente fluência na linguagem cotidiana, em particular através da presença crescente da publicidade, adquire conotações simbólicas que vão do exótico ao mágico, passando pelo revolucionário (...) a palavra ‘moderno’ se torna algo como uma palavra fetiche que, quando empregada a um objeto, o introduz num universo de evocações e reverberações prodigiosas, muito para além e para cima do cotidiano dos homens e mulheres comuns (...) Ela introduz um novo sentido à História, alterando o vetor dinâmico do tempo que revela sua índole não a partir de algum ponto remoto no passado mas de algum lugar no futuro”.¹¹¹

¹¹⁰GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991, p. 11

¹¹¹ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole*. São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 227-8.

A intervenção urbanística do Barão de Haussmann em Paris ocorreu nos anos de 1853 a 1870, durante sua gestão como prefeito da cidade. Desde então o modelo haussmaniano difundiu-se pelo mundo, tornando-se ponto de referência para vários projetos urbanísticos.

No Brasil, a difusão desse modelo pode ser observada no processo de modernização do Porto de Santos, da cidade de São Paulo, na construção de Belo Horizonte e na cidade do Rio de Janeiro, entre outros.

Durante a República Velha, os grandes centros urbanos constituíram-se num referencial para as demais regiões do país. O Rio de Janeiro, cidade cosmopolita, com seus prédios públicos, jardins, calçamento, esgotos, iluminação à luz elétrica, casas de comércio, cinematógrafo, bancos, hospitais, bibliotecas, teatros e hotéis torna-se o modelo de cidade civilizada difundido por todo o país. Diversas cidades paulistas, centros produtores do principal produto de exportação do período - como Araraquara, Ribeirão Preto, Franca e Batatais - apropriaram-se desse modelo.

As possibilidades de apropriação do modelo haussmaniano, durante a República Velha, no Brasil, tem-se constituído em objeto de análise de vários autores. Porém a maior parte dos trabalhos enfatizam os grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

A difusão dessa forma de representação pelas cidades, cujo principal produto formador de riqueza era o café, tem sido escamoteada ou desconhecida pela historiografia. Nesse sentido, o presente trabalho pretende discutir as possibilidades de apropriação de modelos europeus para a composição da paisagem urbana de Araraquara, nas primeiras décadas do século XX.

Durante o período de gestão de Bento de Abreu como presidente da Câmara, Araraquara passou por um processo de intervenção sobre uma malha urbana já constituída. A ação de Haussmann, em Paris, e de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, também pressupõe uma

revisão da cidade, uma correção da trama urbana existente com base nos paradoxos - ‘correção-manutenção’ e ‘aceitação-violência’ - que se conciliam na ambivalência própria do século XIX. As antinomias são próprias das Luzes, mas prolongam-se. É o caso da antítese ‘natural-civilizado’ que aparece na haussmanização de Paris.¹¹²

Segundo os administradores do Rio de Janeiro, a cidade com seu aspecto colonial não comportava mais a função de capital da República e o frenesi das atividades do porto. A reforma do porto tornara-se necessária pois a circulação de mercadorias era intensa, os navios de grande porte não podiam atracar, dificultando o embarque e o desembarque, sua orla era um foco de moléstias, com prostíbulos, boates e casas insalubres. O porto e a cidade do Rio era considerado um foco potencial de moléstias, motivo pelo qual alguns navios eram impedidos de atracar, dificultando a circulação de mercadorias. A reforma do porto implicava numa reforma da cidade, pois esta constituía-se em foco endêmico de várias doenças. Suas ruas estreitas dificultavam a circulação das mercadorias que chegavam pelo porto em direção às ferrovias - principal meio de transporte por terra no período.

O Rio transformara-se numa cidade cosmopolita, tendo como contrapartida a degradação das condições de vida da população. Na virada do século, a cidade apresentava altos índices demográficos. A grande massa popular abrigava-se em cortiços e velhos casarões no área central da cidade. Os quartos desses cortiços eram ocupados por famílias de imigrantes, aventureiros, mestiços e negros, sem a menor condição de salubridade e privacidade, e pagando aluguéis exorbitantes. O fato de os populares dominarem a área residencial central da cidade trazia um receio pessoal para as classes abastadas e para o governo.

A remodelação do Rio de Janeiro implicou em terríveis conseqüências sociais. Tal projeto consistia em deslocar a massa urbana do centro para a periferia, eliminando os becos e

¹¹² SALGUEIRO, Heliana. ‘Revisando Haussmann’. In: *Revista USP*. São Paulo: n° 26, jun/ago, 1995, p.196.

ruas estreitas - local de esconderijo de ‘malandros’ e de construção de barricadas - para a abertura de amplas avenidas. Pereira Passos, prefeito da capital, ficou encarregado de promover a reurbanização, viajando para Paris com o objetivo de observar a modernização da capital francesa. No replanejamento de Paris, realizado por Haussmann, observa-se uma preocupação com a possibilidade da cidade ser tomada de assalto pela massa urbana: “As ruas estreitas e o calçamento de pedra constituíram o cenário imprescindível da Comuna de Paris (...)”.¹¹³

No processo de ‘regeneração’ do Rio, bem como na reurbanização de Araraquara, existe uma inter-relação entre os elementos constituintes da cidade antiga com os da cidade nova. As demolições, tanto em Paris como no Rio, ocorreram de forma parcial, mas inseridas num plano de intervenção global e de acordo com uma nova lógica organizada de circulação, que permite a fragmentação e a abertura da cidade em direção à periferia.

Esse método utilizado por Haussmann recebeu a denominação de ‘cirúrgico’ porque foi interpretado na época como forma de tratamento para uma cidade doente. Há uma integração das partes constitutivas do sistema: as praças, os monumentos, as vias e os espaços verdes estão inseridos num plano global de circulação, aeração, salubridade e equipamentos distribuídos pela estrutura urbana.

Durante o processo de ‘regeneração’, o centro e o porto do Rio foram parcialmente demolidos para ceder lugar a novos prédios, que abrigariam instituições como bancos, hospitais, casas de comércio, hotéis, teatros, bibliotecas, entre outros. A cidade, também, receberia uma série de melhoramentos como o ajardinamento de praças, iluminação à luz elétrica, calçamentos e rede de esgotos. Por outro lado, as melhorias urbanas implicariam na criação de posturas municipais rígidas e na especulação imobiliária.

¹¹³ SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas e corpos rebeldes*. São Paulo: Ed. Brasiliense, p. 61.

Com relação às posturas, em Araraquara foram estabelecidas normas arquitetônicas para construções, novos impostos, a proibição do exercício de determinadas profissões e da criação de animais domésticos no perímetro urbano.¹¹⁴

Essas medidas podem também ser notadas em Araraquara pela fiscalização dos produtos consumidos pela população, e pela rigorosa limpeza das ruas, praças e quintais, vacinação da população, e imposto sobre animais domésticos.¹¹⁵

Em visita à Araraquara, em 1917, o Diretor do Serviço Sanitário do Estado - Dr. Arthur Neiva - afirmou que:

“Araraquara é uma das poucas cidades do estado que adaptou os mais modernos processos de hygiene. (...) a municipalidade tem sempre atendido, com a necessária presteza, todas as indicações da sua repartição. (...) não apresenta o aspecto deprimente da mendicidade nas ruas, como acontece até na Capital da República; não porque não existam pobres em Araraquara, como em toda a parte, mas porque a caridade se exercita no Asylo especialmente criado e, piedosamente, nas próprias casas dos necessitados. Por isso, Araraquara dá a impressão de

¹¹⁴ARARAQUARA. Câmara Municipal de Araraquara. *Código Legislativo*. 1920, p. 31. Tombo 050/38.

¹¹⁵ ‘Relatório apresentado ao Sr. Major Prefeito Municipal de Araraquara, pelo Inspector de Hygiene Municipal Dr. Luiz Chrysostomo de Oliveira. - Anno de 1913’. in: CARVALHO, Dario Alves de . *Relatório do Prefeito Municipal referente ao exercício de 1913*. São Paulo: Estabelecimento Graphico universal, 1914, p. 49-50.

prosperidade e bem-estar. (...) o Sr, Prefeito municipal, com o valioso auxílio de devotados cavalheiros, conseguiu a fundação do Asylo de Mendicidade onde foram recolhidos os pobres do município, sendo, em consequência, proibido esmolar nas ruas”.¹¹⁶

A exclusão social, em Araraquara, chegou ao limite do ocultamento com a criação de um asilo para remover os mendigos da área central e com a proibição de esmolar.

Tanto em Araraquara como no Rio de Janeiro, a especulação imobiliária intensificou-se, pois os populares foram empurrados para as áreas periféricas, em condições desumanas e a preços exorbitantes.

O processo de remodelação do Rio de Janeiro, denominado ‘regeneração’ pela imprensa conservadora da época, fazia parte do projeto paulista de Rodrigues Alves. Tal projeto visava apresentar ao mundo uma imagem de prosperidade com a intenção de favorecer os interesses dos cafeicultores paulistas, tais como imigração e investimentos internacionais.¹¹⁷

A metropolização do Rio de Janeiro implicou numa exclusão social e culminou com um levante popular. A Revolta da Vacina constituiu-se num movimento popular contra a espoliação, a discriminação e a exclusão e, portanto, não visava à tomada do poder. A população rebelou-se porque foi expulsa de suas habitações, pagava aluguéis exorbitantes, era obrigada a pagar novos impostos, estava desempregada e sem meios de subsistência e estava submetida à ‘ditadura sanitária’ de Oswaldo Cruz.

¹¹⁶ *Jornal do Comércio*. São Paulo: ano I, nº 293, quarta-feira, 22 de agosto de 1917.

¹¹⁷ SEVCENKO, Nicolau. op. cit., p. 48

Segundo Sidney Chalhoub, o poder público utilizou-se da ‘ideologia da higiene’, para justificar as transformações urbanas na cidade do Rio, na virada do século.¹¹⁸ O surgimento de uma ideologia da higiene no Brasil, como mecanismo de transformação urbana, está ligada à ascensão do médico Cândido Barata Ribeiro à Prefeitura do Rio de Janeiro em 1892. Os higienistas chegam ao ápice de sua influência política durante o governo de Floriano Peixoto. No referido período as normas sanitárias tornaram-se rígidas e as autoridades sanitárias voltaram sua atenção contra os cortiços. O discurso dos higienistas vinha de encontro com os interesses dos grupos empresariais. Barata Ribeiro propunha uma substituição dos cortiços por casas com melhores condições higiênicas. Apesar de os higienistas ocuparem cargos na administração pública, a realização dos seus projetos estavam condicionadas à participação dos setores empresariais.

A expansão e transformação do espaço urbano permitiram os investimentos e a especulação, com a construção de novas moradias e demais melhoramentos, devido à ocupação de novas áreas da cidade. Os cortiços ocupavam áreas bem localizadas, portanto sua demolição era sinônimo de altos investimentos para a iniciativa privada.

O processo de remodelação da cidade do Rio de Janeiro, no Governo Rodrigues Alves e realizado por Pereira Passos, foi uma extensão das obras já realizadas por Barata Ribeiro. O engenheiro Pereira Passos trabalhou com Barata Ribeiro na demolição dos cortiços - como o famoso ‘Cabeça de Porco’ - no Governo Floriano Peixoto.

A ideologia da higiene difundiu-se pelas cidades brasileiras como uma forma de justificar o processo de exclusão social. O discurso das reformas e da higiene materializa em seu cerne uma sociedade engendrada na mais rude exclusão social. A esse respeito, Chalhoub argumenta que:

¹¹⁸ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1996, p. 54.

(...) o processo de configuração dos pressupostos da Higiene como uma ideologia: ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao ‘verdadeiro’, à ‘civilização’, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no ‘caminho da civilização’. Em suma, tornava-se possível imaginar que haveria uma forma ‘científica’ - isto é, ‘neutra’ supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral - de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes.

Tal ordem de idéias iria saturar o ambiente intelectual do país nas décadas seguintes, e emprestar suporte ideológico para a ação ‘saneadora’ dos engenheiros e médicos que passariam a se encastelar e acumular poder na administração pública, especialmente após o golpe militar republicano de 1889. Mas insistir na importância de conceitos como ‘civilização’, ‘ordem’, ‘progresso’, e outros afins - os correlatos como ‘limpeza’ e ‘beleza’, e os invertidos tais como ‘tempos coloniais’, ‘desordem’, ‘imundície’ etc. - não nos leva muito além da transparência dos discursos. (...) O que se declara, literalmente, é o desejo de fazer a civilização europeia nos trópicos; o que se procura, na prática, é fazer política deslegitimando o lugar da política na história”.¹¹⁹

¹¹⁹ CHALHOUB, Sidney. Idem, p. 35.

A ‘regeneração’ no Rio e a reurbanização de Araraquara ocorreram porque, de certa forma, correspondiam à situação histórica daquele período. A materialidade de uma cidade carrega consigo a história intelectual de seus conceptores.

Bento de Abreu era um homem ‘letrado’: estudara no tradicional ‘Culto à Ciência’ - o próprio nome do colégio faz menção à sua formação intelectual nos cânones positivistas. Desta forma, uma das faces do processo de reurbanização sofrido por Araraquara, durante sua gestão, foi projetada de acordo com seu imaginário. A elite projetava as melhorias urbanas de acordo com sua imagem e semelhança, transportando-as para o plano concreto.

O referido personagem é um homem do seu tempo, e assim como Haussmann, Barata Ribeiro e Pereira Passos, constrói seu ideal na realidade, é fiel ao mito das Luzes onde a intervenção e a organização da natureza são corolários - ele é um homem que não aceita o natural, pois remodela as coisas e o espaço. Araraquara constituiu-se, então, numa ruptura e não num complemento natural do que já existia:

“Araraquara, como as cidades antigas do interior, conservava o cunho da velha architectura de cidade colonial, com suas ruas sujas, lamacentas e pessimamente illuminadas, de casas baixas e insalubres; transformou inteiramente, como por encanto, o seu aspecto de velha cidade colonial em um importante centro de habitações modernas e hygienicas, digna sob todo o ponto de vista do nosso progressivo Estado: e, esta obra gigantesca, verdadeiro encanto, representa o fructo grandioso d’um labor incessante, no qual foi dispendida a mais formidável energia, pela sua digna administração que, obedecendo a um plano mui bem lançado e enveredando pela senda de grandes melhoramentos, apresenta-nos hoje a cidade moderna e cheia de belleza tal qual nos depara. E, para

que melhor se possa apreciar o valor dessa grande transformação, necessário se faz o conhecer que aquella extraordinária prosperidade é exclusivamente devida à iniciativa particular, sem o menor vislumbre de bafejo official, e teve o seu feliz início com a radical reforma política e administrativa, operada em 1908. Não é possível falar na transformação, augmento, saneamento e embellezamento de Araraquara, sem citar os seus dignos iniciadores e executores. Assim é que a Bento de Abreu, Américo Danielli, Dario Alves de Carvalho e Plinio de Carvalho, cabe a glória de terem creado a moderna cidade de Araraquara, e por sua iniciativa, secundada pelo espirito esclarecido de seus dignos companheiros de administração, foram organizados e executados todos os serviços publicos, sobre bazes modelares. Hoje, como acontece com muitas cidades europeas, o primeiro golpe de vista que o recém-chegado lança em Araraquara, desperta uma duradoura e agradável impressão de belleza”.¹²⁰

Tanto entusiasmo, além de razões de ordem política - afinal trata-se de um texto propagandístico republicano - estava ligado ao culto da idéia de progresso propagado na época. A ideologia da ordem progressista¹²¹ expressava-se na configuração urbana das linhas e esquinas retas de acordo com o modismo francês. O século XIX, caracteristicamente

¹²⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Noções Elementares de Geographia e Cosmographia: Monographia do Município de Araraquara*. Araraquara: Typ. Artistica, , 1919, s.p..

¹²¹O culto à idéia de progresso, bastante difundido na época, possuía um conteúdo positivo que expressava a passagem de uma situação de vida inferior para outra superior. Esse ideal tem significado, historicamente, um acúmulo continuado de conhecimento e, ao mesmo tempo, uma melhoria do bem estar humano. Neste sentido, ocupa no imaginário social um lugar de estaque, tanto ontem como hoje.

frenético, impôs à cidade um caráter fáustico, uma constante construção-destruição: o sempre novo atribuído à modernidade.¹²²

O pensamento de fins do século, fundado em preceitos técnicos, justificava-se pelas questões da salubridade, funcionalidade, eficiência, disciplinarização e racionalidade no uso, constituição e expansão do espaço urbano. O projeto da elite, de mostrar ao mundo uma nação civilizada e bem administrada, empreendido desde os tempos imperiais, dimensionou-se durante a Primeira República com a adoção do lema positivista de ‘ordem e progresso’.

Com a República, assim como no falecido regime monárquico, desejava-se promover uma ordem baseada na ambivalência. Para Georges Balandier:

“A ambivalência é, tanto quanto a coerção, uma característica reconhecida do poder. O poder domina os que o detêm e, por isso mesmo, estabelece uma dominação ilimitada sobre os súditos. Capacita a manipulação de forças, mas seu mau uso faz surgir a violência social e, com ela, a desordem. Situa-se aparentemente acima da sociedade e dos interesses particulares, mas permanece como organizador das desigualdades e das principais hierarquias, segundo as quais ordena-se essa sociedade. É, fator de unificação tanto quanto de competição e opressão, sendo parte de sua natureza a divisão e a violência legitimada. (...) visa apresentar o poder enquanto fenômeno natural e não um produto da história; só alcança em parte esse intento”.¹²³

¹²² BERMAN, Marshall. Op. Cit., p. 73.

¹²³ BALANDIER, Georges. *O contorno: poder e modernidade*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1997, p. 97.

É o caso das tentativas de transformar as cidades brasileiras em espaços higienizados, bem organizados, ordenados e esteticamente unificados, desde meados do século XIX. No Rio de Janeiro, por exemplo, as classes menos favorecidas foram expulsas para a periferia, permitindo ao centro emoldurar a presença da nascente burguesia. Paralela às medidas de saneamento, procedia-se uma redistribuição espacial dos grupos sociais.¹²⁴

Ao estabelecer-se uma analogia entre o processo de modernização em Araraquara e o processo conhecido como ‘regeneração’ no Rio de Janeiro, verifica-se a utilização desta ideologia pelo poder público, para justificar as transformações urbanas do início do século.

Contudo, o ocultamento da exclusão social integrava um amplo projeto de modernização encabeçado pela elite: regenerar significava, também, afastar para longe do olhar burguês as contradições sociais engendradas pela modernidade.

Cabe destacar aqui que, em cada um dos casos, a modernização visou atender aos interesses da elite local. Em Araraquara, civilizar significava apagar os traços da barbárie de 1897 do imaginário popular e da paisagem urbana.

A repercussão dos crimes, em nível nacional, fez com que a cidade carregasse o estigma de ‘Linchaquara’. Em Araraquara, a higienização cumpriu uma dupla função: tornar o espaço da cidade salubre e, ao mesmo tempo, limpar da memória das pessoas a prepotência e a violência dos mandatários locais. De acordo com Sérgio Lage:

“As migrações, intervenções, demolições e modificações permanentes na concepção urbanística das cidades criam, desse modo, uma constante sensação de estranhamento, despertença e perda das identidades históricas e pessoais de seus homens. Enterram-se as lembranças, apagam-se as inscrições históricas e condena-se a memória

¹²⁴ SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas e corpos rebeldes*. São Paulo: Ed. Brasiliense,

peçoal e coletiva ao esquecimento. As cidade enquanto espaços de alegorias e mutaões, fragmentaões e descaminhos labirínticos, geram o estranhamento, a deriva, o esquecimento e a solidão. Para outros. Ao contrário. Essa inominável ‘beleza dos modernos totalmente desconhecida dos antigos’ gera o encantamento e o fascínio. A dissolução da estabilidade e dos conteúdos fixos da tradição, a intensificação do vivido e a afirmação do contingente sobre o absoluto consubstanciam não apenas novas molduras ao quadro impressionista da vida social, econômica, política e cultural, mas principalmente uma nova sensibilidade psíquica e individual de seus homens e mulheres”.¹²⁵

Limpar o nome sujo dado à Araraquara atrairia mão-de-obra imigrante e investimentos e ainda valorizaria os empreendimentos locais. A cidade deveria oferecer o que uma metrópole tinha de bom e camuflar o que tinha de ruim. A máxima de Bento de Abreu, presidente da Câmara Municipal no período era: ‘o conforto prende o homem à terra’.¹²⁶ Desejava-se criar a imagem de uma nova cidade a partir daquela existente.

A modernização do espaço urbano nas primeiras décadas do século XX coincide com o retorno da família Carvalho à ocupação de cargos públicos. Dario e Plínio de Carvalho monopolizaram a Prefeitura Municipal no período que se estende de 1906 até 1930, com a derrocada do Partido Republicano Paulista. Os jornais da época, bem como os almanaques ilustrados, trazem descrições da cidade que deixam transparecer um certo aspecto de

p. 61.

¹²⁵ CARVALHO, Sergio Lage. A saturação do olhar e a vertigem dos sentidos. *Revista Usp.* São Paulo, (32):126-155, dezembro/fevereiro, 1996-97, p. 128.

¹²⁶ VIDAL, B.A.S.. op. cit., p. 24.

planejamento e incremento de melhoramentos urbanos, realizados pela administração municipal.¹²⁷

O semanário "O Republicano"¹²⁸, que circulou em Araraquara na década de 10, aparece como representante dos interesses do Partido Republicano Conservador, ligado ao Marechal Hermes da Fonseca, opositor da chamada 'política dos governadores'. Em Araraquara, nesse momento, a facção 'civilista' ocupava plenamente os quadros da Câmara Municipal.

O jornal era um veículo que dava voz aos hermetistas, impossibilitados de atuar diretamente na esfera pública. Através de suas colunas, atacava-se a política municipal e denunciava-se as irregularidades na realização dos melhoramentos urbanos.

É o caso da coluna "Cinema Político", assinada com o pseudônimo de 'Biographo'. Num primeiro exame desta coluna, o que se delinea é um confronto com uma paisagem tecno-industrial. Inicialmente hesitante, o estreitamento de contatos com o horizonte técnico passa a caracterizar a produção cultural. O nome e assinatura da coluna deixam-se marcar notadamente pela técnica, quando se referirem ao 'cinema' e ao 'biographo'. Constata-se a popularidade do gênero cinematográfico em Araraquara, pela existência e divulgação de três estabelecimentos: "Bijou Theatre", "Iris Theatre" e "Salão Paris".

A própria técnica literária traz as marcas da modernização que se procurava imprimir ao país.¹²⁹ O trabalho dos intelectuais realizava-se com o auxílio da técnica, o que já impunha um ritmo industrial de produção. Um texto publicado em abril de 1911 tecia críticas à administração pública, referindo-se aos trabalhos de melhoramento da cidade:

"Andam falando, por ahi, que o Biengenhographo, arde sempre nas phantasias de drenophilo; e por isso quer agora fazer grandes aquedutos no Jardim do Largo da Matriz, de forma que fiquem bem exgottados os veios da thezouraria da Municipal que anda sofrendo de instrução".¹³⁰

¹²⁷ O centenário de Araraquara: 1817-1917. In: *Jornal do Commercio*. . São Paulo: 22/8/1917, ano I, n.º 293.

¹²⁸ Esse periódico intitulava-se "Órgão do Partido Republicano Conservador. Sua redação e oficinas funcionavam na Avenida 3, nº 30, no Largo da Matriz. Circulava aos domingos. No Arquivo Histórico estão disponíveis os exemplares que cobrem o período de 04/1911 a 01/1912 - tomo 005.

¹²⁹ A esse respeito Flora Sussekind afirma que: "(...) a entrada quase simultânea de diversos aparelhos(cinematógrafos, gramofones, fonógrafo) e transformações técnicas (da litografia à fotografia nos jornais, por exemplo) indica significativa alteração nos comportamentos e na percepção dos que passaram a conviver quotidianamente com tais artefatos." SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 26.

¹³⁰ *Jornal O Republicano*. 30 de abril de 1911. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara - Tombo 005.

Todavia, observou-se que as críticas não eram construídas no sentido de negação das propostas de modernização urbana. O que almejava-se atingir com as queixas era a forma com a qual a municipalidade tratava da questão. É o caso, também, das críticas quanto ao abastecimento de água:

"Esta indiferença, com que vae sendo tratado o tão importante problema do abastecimento de água nesta cidade, vibra na alma do povo com vehemente angustia e profundo desengano. Nenhum clamor mais justo, qual o que faz esta população em perder água".¹³¹

Esse texto atesta uma das únicas formas viáveis de expressão - ainda que indireta - de que dispõe, também, os excluídos sociais. Reclamações predominam no referido jornal, no qual se aborda de tudo. Seja qual for o intuito de quem escreve, como o conteúdo, as queixas valem como expressão do momento de setores pouco favorecidos: os vencidos e os párias da civilização urbana, destituídos da participação política. A agenda de necessidades registra, sobretudo, a ineficácia do poder público: falta de serviços básicos como saneamento, limpeza pública, iluminação, abastecimento de água e a utilização dos cofres públicos em benefício de interesses privados.

Havia sim, um questionamento do estilo autoritário das decisões tomadas pelos detentores do poder local. O termo 'oligarquia' era utilizado pelos 'conservadores' para designar os 'civilistas', então no poder. Tal denominação faz acompanhar-se de conotações relacionadas com o clientelismo, mandonismo, corrupção, grupo fechado composto por famílias tradicionais detentoras do poder político e econômico - dando a impressão de que o termo cunhado pelos próprios contemporâneos da Primeira República, foi apropriada pela historiografia tradicional numa tentativa de definir a elite dirigente do Estado brasileiro.

Outras colunas, também, cumpriam o papel de denunciar os desmandos do grupo situacionista: "Seção Agulhas", "É Urgente" e "Notas". É o caso da crônica denominada "Aos famosos Edis", assinada sob pseudônimo de "Epitheto"¹³²:

¹³¹ Jornal *O Republicano*. 07 de maio de 1911. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara - Tombo 005.

¹³² Esta crônica revela sérios problemas com o abastecimento de água, pelo qual passava a população da cidade. Jornal *O Republicano*. 08 de outubro de 1911. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara - Tombo 005. No entanto, nos registros oficiais, principalmente atas e relatório do prefeito, não se encontrou nenhuma referência com relação a esse problema, apenas a exaltação dos serviços de abastecimento de água empreendido pela municipalidade. Isso posto, um mês após a referida denúncia, o jornal estampava a seguinte manchete: "Araraquara em plena seca". Jornal *O Republicano*. 12 de novembro de 1911. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara - Tombo 005.

"Vejam que Camara esta,
 agarrou-se ao carmartello,
 a' fazer v da funesta,
 pensando ser isto bello

Deu lhe agora para os canos,
 Tanto dagua, como esgotos,
 E como fazem guzanos
 Deixam todos elles rotos

Dizem: vai nascer agua,
 Destas nossas furadellas,
 Não sintam por isso magua,
 Que nós teremos cautellas

E o direito dos rombos,
 Firma sua vitoria
 Prezando no povo tombos,
 Como lei suasoria"

A seção "Notas", privilegiava a crítica da atuação política dos situacionistas como quando da eleição para uma vaga de vereador em 1911. Na ocasião, os detentores do poder utilizaram-se de manobras eleitorais para 'eleger' seu candidato, o farmacêutico Epaminondas França.¹³³ A maior parte dos textos que compunham as colunas tratavam de relacionar os desmandos da municipalidade com a realização dos melhoramentos urbanos.¹³⁴

¹³³ Jornal *O Republicano*. 21 de maio de 1911. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara - Tombo 005.

¹³⁴ A seção "É Urgente", em outubro de 1911, colocavam como desnecessárias as obras de melhoramento do tanque do Largo da Matriz. De acordo com o jornal, além de supérfluos, os empreendimentos como esse oneravam os cofres públicos e desviavam a atenção das demandas sociais que careciam de soluções imediatas. Jornal *O Republicano*. 15 de outubro de 1911. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara - Tombo 005.

Já o jornal de janeiro de 1912, discutia a questão do aumento dos impostos arrecadados e da diminuição da receita orçada para o referido ano.¹³⁵

Com relação ao lazeres urbanos, o jornal ressalta como principais programas culturais o concerto musical no coreto do Jardim Público, pela "Banda Carlos Gomes" e os cinematógrafos. O "Bijou Theatre" aparece como a atração preferida entre os populares. No "Iris Theatre", cujo proprietário era empreiteiro Pedro Morábito, a queima de fogos antes da realização dos espetáculos encarregava-se em atrair o público. Já o "Salão Paris", propriedade de José Corrêa, figurava como o salão "Smart". Dentre os divertimentos apreciados pela população local destacam-se, ainda, o Teatro da Sociedade Italiana e as constantes visitas às companhias dramáticas e circos que se instalavam na cidade.

Sob a denominação de "folha absolutamente estranha as questões de origem política e partidária", o jornal *O Commercio*¹³⁶ dedicava-se, principalmente, à divulgação de eventos culturais, bem como dos ideais de modernidade propalados pela elite cafeeira.

Apesar de intitular-se como folha 'imparcial', em suas entrelinhas constata-se uma postura de favorecimento do governo municipal. Além de não divulgar, abertamente, comentários positivos sobre as notícias publicadas no seu 'colega', o jornal "O Popular"¹³⁷. O fato de colaborar para a difusão de uma imagem positiva da elite, não o impedia de reclamar sobre a ineficácia na realização de obras e de solicitar a realização de 'grandes empreendimentos'.

Após a publicação do nº 105, em 28/09/1911, o jornal interrompe suas atividades por quase dois meses e volta a ser publicado em 26/11/1911, já com a denominação de "O Araraquarense"¹³⁸. Realizada essa mudança, o jornal aboliu completamente algumas críticas que vinham sendo dirigidas à municipalidade e reforçou seu caráter de divulgador cultural. Com relação à atuação do poder público, atesta o 'esmero' da municipalidade e

¹³⁵ *Jornal O Republicano*. 01 de janeiro de 1911. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara - Tombo 005.

¹³⁶ Esse bi-semanário, que se dizia imparcial, circulou em Araraquara de 1911 a 1913. Foi fundado pelo comerciante Francisco Gravina e por Arthur R. da Silva. Sua redação e oficinas funcionavam na Avenida 1, nº 23, no Largo da Matriz. No Arquivo Histórico estão disponíveis os exemplares que cobrem o período de 1909-1911 - tomo 006.

¹³⁷ Denominava-se "Orgam do Partido Republicano Paulista em Araraquara" Era o veículo responsável pelas publicações dos atos da Câmara Municipal de Araraquara, bem como de defesa dos interesses da elite instalada no poder. Infelizmente, não foram encontrados sequer um exemplar desse periódico nos acervos arrolados até o momento. Tal situação encontra uma explicação: com o advento da Revolução de 30, o jornal foi empastelado sendo destruídos suas máquinas e seus arquivos de publicações.

¹³⁸ Nesse momento, o jornal passa para as mãos de Francisco Gravina e volta a circular sob a designação de "Semanário Literario e Noticioso". No Arquivo Histórico estão disponíveis os exemplares que cobrem o período de 11/1911 a 04/1917 - tomo 007.

pede cordialmente providências para problemas que afligem o ambiente urbano.¹³⁹ O texto jornalístico apresenta algumas marcas da modernização que se procurava imprimir nas cidades brasileiras.

O ponto forte dessa publicação eram os 'reclames', crônicas, poemas, folhetim, divulgação de locais entretenimentos e notas sociais. Nesse periódico, observa-se o processo embrionário de profissionalização do escritor representado por diferentes figurações literárias como é o caso da indústria dos reclames e da imprensa empresarial.¹⁴⁰ Essa situação, que se afirma no Brasil no início do século, induz ao estreitamento de contatos entre o horizonte técnico e a produção cultural. A apropriação de procedimentos característicos à fotografia, ao cinema e ao cartaz transforma, por sua vez, a própria técnica literária. Em 1917, o jornal é comprado pelo italiano Frederico Spicacci e passa a se chamar "L'Alpino". Todavia, segue a mesma linha de seu antecessor.

Segundo o ideário da época, uma cidade bela era indício de riqueza, prosperidade e civilização. Então, o espaço urbano é esculpido com signos que representam modernidade e poder, numa tentativa de estar junto dos grandes centros. A cidade passa a valer pelo que ela tem e não pelo que ela é: Araraquara College, Teatro Municipal, Jardim Público, Clube Araraquarense, Asilo de Mendicidade, Banco de Araraquara, entre outros. A arquitetura é mimetizada numa ilusão de que o poder e o *status* se repitam. Esse quadro configura-se numa tentativa de estar junto dos grandes centros. O *estar junto da sociedade* reflete-se na sua conformação urbana.

A 'moderna' Araraquara deveria tornar-se símbolo de progresso, desenvolvimento cultural e salubridade. Desta forma, a municipalidade investiu na arborização e ajardinamento e na construção de teatros, colégios e hospitais. Alguns prédios públicos foram reestruturados

¹³⁹ É o caso do artigo "As Moscas", que pede uma atenção maior para com as péssimas condições de salubridade em terrenos envoltos por capinzais, na cervejaria e nas cocheiras da cidade. Jornal *O Araraquarense*. Araraquara, nº 276. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara - Tombo 007.

¹⁴⁰ Grande parte do jornal, composto por quatro folhas, era ocupado por reclames que divulgavam desde estabelecimentos comerciais e industriais da cidade, até remédios que prometiam a cura para doenças (prisão de ventre, indigestões, tuberculose, sífilis, tosse, calvície e 'incommodos de senhoras').

para melhor identificação das funções desempenhadas no seu interior, como foi o caso da separação do Paço Municipal e da Cadeia. Aos poucos, os casarões de taipa foram substituídos por palacetes de tijolos, de acordo com modelos europeus.

Durante o período de intensa modificação do espaço urbano de Araraquara, dois pontos da cidade foram alvo da atenção da municipalidade: a estação da Estrada de Ferro Araraquara e a Praça da Matriz. A primeira representava o ponto de embarque do café, o elo de comunicação com outras regiões e desembarque de mercadorias, de imigrantes, e de passageiros. Já a Praça da Matriz, antigo núcleo, era o local onde propagava-se o crescimento da cidade.

A estação ferroviária, devido a topografia sobre a qual foi construída, dificultava sua ligação com a cidade, exigindo cuidados constantes. Fora construída na margem esquerda do Ribeirão da Servidão e a cidade localizava-se na margem direita. Para se chegar à estação era necessário descer por uma rua acidentada - Av. Brasil (Av. 1) - atravessar o ribeirão e subir uma ladeira tão íngreme quanto a primeira. Desde sua instalação houve preocupação de ligar esses dois pontos por meio de avenidas centrais: Brasil e São Paulo. Por isso, foram edificadas pontes nestas duas avenidas. Segundo Corrêa, a precariedade das pontes tornava difícil a circulação das mercadorias que chegavam da estação ferroviária em direção à cidade.¹⁴¹

¹⁴¹ CORRÊA, A.M.M.. op. cit., pp. 308.

Na opinião dos administradores da cidade, as ruas paralelas à estação precisavam ser calçadas, abauladas e arborizadas. A Câmara contratou o engenheiro Belarmino Grossi para encarregar-se das reformas.¹⁴²

A localização da estrada de ferro criava também problemas de comunicação com a parte leste da cidade, no então nascente bairro da Vila Xavier. O referido bairro formou-se do outro lado da estação no sentido leste da cidade. Numa espécie de segmento da Av. 2, foram construídas porteiras, mas a topografia acidentada nesse local dificultava a passagem. O problema agravava-se com a intensificação do tráfego ferroviário que estava se ampliando.

Em 1909, a Câmara propôs, como solução para o problema, a construção de uma ponte por onde passariam os trens e o rebaixamento da Av. 2. A terra retirada dos trabalhos de rebaixamento seriam reutilizadas nas obras de nivelamento da ponte de ligação centro-estação, na mesma avenida. Para completar a obra, a avenida seria calçada até a R. 3. No ano seguinte o mesmo plano foi estendido à Av. 1.¹⁴³

O problema de ligação centro-estação foi superado, porém persistiram as dificuldades de acesso ao bairro da Vila Xavier, pois a única via de ligação era a Av. 2. Por volta de 1917, com o crescimento urbano, foram feitas várias tentativas para abertura de novas passagens, porém sem êxito.

A remodelação da Praça da Matriz implicou na demolição do prédio onde funcionava a Câmara e a Cadeia. Além desse edifício estar em péssimas condições e abrigar, ao mesmo tempo, a Cadeia e a Câmara, os acontecimentos de 1897 exigiam sua demolição e a separação espacial dos dois poderes. O município fez a doação de um terreno para a instalação da cadeia, ficando responsável pela construção do edifício o empreiteiro Pedro Morábito.

O interesse da municipalidade em transformar a Praça da Matriz em jardim data da virada do século. Em 1903, foram feitos planos de construção: um chafariz seria edificado no

¹⁴² ARARAQUARA. Livro Ata das Sessões da Câmara Municipal de Araraquara. 1905-20, livros 506-7, p. 241.

meio da praça e um coreto, por sugestão do Pe. Cesarino. Segundo relato de um correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, a cidade não era ‘das piores’: suas ruas não eram calçadas no centro, mas os passeios sim; possuía água potável em grande quantidade e esgotos.¹⁴⁴

Nesse momento, a praça vinha perdendo sua feição residencial, principalmente na Av. 1, onde foram construídos vários edifícios para o comércio, como hotéis e restaurantes. Deve-se ter em mente o acesso direto dessa avenida à estação, e sua importância para o comércio local. A transformação da área residencial da praça em área comercial implicou num deslocamento da zona residencial, ocupada pela elite, para os arredores do Jardim Público.

A Praça da Matriz tornou-se ponto de referência para as compras, um local de consumo à imagem e semelhança da elite: um pedacinho de luxo e preciosidades importadas da Europa - numa semelhança com a Rua do Ouvidor, da *Belle Époque* carioca. Ao seu redor instalaram-se os mais variados estabelecimentos: tipografias, redações de jornais, farmácias, tecidos, bebidas, perfumes, confeitarias, entre outros. A referida área, foi uma das grandes privilegiadas no processo de embelezamento da cidade.

A remodelação do Largo da Matriz previa a substituição da praça de terra batida e dos eucaliptos plantados na época da epidemia de febre amarela, por volta de 1895, por uma praça ajardinada. Os eucaliptos começaram a ser derrubados em 1906, mas foi só em 1909 que a Câmara abriu concorrência para o ajardinamento da praça. A substituição dos eucaliptos por jardins demonstra uma certa preocupação com a estética do local. Os trabalhos de ajardinamento iniciaram-se em 1912, mas a inauguração somente ocorreria com a instalação da iluminação à luz elétrica.

¹⁴³ ARARAQUARA. Livro Ata das Sessões da Câmara Municipal de Araraquara. 1905-20, livros 506-7, p. 309.

¹⁴⁴ Idem, p.266.

A arquitetura dominante da igreja condicionava a área à sua volta e exigia uma melhor apresentação da paisagem urbana. A opulência do templo ressaltava a simplicidade dos prédios vizinhos. Para atenuar o contraste, a Câmara promoveu a urbanização da praça e a arborização das ruas, numa tentativa de homogeneizar o espaço.

Para completar a decoração interna da igreja, o Pe. Cesarino contratou um artista para ocupar-se da ornamentação do altar. Em 1911, o Major Antônio Joaquim de Carvalho Filho fez a doação de um órgão importado da Europa para o ‘embelezamento’ do templo. A rica decoração da igreja era uma demonstração da riqueza da elite cafeeira.

A reurbanização da Praça da Matriz ocorreu paralelamente com a instalação da iluminação à luz elétrica, cujo estabelecimento na cidade constituía-se em objeto de discussão na Câmara Municipal desde o final do século XIX. Em 1907, a Câmara fechou contrato com Ernesto Dias de Castro e José Candido de Sousa. As obras de instalação iniciaram-se após um ano da assinatura do contrato e, no final de agosto de 1909, efetuou-se a inauguração.¹⁴⁵

A instalação desse tipo de iluminação mudou a fisionomia da cidade, além de propiciar novas atividades no setor industrial. A substituição dos postes de madeira pelos postes de metal modificou a paisagem urbana da cidade, dando-lhe ares de uma cidade europeizada.

O centro da cidade modernizava-se, mudava sua fisionomia, e a área urbana expandia-se exigindo a abertura de novas ruas. O plano de calçamento das ruas, de 1908, constituiu-se numa amostra da extensão do espaço urbano. Para a colocação de guias e sarjetas, os pontos extremos da cidade estavam circunscritos da rua 1 até a avenida 22, e desta para as avenidas 20 e 18, entre as ruas 1 e 2. Para o sul, o crescimento da cidade atingiu seu ponto máximo na

¹⁴⁵ *Jornal de Notícias*. Araraquara: ano II, nº 112, quinta-feira, 16 de maio de 1907.

rua 6 (entre avenidas 5 e 9), e na rua 7 (entre avenidas 2 e 9), e as avenidas 3 (entre as ruas 7 e 8) e 5 (entre as ruas 6 e 9).¹⁴⁶

Paralelamente à expansão do perímetro urbano ocorreram mudanças na paisagem em benefício do conforto. Porém, essas benfeitorias restringiam-se à área ocupada pela elite. Dentre tais melhoramentos, destacam-se o calçamento, construção de pontes e uma preocupação com a estética dos edifícios e praças que compunham o cenário araraquarense.

A preocupação em ‘embellezar’ a cidade pode ser observada pelos trabalhos de ajardinamento da Praça da Matriz, do Largo da Estação e do Jardim Público, na padronização do calçamento das ruas centrais, na arborização de ruas e avenidas, na remodelação da estação ferroviária, entre outros.

A Praça da República, denominada Largo da Câmara após a instalação da Câmara Municipal, foi um dos locais que mereceu maior atenção das autoridades municipais. O novo edifício, inaugurado em 1914, foi construído nessa praça, constituindo-se em motivo de orgulho para os moradores da cidade. Tal era a importância do referido prédio, signo da modernidade e do desenvolvimento da localidade, foi escolhido para ser a capa do Álbum de Araraquara publicado em 1915. A atenção para com a construção do edifício da Câmara refletiu-se, também, em cuidados com a praça. Desta forma, o prédio e a praça formariam um conjunto arquitetônico e estético harmonioso. A praça foi calçada com pequenas pedras, de duas cores: branco e preto, mas sua singularidade deve-se às árvores plantadas e cortadas em formas geométricas. Apesar da mudança na sua denominação para Praça Pedro de Toledo, continua sendo conhecida pelos moradores mais antigos da cidade como ‘Largo da Câmara’.

A atenção dada ao embelezamento e ao ajardinamento atingiu, também, o Jardim Público, local onde instalaram-se as residências da elite.

¹⁴⁶ ARARAQUARA. Livro Ata das Sessões da Câmara Municipal de Araraquara. 1905-20, livros 506-7, p. 153.

Por volta da década de 20, a utilização do *petit-pavet* implementada na cidade com a inauguração do Largo da Câmara, foi estendida para as demais praças. Essa técnica consistia na justaposição de cubinhos irregulares sobre a areia seca, com a ajuda de formas de madeira, para obter os mais variados desenhos. Sobre o calçamento das praças públicas há o relato de um viajante que esteve em Araraquara por volta de 1922, quando o Jardim Público passou a chamar-se Jardim da Independência:

“Mas eis-me deante do calçamento das duas praças. Depois da arborização é o que mais me attráe a atenção. Trata-se do conhecido mosaico portuguez, semelhante ao que tem sido ensaiado no Rio e em S. Paulo e reproducção do que existe em maior profusão nas ruas e largos de Lisboa. Consiste na combinação de fragmentos de granito branco, negro e rosa, formando figuras geométricas. Mas aqui as figuras não têm a monotonia que as caracteriza nos calçamentos semelhantes; são variadas e bizarras em suas linhas, apresentando as mais originaes combinações. Não preciso acrescentar que esse trabalho é de operários portuguezes, especialmente contractados pela Prefeitura, que, dispensando intermediários e não tendo afillhados a proteger, obtem por preço mínimo esse embellezamento das vias publicas. As praças de Santa Cruz e Municipal têm calçamento identico, embora mais simples nos respectivos desenhos”.¹⁴⁷

¹⁴⁷ MAGALHÃES, Couto. “Impressões de Araraquara”. IN: CINTRA, Assis. *Araraquara (o município, a cidade e o povo): Monographia Illustrada de Araraquara*. Casa Duprat e Casa Mayença; São Paulo; 1928, p. 72.

A Praça da Matriz de São Bento e a Praça da Independência (Jardim Publico) ainda conservam os mosaicos que, apesar de encardidos, encontram-se em bom estado. O calçamento da Praça Pedro de Toledo (Largo da Câmara) e da Praça de Santa Cruz conserva o mesmo material, mas o seu aspecto foi alterado devido a utilização de argamassa de cimento e areia nas recentes remodelações.

A urbanização do Largo da Santa Cruz previa a demolição da antiga capela, a construção de um novo prédio em terreno comprado pela Câmara e o ajardinamento da área ocupada pela igreja demolida.

Em 1908, dentre as medidas tomadas pela Câmara para garantir o melhoramento da cidade figuravam a destruição de quiosques e a proibição do uso do piche, para pintar as barras inferiores das casas. Os *kioskes* seduziram o Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, constituindo-se em característica marcante da paisagem urbana. Foram instalados pelas ruas da capital para a venda de jornais, livros, flores, bebidas, cigarros, etc... No início do século, os *kioskes* foram interditados por Pereira Passos à pretexto de não possuírem condições de higiene e de serem ponto de encontro da malandragem carioca.¹⁴⁸

Em Araraquara, tais construções foram demolidas sob os mesmos pretextos. A demolição de 600 prédios, dos 1200 existentes, parece relacionar-se à eliminação dos *kioskes* da paisagem urbana.¹⁴⁹

A preocupação da municipalidade com relação ao aspecto da cidade pode ser observada através do incentivo dado aos particulares para colaborar com o poder público. Segundo o ideário da época, uma cidade bela era indício de riqueza, prosperidade e civilização.

¹⁴⁸ DEL BRENNNA, Giovanna Rosso, - Eclétismo no Rio de Janeiro (Séc. XIX-XX) In FABRIS, Anna Teresa (Org.) - *Eclétismo na arquitetura brasileira* São Paulo:Nobel/EDUSP, 1987. p. 37-8.

¹⁴⁹

Para incentivar as construções de ‘bom gosto’, a câmara decidiu instituir ‘prêmios de embelezamento’, concedendo uma verba especial para isso. A área atingida pela premiação seria composta pelas ruas e avenidas do centro, onde encontravam-se as residências da elite e o comércio local. Então, os grandes beneficiados com tais prêmios seriam a elite e seus aliados na manutenção do mando local e a área melhorada seria a freqüentada e habitada por esses grupos.

A área atingida pela premiação estava circunscrita à esquina da Av. Brasil com a Rua do Comércio, seguindo pela Av. XV de Novembro, até a Rua Voluntários da Pátria, Av. Feijó, Rua São Bento, ao redor do Largo da Santa Cruz, Av. José Bonifácio, Rua Gonçalves Dias, Av. São Paulo e o Largo da Estação, até o ponto inicial.¹⁵⁰ Em 1914, os quatro edifícios contemplados localizavam-se na área habitada, e pertenciam a membros da elite.¹⁵¹

No começo do século, os moradores da cidade reclamavam da inexistência de um teatro destinado à apresentações dramáticas e óperas. Os espetáculos eram realizados em clubes, como o Centro Espanhol e o Araraquarense. A falta de um local apropriado para as apresentações não permitia sua freqüência, as adaptações de palcos demandavam tempo e dinheiro e, por isso, desinteressavam os grupos teatrais. Deveria-se, então, construir um teatro para suprir essa necessidade. A seção ‘A Pedidos’ do jornal ‘O Comércio’, reclamava a construção de um teatro para receber companhias dramáticas, conferencistas e concertistas: “De maneira que o bello, a arte que tanto instrue, não chega até nós porque não há aqui uma casa devidamente decente para o seu culto.”¹⁵²

Para a construção da casa de espetáculos, a Câmara Municipal - cujo presidente era Bento - ofereceu isenção de impostos e subvenções aos interessados na construção do Teatro.

¹⁵⁰ ARARAQUARA. Livro Ata das Sessões da Câmara Municipal de Araraquara. 1905-20, livro 507, p. 310.

¹⁵¹ Livro Caixa de 1/1/1914 a 30/9/1914 - Lançamento de despesa e receita do Município de Araraquara - Câmara Municipal de Araraquara.

O Teatro Municipal, idealizado por Bento de Abreu, ficou pronto em 1914. Fora construído, pelo engenheiro e arquiteto Alexandre de Albuquerque, em estilo mourisco. O cuidado com a estética do local pode ser observado pela descrição de suas dependências: possuía iluminação elétrica completa, pintura executada por especialistas, mobiliário, tapeçarias, cenários, camarins, salão de coristas, pano de boca, jardins, grades, bar e gabinetes.

O Municipal de Araraquara foi criado à imagem e semelhança da elite local: um ambiente luxuoso que reafirmava a prosperidade cafeeira. Uma comparação entre os estilos usados na construção dos teatros de Araraquara e do Rio de Janeiro, guardadas as devidas proporções, é inevitável:

“(...) sugere a simples leitura do edital, de que seja intenção da Prefeitura de dotar a Capital da república tanto de um Theatro Modelo como de um edificio digno de ser apresentado como monumento esthetico - escrevia Francisco de Oliveira Passos, no memorial anexo ao projeto vencedor apresentado ao concurso para a construção do novo Teatro Municipal em 1904 – (...) sendo a meu ver a architectura ultramoderna incompatível coma seriedade do edificio (...) dirigi minhas vistas para os estylos classicos, não vacilando em escolher a Renascença francesa, que a meu ver é o estylo typico, para os edificios destinados a theatro. Não cingi-me, porém, ao rigor do clássico, indo procurar no mourisco uma variação para as cupolas e modernizando o estylo classico por motivos puramente econômicos quando applicado às fachadas laterais e posteriores.(...) Sem ambicionar uma comparação com o grande

¹⁵²Jornal *O Comercio*. Araraquara: ano II, nº 89, 21 de maio de 1911, s.p..

Garnier, ouso entretanto lembrar que foi esse o efeito, assim obtido no seu monumental projecto da Opera de Paris, um dos elementos que induziram a ser considerada aquella obra uma verdadeira conquista na *architectura theatral*”.¹⁵³

No entanto, de acordo com as condições de possibilidade, o Theatro Municipal de Araraquara constitui-se numa variante parcial e simplificada do protótipo francês, guardando-se devidamente todas as proporções, seja de escala, seja de materiais empregados e decoração.

Em 1916, o Teatro Municipal de Araraquara ainda não havia entrado em funcionamento regular. Na ocasião, a Câmara Municipal decidiu comprar o teatro - Bento era, ao mesmo tempo, presidente do Teatro, da Sociedade Anônima e da Câmara Municipal.

A popularidade do cinema difundiu-se na cidade com a chegada da iluminação à luz elétrica, firmando-se como maior concorrente do teatro. Em Araraquara, as primeiras apresentações do cinematógrafo aconteceram no Circo Martinelli. Como ainda não havia iluminação elétrica, as projeções falhavam com frequência. Símbolo de modernidade, havia muita curiosidade popular ao seu redor e possibilitava vantagens comerciais.

O processo de urbanização e modernização nos centros produtores de café não implicaria somente numa modernização contínua do espaço urbano, mas também numa alteração nos comportamentos e na percepção da população que passou a conviver cotidianamente com os *modernos* artefatos. É o caso dos folhetins, do cinematógrafo, da fotografia, dos reclames e dos próprios símbolos que passaram a representar a República.

¹⁵³ DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. Op. Cit.. p. 57-8.

A carência de um local para apresentações do cinematógrafo e para representação de peças teatrais, introduziu em Araraquara casas de diversão com essa dupla finalidade.¹⁵⁴ O primeiro estabelecimento com essa característica foi o Bijou Theatre, de propriedade de Joaquim Vieira dos Santos. Em 1911, o empreiteiro Pedro Morábito reformou o antigo barracão dos Rolfsen para a abertura do Iris Teatro - o primeiro a receber uma companhia completa de operetas. O Teatro Polytheama foi inaugurado em 1913 e, também, era de propriedade de Joaquim Vieira dos Santos.

Acreditava-se, ainda, que a criação de colégios proporcionariam um desenvolvimento cultural da cidade. O Araraquara College, inaugurado em 1914, fazia parte da organização Mackenzie. Segundo jornais da época, era um edifício moderno construído pela Câmara Municipal. Obedecia às regras da higiene escolar: salas de aula espaçosas, arejadas e iluminadas; recreios amplos; e campo para jogos, separados das salas de aula e do internato:

“O fim do College é dar a cada um dos alunos o cuidado e a atenção individual necessários para desenvolver as qualidades que tem e criar e nutrir aqueles nas quais possa ser deficiente; mentaes, moraes ou phisycas; promover o seu bem estar e conforto e estimular o desejo de salientar-se nos estudos e nos ‘sports’. (...) este estabelecimento proporciona grandes vantagens às famílias da zona, pois que para a educação dos seus filhos, já não pprecisam recorrer aos grandes centros”.¹⁵⁵

O colégio foi estruturado para atender às necessidades da elite, que não mais necessitava mandar seus filhos para estudar nos colégios de outras cidades.

¹⁵⁴ ARARAQUARA. Livro Ata das Sessões da Câmara Municipal de Araraquara. 1905-20, livros 506, p. 328.

A presença de modelos europeus na composição da paisagem urbana aparece acompanhada do contínuo processo de urbanização sofrido pela cidade desde meados do XIX, da emergência das funções urbanas para suprir as necessidades da empresa cafeeira e da chegada do elemento imigrante. No entanto, as tentativas de europeização sofrem traduções e assumem formas originais quando apropriadas para o cenário das cidades do café.

Se a cultura de um povo está refletida na fisionomia urbana, então a cidade se transforma na medida em que essas mudanças vão se processando e a intensidade delas é dada pela ação direta ou indireta dos atores sociais, resultando, a cada dia, uma nova paisagem. O cotidiano: as crenças, valores e mitos são criados no bojo da sociedade e, em parte, projetados em formas espaciais como monumentos, lugares sagrados, uma rua especial. O espaço urbano assume uma dimensão simbólica que varia segundo os diferentes grupos sociais e tal projeção faz parte da produção espacial da cidade.

As intervenções urbanas devem ser encaradas como produto das decisões tomadas pelas pessoas que habitam as cidades. Araraquara configura-se num espelho no qual a sociedade se reflete: sua configuração espacial espelha sua história, sua cultura e suas lutas pelo poder.

¹⁵⁵ Jornal do Commercio. São Paulo: anno I, nº 293, Quarta-feira, 22 de agosto de 1917.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Articular historicamente o passado não significa
conhecê-lo 'como ele de fato foi.
Significa apropriar-se de uma reminiscência,
tal como ela relampeja no momento de um perigo.
(Walter Benjamin, Sobre o conceito de História).*

A elaboração desse trabalho centrado na investigação das tentativas de modernização do espaço urbano da cidade de Araraquara, durante as primeiras décadas do século XX, exigiu critérios preestabelecidos para um balanço historiográfico, quer pela quantidade de trabalhos que abordam a origem do regime político republicano no Brasil, quer pela diversidade de temas a qual o objeto central da pesquisa se filia.¹⁵⁶

Para uma contextualização sobre a modernização das cidades, que se desenrolou nessa época, recorreu-se a autores que desenvolveram estudos detalhados sobre café, coronelismo, cultura de massa, urbanização e urbanismo.

Optou-se, então, pela análise de livros, artigos e teses acadêmicas produzidos na área das ciências sociais e que privilegiam o enfoque histórico proposto. Foram examinados textos considerados clássicos, referências obrigatórias pela contribuição e debates que desencadearam quando produzidos, e trabalhos atuais que retomam os clássicos buscando linhas interpretativas inovadoras tais como teses, artigos e livros lançados recentemente. Abordou-se, também, textos de memorialistas que tratam, especificamente, da história de Araraquara. Excluiu-se os textos produzidos na época, portanto no calor dos acontecimentos. Os textos contemporâneos à Primeira República foram tratados como *corpus* documental.

¹⁵⁶ Em ensaio bibliográfico que discute a produção intelectual sobre a Primeira República, Ângela C. Gomes e Marieta M. Ferreira apontam as temáticas mais trabalhadas, as problemáticas que cruzam os temas e os temas pouco investigados. Nota-se nas autoras, uma preocupação em mapear o peso da produção historiográfica sobre certos temas e o relativo vazio sobre outros, bem como em refletir sobre o contexto político e intelectual em que

Pesavento afirma que, a rigor, já existe um significativo conhecimento acumulado sobre os estudos urbanos. Tais estudos constituem-se em legados da história econômico-social voltada para as origens e o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa e que tiveram na cidade seu espaço privilegiado de análise.¹⁵⁷ Com relação a historiografia brasileira, constatou-se a existência de um persistente ‘regionalismo’ dos estudos que consistem em teses, artigos, ensaios e obras de divulgação.

A modernização das cidades brasileiras durante a Primeira República tem sido objeto de atenção da historiografia, cujos trabalhos enfocam principalmente os grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. Muitas dessas obras não privilegiam como eixo central a questão urbana, mas propiciam uma discussão acerca das possibilidades de apropriação de modelos europeus para modificar a estrutura das cidades e oferecem importantes informações acerca do contexto histórico em que as transformações emergiram. É o caso das análises de Nicolau Sevcenko, Sidney Chalhoub, José Murilo de Carvalho, Maria Alice Resende de Carvalho e Margareth Rago.

Apesar desses autores enfocarem diferentes questões e com abordagens distintas, prevalecem como cenários São Paulo e Rio de Janeiro no período da Primeira República. A cidade aparece como palco privilegiado do movimento operário e dos movimentos sociais policlassistas, das reformas urbanas e do impacto do desenvolvimento técnico.¹⁵⁸

a produção emergiu. GOMES, Ângela de Castro & FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 4, 1989, p. 244-80.

¹⁵⁷ De acordo com a autora, a história urbana não teve a mesma importância ou dimensão em todos os países do mundo ocidental, cabendo à Grã-Bretanha e aos estados Unidos o pioneirismo na área. Na França, a linha histórico-social de estudo das cidades encontrou grande expressão na volumosa coleção dirigida por Georges Duby, complementada pelos trabalhos de Murard, e Zylberman, Lepetit, Pinol, Bourillon, Chevalier, Topalov e Michelle Perrot. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 08, n.º 16, 1995, p. 279-90.

¹⁵⁸ Dentre os autores que enfocam a problemática urbana durante a Primeira República, uma análise sobre o caráter das cidades é encontrada nos trabalhos de Nicolau Sevcenko, ‘Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República’ e ‘Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20’; Flora Sussekind, ‘Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil’; José Murilo de Carvalho, ‘Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi’; Maria Alice Resende de Carvalho, ‘Quatro vezes cidade’, Sidney Chalhoub, ‘Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial’, e Margareth Rago, ‘Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar’.

Com relação à historiografia sobre Araraquara, observou-se a existência de trabalhos de memorialistas e de algumas produções acadêmicas. Grande parte dos trabalhos sobre a história da cidade foram elaborados pelos memorialistas, consistindo em artigos de jornais e monografias, cuja publicação foi financiada pela Prefeitura Municipal ou pela imprensa local. Apesar de não primarem pelo rigor acadêmico e não alcançarem repercussão nacional, possuem um caráter específico louvável: a preservação da memória histórica local e a apresentação de um conjunto de referências importantes para o desenvolvimento de pesquisas sobre a história da cidade.

Foram tomados por base, também, dois trabalhos acadêmicos que abordam diferentes temáticas e aspectos da história da cidade: “História Social de Araraquara”, de Anna Maria Martinez Corrêa e “Os Sucessos de Araraquara”, de Rodolfo Telarolli.¹⁵⁹

Em “História Social de Araraquara”, a autora esboça a formação do organismo urbano, seus aspectos econômicos, sócio-políticos e culturais desde a fundação da cidade, em 1817, passando pela égide do complexo cafeeiro paulista até a década de trinta. Trata-se de uma obra de importância para a realização de estudos sobre a história da cidade.

O texto de Telarolli diz respeito à estrutura política do município e à atuação dos coronéis como mandatários locais. Nessa obra, o autor se atém ao estudo do pacto coronelista, por meio da análise dos acontecimentos de 1897, conhecidos como ‘Linchaquara’¹⁶⁰. As referidas obras abordam a problemática da urbanização e da modernização do espaço em suas entrelinhas, visto que esta temática não compõem o objeto de estudo privilegiado por ambos os autores.

¹⁵⁹ CORRÊA, Anna Maria Martinez. *História Social de Araraquara (1817-1930)*. São Paulo: (Dissertação de Mestrado), USP, 1967; e TELAROLLI, Rodolpho. “*Os sucessos de Araraquara*”: estudo em torno de um caso de “coronelismo” em fins do século XIX. São Paulo: (Dissertação de Mestrado), USP, 1975.

¹⁶⁰ ‘Linchaquara’ foi o codinome dado à cidade, pela imprensa conservadora e monarquista, em 1897 por ocasião de uma série de assassinatos, envolvendo famílias rivais que disputavam o poder local.

A escolha desse tema levou, também, em consideração as discussões sobre a problemática dos estudos de caráter regional.¹⁶¹ No entanto, o fato de centrar a análise numa cidade localizada na região do chamado ‘oeste paulista’, não faz desta pesquisa um estudo de História Regional. Trata-se de um estudo de caso que analisa as formas assumidas pela modernidade urbana num centro exportador de café, durante as primeiras décadas da Primeira República.

Assim, o trabalho aqui proposto contribuiu, da mesma forma, para a análise de uma realidade histórica específica, como a modernização urbana em Araraquara, nas primeiras décadas do século XX. A modernização relaciona-se intimamente com tentativas de atender aos interesses locais.

Nessa cidade, marcada por diversos assassinatos envolvendo famílias rivais e, ainda, epidemias de febre amarela e varíola em fins do século XIX, a modernização da estrutura urbana possibilitaria a criação de uma nova imagem. O objetivo da municipalidade era atrair investimentos, valorizar os empreendimentos locais e evitar o êxodo da mão-de-obra para os grandes centros.¹⁶²

As principais realizações urbanas baseavam-se em estudos elaborados dentro dos padrões da modernidade trazidas de fora do país e atendiam, num grau mais requintado, às aspirações da elite local. Interessava aos grupos dominantes uma modificação da aparência depreciativa da cidade. A criação de uma nova imagem proporcionaria a vinda de mão-de-obra imigrante, investimentos e valorização dos empreendimentos locais. Nesse sentido, procurou-se abarcar as propostas de transformação urbana ocorridas no exterior para uma

¹⁶¹ Em especial o trabalho de: SILVA, Marcos (Org.). *A República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990.

¹⁶² A máxima de Bento de Abreu, presidente da Câmara no período, era a expressão: “é o conforto que prende o homem à terra”. As tentativas de transformar Araraquara num símbolo de progresso, desenvolvimento cultural e salubridade podem ser observadas pela construção de teatros, colégios, grupos escolares, cinematógrafos e hospitais.

melhor compreensão do processo de alteração espacial pelo qual passavam as cidades brasileiras no período estudado.

Segundo o ideário da época, uma cidade bela era indício de riqueza, prosperidade e civilização. A elite tinha a pretensão de criar a imagem de uma nova cidade a partir daquela existente.

A preocupação com as formas de organização espacial, que aparece em documentos como as Atas da Câmara e jornais da época, tinha como propósito dotar a cidade de um grau maior de urbanidade, exigindo uma separação mais nítida entre o meio rural e o urbano. Buscava-se, com isso, a valorização do espaço urbano de acordo com os interesses da elite.

Pretendia-se limpar a cidade dos resquícios de seu passado colonial para transformá-la num importante *locus* de atração, de acordo com as novas funções assumidas no novo contexto político e econômico introduzido desde meados do dezenove.

Araraquara, no âmbito da Primeira República, participava intensamente dos acontecimentos políticos que se refletiam claramente em seu desenvolvimento e nos investimentos públicos. Dentro deste estudo tentou-se demonstrar a ligação entre esses eventos e o desenvolvimento urbano decorrente de seu estímulo.

Nesse contexto, Bento de Abreu, cuja carreira política havia iniciado na cidade supracitada, simbolizava todo o ideário das elites do oeste paulista por sua ação urbanizadora e avançada em relação aos fazendeiros tradicionais, principalmente por seu ideal de modernidade.

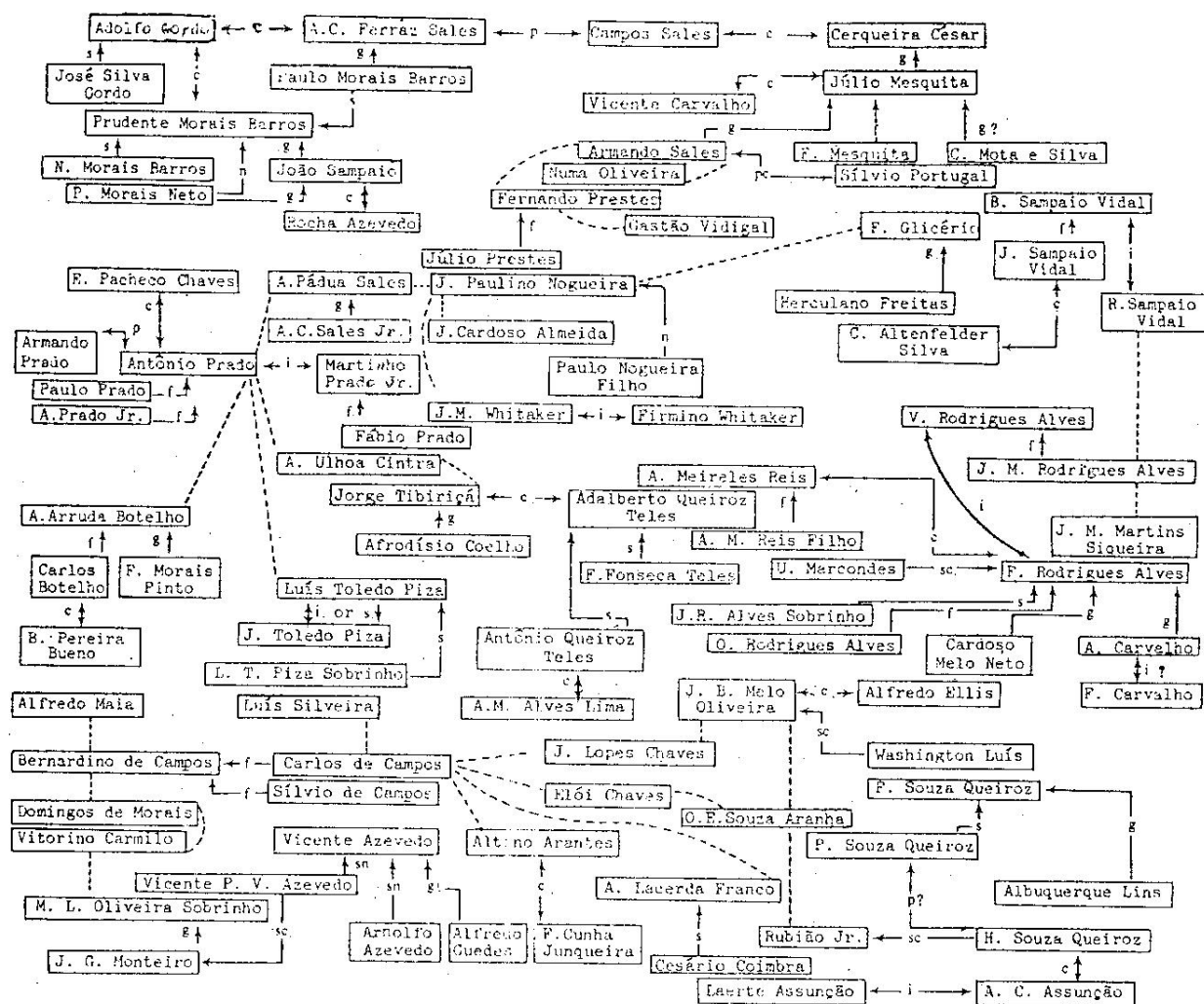
ANEXOS

QUADRO DO CLÃ BOTELHO¹⁶³

Nome	Relação de parentesco com o Conde do Pinhal	Outras relações de parentesco relevantes, cargos políticos exercidos e principais realizações
Carlos Bartolomeu de Arruda	Avô paterno	Proprietário da sesmaria do Pinhal (1786), Comandante da força armada de Piracicaba.
Carlos José Botelho	Pai	Proprietário e demarcador da sesmaria do Pinhal, Primeiro Presidente da Câmara Municipal de Araraquara (1883)
Paulino Carlos de Arruda Botelho	Irmão	Presidente do Banco de São Carlos, Coronel da Guarda Nacional em S. Carlos, Delegado de Polícia, Fundador do Partido Republicano em S. Carlos e do Jornal <i>A Propaganda</i> , Deputado Federal (1889-1908).
João Carlos de Arruda Botelho	Irmão	Juiz Municipal Suplente (1866)
Bento Carlos de Arruda Botelho	Irmão	Diretor do Banco União de S. Carlos (1891), proprietário do Teatro Ypiranga (1891), Juiz de Paz, Juiz Municipal, Intendente.
Joaquim de Meira Botelho	Irmão	Juiz Municipal (1866), Vereador (1869).
Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho	Irmão	Casamento na família Silva Gordo, de Piracicaba.
Carlos José Botelho	Filho	Médico, impantador dos núcleos coloniais, fundador do Jardim Aclimação, Secretário da Agricultura no Governo Jorge Tibiriçá.
Martinho Botelho	Filho	Diretor da <i>Revista Moderna</i> .
José Estanislau de Arruda Botelho	Filho	Casado com a filha dos Barões de Anhumas.
Carlos Augusto de Arruda Botelho	Filho	Casado com a filha dos Barões de Ataliba Nogueira.
Carlos Amadeu de Arruda Botelho	Filho	Casado com a filha do Deputado Cândido de Lacerda Franco.
Joaquim Roberto Rodrigues Freire	Cunhado	Comerciante (Loja de Tecidos), Presidente das Câmaras Municipais de Araraquara (1849-1852) e de São Carlos (1866).
João Batista de Arruda	Cunhado	Juiz Municipal Suplente (1878).
Joaquim José de Abreu Sampaio	Cunhado	Presidente do Banco União de São Carlos (1891), Juiz de Paz (1854), Deputado Provincial (1874-76), Chefe do Partido Conservador (1887).
Antonio Moreira de Barros	Genro	Filho do Conselheiro Moreira de Barros.
Firmiano de Moraes Pinto	Genro	Diretor do Banco União (1891), Vice-Presidente do Jockey Club de S. Carlos (1894), Prefeito de São Paulo, Deputado Provincial, Deputado Federal, Secretário da Agricultura e Secretário da Fazenda.
Bento Bueno	Genro	Deputado Estadual, Chefe de Polícia, Secretário do Interior.
Francisco Soares Brandão	Genro	Filho do Conselheiro Soares Brandão.
João Soares Brandão	Genro	Filho do Conselheiro Soares Brandão.
Affonso Botelho de Abreu Sampaio	Sobrinho	Presidente da Câmara Municipal de Araraquara, Provedor da Santa Casa, Presidente da Cia de Luz Eléctrica, Vice-Presidente da Câmara Municipal de São Carlos (1904).
Adolpho Botelho de Abreu Sampaio	Sobrinho	Deputado Estadual, Diretor do Gymnasio de Campinas, Diretor da Repartição de Estatística do Estado.
Joaquim José Gonçalves Braga	Marido da Sobrinha	Intendente em S. Carlos (1892).
Philippe Ladela de Faria	Marido da Sobrinha	Intendente em S. Carlos (1891), Presidente da Câmara Municipal (1895)
Serafim Vieira de Almeida	Marido da Sobrinha	Médico, Fundador da Santa Casa, Intendente, Vereador, Presidente da Câmara.
Bento de Abreu Sampaio Vidal	Filho do Cunhado	Presidente da Câmara Municipal de Araraquara, Deputado Estadual, Fundador de Marília, Diretor do Banco de Araraquara, Fundador da Santa Casa, Primeiro Secretário do Jockey Club de S. Carlos (1894), Fundador da Cia Luz Eléctrica de S. Carlos.
Raphael de Abreu Sampaio Vidal	Filho do Cunhado	Deputado Estadual, Secretário da Justiça, Secretário da Fazenda.

¹⁶³ TRUZZI, Osvaldo M. S.. *Café e Indústria: São Carlos 1850-1950*. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea/UFSCAR, 1986, pp. 114A-B. (Monografia 1).

DIAGRAMA DAS CONEXÕES DA ELITE PAULISTA¹⁶⁴



Legenda:

- i (irmão)
- c (cunhado)
- p (primo - em primeiro grau)
- pc (primo - em primeiro grau por efeito de casamento)
- n (neto)
- sn (sobrinho-neto)
- s (sobrinho)
- sc (sobrinho - por efeito de casamento)
- f (filho)
- g (genro)
- (Ligam diretores da mesma firma)

¹⁶⁴ LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982, p.245. (Coleção Estudos Brasileiros).

ACERVOS E FONTES

Documentos Manuscritos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Contratos celebrados pela Câmara*. Araraquara: 1893-1930, livro n.º 284. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Araraquara*. Araraquara: 1916, livros 384-5. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Livro Ata Sessões Preparatórias da Câmara Municipal de Araraquara*. Araraquara: 1905-08, livro 505. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Livro Ata Sessões da Câmara Municipal de Araraquara*. Araraquara: 1905-20, livros 506-7. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Livro Caixa da Prefeitura Municipal de Araraquara*. Araraquara: 1908-19, livros n.º 342-351 e n.º 634-7. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Recenseamento da cidade de Araraquara*. Araraquara: 1902, livro n.º 299. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Requerimentos enviados a Prefeitura Municipal de Araraquara*. Araraquara: 1906-07, lata 6. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Requerimentos enviados a Prefeitura Municipal de Araraquara*. Araraquara: 1908, lata 7. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Termos de propostas apresentadas em concorrência*. Araraquara: 1896-1907, livro n.º 114. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

Documentos Impressos

ALMEIDA, Nelson Martins de (Org.). *Álbum de Araraquara:1947*. São Paulo: Empreza 'O Papel' LTDA, 1948. Biblioteca Pública Municipal de Araraquara

BOTELHO, Antônio Carlos de Arruda. *Grandes de Corpo e Alma: fundadores de cidades*. São Carlos: Primeiro Centenário da cidade de São Carlos do Pinhal: seu idealizador, seu fundador e colaboradores - Separata atualizada do livro. s.c.p., 1956. Biblioteca da F.H.D.S.S. - UNESP/Campus de Franca

CINTRA, Assis. *Araraquara: o município, a cidade e o povo: Monographia Ilustrada de Araraquara*. São Paulo: Casa Duprat e Casa Mayença, 1928. Biblioteca Pública Municipal de Araraquara

FRANÇA, Antônio M. & SILVEIRA, João (org). *Álbum de Araraquara*. São Paulo: Ed. João Silveira, 1915. Biblioteca Pública Municipal de Araraquara

MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA *Recenseamento do Brasil: 1 de Setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatistica,1922, v.I. Biblioteca da F.H.D.S.S. - UNESP/Campus de Franca

POVÓAS, Glycerio. *Marília*. São Paulo: Monografia do Serviço de Estatística de Marília, 1947. Biblioteca da F.H.D.S.S. - UNESP/Campus de Franca

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Código Legislativo*. Câmara Municipal de Araraquara, 1920. Tombo 050/38. Museu Histórico e Pedagógico “Voluntários da Pátria” de Araraquara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Noções Elementares de Geographia e Cosmographia: Monografia do município de Araraquara para uso das escolas municipais*. Araraquara: 1919. Tombo 15/029. Museu Histórico e Pedagógico “Voluntários da Pátria” de Araraquara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Relatório do Prefeito Municipal de Araraquara referente ao exercício de 1908*. Araraquara: Typographia Silveira, 1909. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Relatório do Prefeito Municipal de Araraquara referente ao exercício de 1910*. Araraquara: Typographia Silveira, 1911. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Relatório do Prefeito Municipal de Araraquara referente ao exercício de 1911*. Araraquara: Typographia Dantas, 1912. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Relatório do Prefeito Municipal de Araraquara referente ao exercício de 1913*. São Paulo: Estabelecimento Graphico Universal, 1914. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Relatório do Prefeito Municipal de Araraquara referente ao exercício de 1916*. São Carlos: Typographia Commercial, 1917. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

SECÇÃO DE OBRAS D'O ESTADO DE SÃO PAULO. *A Revolução em Araraquara*. São Paulo, 1924. Biblioteca Pública Municipal de Araraquara

VICENTE, Maria Estela. *Bento de Abreu Sampaio Vidal: sua vida e suas obras*. Araraquara: s.d., 14p. Museu Histórico e Pedagógico “Voluntários da Pátria” de Araraquara.

VIDAL, Bento de Abreu Sampaio. *Discursos*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda, 1943, vols. 1 - 5. Biblioteca da F.H.D.S.S. - UNESP/Campus de Franca

Periódicos

A NOTÍCIA. Araraquara: período de 1896-9. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. São Paulo: Ano XI, n.º 3037, 1889. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

CORREIO POPULAR. Araraquara: ano III, n 581, 18 de maio de 1948. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

_____. Araraquara: ano III, n 582, 23 de maio de 1948. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

JORNAL DE NOTÍCIAS. Araraquara: período de 1907-08. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

JORNAL DIÁRIO POPULAR. São Paulo: Ano XII, n.º 3.965, 27/06/1896. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

JORNAL DO COMMERCIO. São Paulo: Ano I, n.º 293, 22/08/1917. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

O ARARAQUARENSE. Araraquara: período de 1912-14. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

O IMPARCIAL. Araraquara: ano I, n.º 14, 26/05/1915. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

O MUNICÍPIO DE ARARAQUARA. Araraquara: ano III, março de 1884. Museu Histórico e Pedagógico “Voluntários da Pátria” de Araraquara.

O REPUBLICANO. Araraquara: período de 1911-1912. Arquivo Histórico Municipal de Araraquara.

SECONDO, José Ferrari. *Álbum de recortes de jornal e fotografias*. 2 v., s.d., Tombo 027/171. . Museu Histórico e Pedagógico “Voluntários da Pátria” de Araraquara.

VICENTE, Maria Estela. *Bento de Abreu Sampaio Vidal: sua vida e suas obras*. Araraquara: s.d., 14p. Museu Histórico e Pedagógico “Voluntários da Pátria” de Araraquara.

Mapas e Plantas

AZZONI, Alcyr. Mapas sobre a evolução urbana de Araraquara no século XIX - etapas de crescimento. Museu Histórico e Pedagógico “Voluntários da Pátria” de Araraquara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. Evolução urbana de Araraquara o Séc. XIX. Araraquara: Cadastro Técnico Municipal/ Departamento de Planejamento, 1995.

Iconografia

Arquivo Francisco Malta Cardoso Neto. Miscelânea.

Museu Histórico Pedagógico de Araraquara. Prefeitura Municipal de Araraquara: Caixa Miscelânea.

Memória Fotográfica de Araraquara: 100 anos em fotografias. Prefeitura Municipal de Araraquara/C.P.D. da Divisão de Informática – CD-Room, 1999.

Arquivo Rodolfo Telarolli

Correspondência do Banco de Araraquara enviada a Bento de Abreu em 14/01/1916, referente ao balanço da conta do Teatro Municipal de Araraquara - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Correspondência de Angelo Sparapani enviada a Bento de Abreu em 23/01/1914 - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Correspondência de Angelo Sparapani enviada a Bento de Abreu em 07/07/1914 - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Correspondência de Angelo Sparapani enviada a Câmara Municipal de Araraquara 20/06/1914 - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo Byington & Co. - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome da Câmara Municipal de Araraquara, 31/08/1914 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo Byington & Co. - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome de Bento de Abreu Sampaio Vidal, 15/09/1913 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo Casa Allemã - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome da Sociedade Theatro Municipal de Araraquara e Câmara Municipal de Araraquara, 09/02/1915 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo Casa Conrado - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome de Bento de Abreu Sampaio Vidal, 09/05/1914 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo Casa Florenzano - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome de Bento de Abreu Sampaio Vidal, 23/01/1915 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo Casa Francesa - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome de Bento de Abreu Sampaio Vidal, 03/03/1914 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo Casa Negra - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome da Sociedade Theatro Municipal de Araraquara, 12/02/1914 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo despesas Angelo Sparapani - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome de Bento de Abreu Sampaio Vidal, abril/1914 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo despesas Raphael Spangna - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome de Bento de Abreu Sampaio Vidal, 27/09/1914 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo despesas - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome da Câmara Municipal de Araraquara, 28/01/1916 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo despesas Domingos Soares - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome de Bento de Abreu Sampaio Vidal, 09/09/1915 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo despesas Domingos Travesolo - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome de Bento de Abreu Sampaio Vidal, 09/09/1915 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo despesas Ernesto Castro & Cia. - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome de Bento de Abreu Sampaio Vidal, 23/09/1914 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo despesas Henrique Somenzari - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome de Bento de Abreu Sampaio Vidal, 25/09/1914 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo despesas Hermínio Grecco - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome de Bento de Abreu Sampaio Vidal, 17/03/1915 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo despesas João Dierberger - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome de Bento de Abreu Sampaio Vidal, 30/09/1914 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo despesas Lyceu de Artes e Ofícios - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome da Sociedade Theatro Municipal de Araraquara, 30/11/1914 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo despesas Marmoraria Tavolaro - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome de Bento de Abreu Sampaio Vidal, 12/02/1915 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo pagamento pintores - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome da Sociedade Theatro Municipal de Araraquara, 06/01/1914 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo Pedro Morabito - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome da Câmara Municipal de Araraquara, 05/01/1914 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

Recibo The San Paulo Gas Companhia - referente a serviços prestados ao Teatro Municipal de Araraquara, pagamento em nome da Câmara Municipal de Araraquara, 27/07/1914 - Pasta da Sociedade Anônima Theatro Municipal de Araraquara.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras Específicas

CORRÊA, Anna Maria Martinez. *História Social de Araraquara (1817-1930)*. São Paulo: (Dissertação de Mestrado); USP, 1967.

DEVESCOVI, Regina C. B.. *Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos*. São Carlos: Arquivo de história Contemporânea/ Ed. da Universidade Federal de São Carlos, 1987, 257 p.

LEMOS, Alberto. *História de Araraquara*. Araraquara: Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria, 1972, 270 p.

PEREIRA, Valdeir A.. *Formação Política de Marília: terra e poder na frente pioneira paulista (1924-1937)*. Assis: 1990. Dissertação (Mestrado em História) - UNESP.

SILVA, Inaya B. & REIS, Sandra A.. *Vila ferroviária: memória viva*. Araraquara: Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Araraquara/Fundart, 1990.

TELAROLLI, Rodolpho. *“Os sucessos de Araraquara”*: estudo em torno de um caso de “coronelismo” em fins do século XIX. São Paulo: (Dissertação de Mestrado), USP, 1975.

_____. *A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo na Primeira República*. São Paulo: (Tese de Doutorado), USP, 1981.

TRUZZI, Oswaldo. *Café e indústria: São Carlos (1850-1950)*. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea/ Ed. da Universidade Federal de São Carlos, 1986.

Obras Gerais

- AUMONT, Jacques. *A Imagem*. Campinas, SP,: Papyrus, 1993.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2ª ed., 1993.
- BRESCIANI, Stella (Org.). *Imagens da cidade séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1993, 190 p.
- CARONE, Edgar. *A Primeira república (1889-1930)*. São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro, 1970.
- CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1987, 196 p.
- CARVALHO, Maria Alice Resende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1996, 250 p.
- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1977.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FABRIS, Anna Teresa. *Fotografia: usos e funções no século XIX..* São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1991, 298p.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1957.
- FAUSTO, Boris . *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III - República, 4ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Bertand, 1991.

- FREIRE, Gylberto. *Sobrados e mocambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil, decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1961, 2v.
- GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de . *Raízes do Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 6ª ed., 1995.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996, 88 p. (Coleção Tudo é História V. 13).
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1978, 263 p.
- LE GOFF, Jacques. *Saint Louis*. Paris: Galimard, 1996.
- LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica..* São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1992, 192 p.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982, 471 p. (Coleção Estudos Brasileiros).
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: terra de quem ?*. São Paulo: Ed. Nobel /Ed. da Universidade de São Paulo, 1991, 143 p.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MUNFORD, Lewis. *A cidade na História*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1965.

- NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad.: Celso Nogueira. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1993, 383 p.
- ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.
- OTHAKE, Maria Flora Gonçalves. *O processo de urbanização no Estado de São Paulo - dois momentos, duas faces*. São Paulo: (Dissertação de Mestrado - PUC), 1982.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.
- SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siecle: política e cultura*. Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, Companhia das Letras, 1988, 373p.
- SEVCENKO, NICOLAU. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2ª ed, 1985.
- _____. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e Rio cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, Marcos (Org.). *A República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1987, 170 p.
- VELHO, Otávio G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, 133 p.

Obras Teóricas

- ARENDDT, Hannah. *A Condição humana*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 6ª ed., 1987.
- BALANDIER, Georges. *O contorno: poder e modernidade*. Trad.: Suzana Martins. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1997, 278 p.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989, 217 p. (Obras Escolhidas 3)
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés/ Ana Maria L. Ioratti. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1986, 360 p.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1970, v. 2.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984, 397 p.
- MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.
- _____. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massas*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1987.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *A razão nômade: Walter Benjamim e outros viajantes*. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993, 153 p. (Série Terceira Margem).

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1988, 447 p.

Obras de Referência

BELOCH, Israel & ABREU, Alzira A.. *Dicionário Histórico - Biográfico Brasileiro (1930 - 83)*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária/FINEP/Fundação Getúlio Vargas - CPDOC, 1984, v. 4. Instituto Genealógico Brasileiro

DEL CAMPO, Salustiano (et all). *Diccionario de Ciencias Sociales*. Madrid: instituto de Estudios Politicos/UNESCO, 1976, v. II.

MELO, Luís Correia. *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954. Instituto Genealógico Brasileiro

LEME, Luiz Gonzaga Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat, 1983. Instituto Genealógico Brasileiro

Periódicos

CASTELLO, José. Sobre Biografias. *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17/03/1995. Caderno 2.

Dossiê Biografia, biografias. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Ed. UNIJUÍ, vol. 17, n.º 33, 1997.

- Dossiê Indivíduo, biografia, História. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, v 19, 1997.
- FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. Fontes para a História Urbana. *Revista da I Semana de História*, Universidade Estadual Paulista - Instituto de História e Serviço Social de Franca, 1979, p. 169-196.
- GOMES, Ângela de Castro & FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº.4, 1989, p. 244-80.
- LE GOFF, Jacques. Documento - Monumento. *Enciclopédia Einaudi*. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v. I - 'Memória e História', pp. 1984.
- LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992, pp. 133-16.
- LOVE, Joseph. 'Autonomia e interdependência: São Paulo na federação brasileira'. in: *História geral da Civilização Brasileira*. t. III, v. 1. São Paulo: Ed. Difel, 1982.
- MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos da (org.). *Repensando a História*. Rio de Janeiro: Marco Zero/ANPUH, pp. , 1984.
- MORSE, Richard M.. *A evolução das cidades latino americanas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1975, 45 p. (Cadernos CEBRAP, 22).
- SALGUEIRO, Heliana. Revisando Hausmann. *Revista USP*. São Paulo, n.26, pp. 195-205, 1995.
- ORIEUX, Jean. A arte do biógrafo. In: DUBY, G. (org.). *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986.

- PEREIRA, Robson M.. O municipalismo de Washington Luís através de sua experiência em Batatais: apontamentos a uma preocupação(1892-1900). *Estudos de História*, Franca, v.3, nº 2, p. 153-170, 1996.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 08, n.16, pp. 279-90, 1995.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº19, pp. 03-21, 1997.
- STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história. *RH - Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991, pp. 13-37.
- SZMRECSANYI, Maria Irene. Rio e São Paulo: raízes da substituição da metrópole nacional. *Revista USP*, (17), pp. 202-219, 1993.